



uff Universidade
Federal
Fluminense



Da Conformação da Racionalidade Neoliberal, e das formas de sofrimento que lhe são subjacentes, à possibilidade de seu ultrapassamento.

Dissertação apresentada pela
mestranda Brunna Dias
Mathias ao Mestrado
Profissional em Administração
Pública em Rede, sob
orientação da docente Doutora
Cláudia Henschel de Lima,
como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre
em Administração Pública.

VOLTA REDONDA

2023

Folha de Aprovação

Brunna Dias Mathias

Da Conformação da Racionalidade Neoliberal, e das formas de sofrimento que lhe são subjacentes, à possibilidade de seu ultrapassamento.

Dissertação apresentada ao **PROFIAP**, como parte dos requisitos necessários para a qualificação do mestrado em Administração Pública em Rede Nacional.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Professora Doutora Cláudia Henschel de Lima
(Universidade Federal Fluminense. PROFIAP)

Professora Doutora Débora Mesquita Pimentel
(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Professor Doutor Antonio Gasparetto Júnior
(Universidade Federal de Juiz de Fora. PROFIAP)

Agradecimentos

Agradeço a Deus por sempre me guiar na vida.

Agradeço às pessoas que trabalham (e trabalharam) comigo pelos momentos de incentivo, apoio e proteção. Vocês são exemplo de força e garra e eu nunca vou esquecer tudo que fizeram (e fazem) por mim.

Agradeço à Universidade Federal Fluminense e todas as instituições envolvidas no projeto que concretizaram o Mestrado Profissional em Administração Pública - Profiap, tornando essa pesquisa possível.

Agradeço aos professores do Profiap, que contribuíram para minha caminhada nessa jornada incrível e desafiadora.

Agradeço à Cynthia, que trabalha na secretaria administrativa do curso do Profiap/UFF, por toda ajuda e orientação.

Agradeço à Clara que me ajudou a desvendar as lacunas em minha mente.

Agradeço à banca por ter aceitado o convite.

Por último, mas não menos importante, agradeço imensamente à minha orientadora, por quem tenho muito carinho, Cláudia Henschel de Lima. Ela aceitou o desafio e proporcionou que eu desse passos mais largos na vida acadêmica e com mais segurança e confiança.

Ainda que eu falasse as línguas
dos homens e dos anjos, e não tivesse
amor, seria como o metal que soa ou
como o sino que tine. [...] e não tivesse
amor, nada seria.

1 Coríntios 13:1,2

Ficha catalográfica automática - SDC/BAVR
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M431c Mathias, Brunna Dias
Da Conformação da Racionalidade Neoliberal, e das formas
de sofrimento que lhe são subjacentes, à possibilidade de seu
ultrapassamento. / Brunna Dias Mathias. - 2023.
102 f.: il.

Orientador: Cláudia Henschel De Lima.
Dissertação (mestrado profissional)-Universidade Federal
Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Volta
Redonda, 2023.

1. Neoliberalismo. 2. Racionalidade. 3. Produção
intelectual. I. Henschel De Lima, Cláudia, orientadora. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências
Humanas e Sociais. III. Título.

CDD - XXX

Resumo

O objetivo geral da pesquisa de dissertação de mestrado é mostrar como o neoliberalismo conforma uma subjetividade, uma racionalidade, definida pelo *empreendedor de si*; ao mesmo tempo em que produz, nessa subjetividade, uma gama de sintomas de sofrimento. Assim, a presente pesquisa pretende mostrar como a subjetividade neoliberal e os sintomas são duas categorias conceituais que ressaltam a extensão do neoliberalismo, de sistema econômico e ideologia, para uma racionalidade e uma patologia que se localiza no tecido social. A partir deste objetivo geral, a pesquisa definiu os seguintes objetivos específicos: 1. Definir o campo de investigação do neoliberalismo a partir da categoria de *sujeito neoliberal*; 2. Definir o campo de investigação dos sintomas de sofrimento psíquico relacionados ao neoliberalismo; 3. Enumerar o campo dos sofrimentos psíquicos adquiridos na relação entre sujeito e trabalho à luz do neoliberalismo; 4. Investigar a possibilidade de solução/superação dos sintomas de sofrimento psíquico, decorrentes do ambiente neoliberal de trabalho e suas novas nuances, seja no sentido de conviver com as cobranças excessivas, sem utilizar do afastamento do trabalho.

O desenvolvimento dos objetivos exigirá dois procedimentos metodológicos de levantamento bibliográfico. O primeiro procedimento consiste no levantamento das referências dos autores que trabalham com o conceito de racionalidade neoliberal, do neoliberalismo como patologia social e do trabalho no neoliberalismo. O segundo procedimento consiste no levantamento da literatura científica, produzida entre os anos de 2020 e 2022, a fim de organizar o conhecimento produzido no tema. Seguindo as recomendações do Relatório Transparente Prisma (2020), foram realizadas buscas na base de dados de Periódicos Capes, utilizando os seguintes critérios de busca, com as seguintes combinações de palavras-chave: 1) “neoliberal” and “trabalho” and “adoecimento”, 2) “empresário de si” and “neoliberal” and “adoecimento”; 3) “empresário de si” and “desempenho” and “adoecimento” e 4) “autorregulação” and “desempenho” and “adoecimento”.

Palavras-chave: Sujeito. Trabalho. Neoliberalismo. Racionalidade Neoliberal.

Abstract

The objective of this research project is to show how neoliberalism conforms to a subjectivity, a rationality, defined by the *businessman of himself*; at the same time that it produces, in this subjectivity, a range of symptoms of suffering. Thus, this research intends to show how neoliberal subjectivity and symptoms are two conceptual categories that emphasize the extension of neoliberalism, from an economic system and ideology, to a rationality and a pathology that is located in the social fabric. Based on this general objective, the project proposes the development of the following specific objectives: 1. define the field of investigation of neoliberalism from the category of *neoliberal subject*; 2. define the field of investigation of the symptoms of psychic suffering related to neoliberalism; 3. enumerate the field of psychological suffering acquired in the relationship between subject and work in the light of neoliberalism; 4. investigate the possibility of solving/overcoming the symptoms of psychic suffering, resulting from the neoliberal work environment and its new nuances, either in the sense of living with excessive demands, without taking time off from work. The development of objectives will require two methodological procedures of bibliographic survey. The first procedure consists of surveying the references of authors who work with the concept of neoliberal rationality, neoliberalism as a social pathology and work in neoliberalism. The second procedure consists of surveying the scientific literature, produced between the years 2020 and 2022, in order to organize the knowledge produced on the subject. Following the recommendations of the Transparent Prisma Report (2020), searches will be carried out in the Capes Periodicals database, using the following search criteria, with the following combinations of keywords: 1) “neoliberal” and “work” and “illness”, 2) “self-employed” and “neoliberal” and “illness”; 3) “self-entrepreneur” and “performance” and “illness” and 4) “self-regulation” and “performance” and “illness”.

Keywords: Subject. Work. Neoliberalism. Neoliberal Rationality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Processo de filtragem e seleção dos artigos, p.12

Figura 2 – Esquema de formação da racionalidade neoliberal a partir do princípio do Homo oeconomicus, p. 23

Figura 3 – Esquema da transformação do sofrimento do trabalho em prazer, p. 66

Figura 4 – Esquema das condições para ressignificação do trabalho, p. 66

Figura 5 – Esquema da construção de novas ideias, p. 68

Figura 6 – Esquema de coordenação e cooperação, p. 71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra da classificação de Ramazzini para as doenças relacionadas ao trabalho (1700/2016), p.3

Tabela 2 – Referências ao sujeito neoliberal, p.6

Tabela 3 – Critérios de inclusão e exclusão dos artigos, p.11

Tabela 4 – Lista de artigos obtidos na busca e que serão analisados na dissertação, p.12

Tabela 5 – Síntese do programa neoliberal, conforme Foucault (1978-1979/2008), p.20

Tabela 6 – Amostra ampliada da classificação de Ramazzini para as doenças relacionadas ao trabalho (1700/2016), p.45

Tabela 7 – Categorias de psicopatologias do trabalho, conforme Dejours (2007), p.47

Tabela 8 – Variáveis de interações no ambiente de trabalho, p.49

Tabela 9 – Sintomas do Sujeito Neoliberal, p.50

Tabela 10 – Tabela das técnicas de defesa, p.59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. Considerações Iniciais	2
2. Objetivos	6
2. Objetivo geral	6
2. Objetivos específicos	7
3. Referencial teórico	7
4. Método	10
5. Plano de desenvolvimento da pesquisa	13

CAPÍTULO 1: A Formação da Racionalidade Neoliberal a partir da *Fobia do Estado*

1.1. Considerações Iniciais.....	15
1.2. O quadro de definição do neoliberalismo a partir da referência à biopolítica, em Michel Foucault.....	15
1.3. A tese de Michel Foucault: o neoliberalismo a partir da <i>fobia de Estado</i>	18
1.4. Um instrumento para governar as pessoas: o neoliberalismo como arte de governar e <i>veridição</i>	24
1.5. Um Estado desenhado para atender aos interesses	32

CAPÍTULO 2: A formação de uma nova razão do mundo: a categoria de *sujeito neoliberal* em Dardot e Laval

2.1. Considerações Iniciais	34
2.2. A constituição do Sujeito Neoliberal ou <i>neossujeito</i>	34
2.3. Sujeito Neoliberal: oxímoro de desempenho/satisfação	36
2.4. O Sujeito dentro do sujeito: <i>o dono do próprio destino e a busca incessante pelo sucesso</i>	38
2.5. A perversão como traço mórbido do empreendedor de si	41

CAPÍTULO 3: O *neossujeito* e seus sintomas

3.1. Considerações Iniciais	44
3.2. As primeiras elaborações sobre a relação entre sujeito e saúde: a referência ao trabalho	44
3.3. Dejours e a psicodinâmica do trabalho.....	46

3.4. Dardot e Laval na delimitação dos sintomas do <i>neossujeito</i>	50
3.5. A subalternidade como sintoma da subjetividade neoliberal.....	55

CAPÍTULO 4: Os caminhos percorridos pelo *neossujeito* para alcançar saúde no trabalho: será que isso é possível?

4.1. Considerações Iniciais	61
4.2. Mobilização subjetiva.....	61
4.3. Coletivismo no ambiente de trabalho.....	63
4.4. Práticas institucionalizadas de sujeição e poder.....	67
4.5. Aplicando teoria na prática - um estudo de caso sobre trabalho e mobilização subjetiva.....	70
4.6. Pandemia e trabalho precarizado - uma sucinta visão do problema.....	73

CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
-----------------------------------	----

REFERÊNCIAS	79
--------------------------	----

ANEXO I - Policy Brief - <i>Recomendações para Saúde Mental nas Relações de Trabalho</i>	
---	--

INTRODUÇÃO

1. Considerações Iniciais.

O objetivo geral da pesquisa de dissertação de mestrado é mostrar como o neoliberalismo conforma uma subjetividade, uma racionalidade, definida pelo *empreendedor de si*; ao mesmo tempo em que produz, nessa subjetividade, uma gama de sintomas de sofrimento – sendo a depressão o sintoma mais hegemônico. Assim, a presente pesquisa pretende mostrar como a subjetividade neoliberal e os sintomas são duas categorias conceituais que ressaltam a extensão do neoliberalismo, de sistema econômico e ideologia, para uma racionalidade e uma patologia que se localiza no tecido social. E, buscando a aplicação prática do que foi observado na teoria estudada, foi desenvolvido um *Policy Brief* que tem por objetivo sustentar estratégias que se utilizam de ações indicadas para possibilitar a construção do coletivo no ambiente de trabalho e a ressignificação do trabalho, que são ferramentas que permitem a construção de um modelo teórico de entendimento da relação entre sujeito e trabalho no quadro do neoliberalismo.

Antes de dar continuidade ao desenvolvimento desta introdução, é importante colocar uma tomada de decisão em conjunto com a orientação desta pesquisa. Na época de ingresso no PROFIAP, a autora desta dissertação já tinha claro, para ela, um limite: não seria possível conduzir um estudo de caso, tomando meu próprio contexto de trabalho, à luz dos impactos do neoliberalismo nas relações de trabalho. E não seria possível precisamente porque, conforme estudaremos ao longo da pesquisa, o neoliberalismo produz um grave comprometimento das relações de trabalho ao conformar a racionalidade do empreendedorismo de si. Essa racionalidade está na base da forma como, hoje, entendemos quem nós somos e como estabelecemos relações sociais impedindo-nos de pensar em algum ponto de não comprometimento dessas relações. No entanto, esse limite não implicou uma desistência do tema e nem da perspectiva que se abriria com o estudo de caso. Ao contrário, avançamos ao longo da pesquisa, no reconhecimento dos impactos mais profundos do empreendedorismo de si nas relações de trabalho. E interrogamos, ao final, se: 1. haveria a possibilidade de algum ultrapassamento; 2. qual a direção possível para a recomposição das relações de trabalho. Assim, a pesquisa fala sobre isso o tempo todo, ainda que não particularize em um estudo de caso elaborado aqui. No entanto, tentamos minimizar o impacto que uma pesquisa teórica pode ter no sentido de uma abstração, ou de hipóteses sem campo de verificação, com a inclusão de um estudo de caso já publicado e que se refere a uma situação de sofrimento psíquico de docentes.

Para desenvolver a contextualização do tema, bem como construir a base para a formulação do problema de pesquisa e sua relevância foi realizado, durante o primeiro ano da pesquisa, um

levantamento prévio do estado da arte dos temas “saúde humana e trabalho”, “saúde e trabalhador”. Esse breve levantamento possibilitou estabelecer algumas considerações essenciais para o desenvolvimento da presente pesquisa e que apresentaremos aqui, a fim de ressaltar a dimensão do tema investigado.

A primeira referência sobre trabalho e saúde humana – com foco nas doenças de trabalhadores - é *De morbis artificum Diatriba*, de Bernardino Ramazzini e publicado em 1700. O autor é considerado o fundador da medicina do trabalho e este livro é o marco do interesse especializado pelos trabalhadores enquanto contingente populacional. O livro é, na verdade, a formulação de uma classificação de 65 doenças relacionadas a formas de trabalho diferentes e que compõem, ao mesmo tempo, a estrutura de 65 capítulos do livro. A tabela 1 apresenta uma amostra de 15 doenças que compõem esta classificação.

Tabela 1. Amostra da classificação de Ramazzini para as doenças relacionadas ao trabalho (1700/2016).

Doenças dos mineiros
Doenças dos douradores
Doenças dos iatraliptas (massagistas)
Doenças dos químicos
Doenças dos oleiros
Doenças dos estanhadores
Doenças dos pintores
Doenças dos que trabalham com enxofre
Doenças dos ferreiros
Doenças dos azeiteiros, dos curtidores, dos queijeiros e de outros ofícios imundos
Doenças dos trabalhadores de fumo

A amostra das doenças abordadas por Ramazzini (1700/2016) mostra como o autor aborda diretamente a relação entre o ofício que se exercia no século XVIII e suas consequências para a saúde humana, observando dois eixos: o que se manipula na realização de uma atividade laboral e a violência imposta ao corpo por posturas específicas à atividade realizada:

O múltiplo e variado campo semeado de doenças para aqueles que necessitam ganhar salário e, portanto, terão de sofrer males terríveis em consequência do ofício que exercem, prolifera, segundo creio, devido a duas causas principais: a primeira, e a mais importante, é a natureza nociva da substância manipulada que pode produzir doenças especiais pelas exalações danosas e poeiras irritantes que afetam o organismo humano; a segunda é a violência que se faz à estrutura natural da máquina vital com posições forçadas e inadequadas do corpo, o que, pouco a pouco, pode produzir grave enfermidade. (Ramazzini, 1700/2016, p. 29)

Na década de 1920, o periódico científico inglês, *Journal of Psychiatry* publicou uma resenha do livro *The Movement for a Mental Hygiene of Industry*, em que o autor mostra como os mesmos métodos empregados para a recuperação da higiene mental dos soldados, poderiam ser aplicados à higiene mental dos trabalhadores da indústria. Assim ter-se-ia uma psicologia industrial que

emprega testes e escalas; uma neuropsiquiatria aplicada às patologias do trabalho. A investigação e a elaboração de intervenções aplicadas especificamente aos problemas de saúde dos trabalhadores estavam, nessa época, direcionadas para garantir o aumento da produtividade dos trabalhadores de várias categorias. Apenas na década de 1950, observou-se uma mudança com relação a esse modelo da produtividade, a partir de dois importantes marcos de ruptura:

1. Em 1952, com Paul Sivadon: aparecimento, pela primeira vez, da denominação de psicopatologia do trabalho.
2. Em 1956, com Le Guillant et al (1956): publicação, em *la Presse Medicale*, do estudo *La névrose des telephonistes*. Trata-se do primeiro estudo sobre as características da atividade de telefonista e o tipo de transtorno evidenciado por trabalhadores de uma mesma categoria profissional.

Apesar dessa ruptura com o entendimento do trabalho pela produtividade, registrada nessas duas referências internacionais, observa-se a pequena quantidade de publicação no Brasil – o próprio estudo de 1956 só foi traduzido para o português, e publicado em 1984. Isso parece indicar três orientações na consideração da relação entre saúde e trabalho (Spink, 2009; Fairman, 2012; Oliveira, Silva & Sticca, 2018; Sousa-Duarte, 2020):

1. O lugar secundário da investigação sobre as psicopatologias do trabalho.
2. O predomínio do modelo biológico de saúde/doença na abordagem das psicopatologias do trabalho.
3. A dificuldade na formulação de modelos, centrados no domínio de investigação psicológica, sobre o processo saúde humana/doença vinculados ao trabalho.

No entanto, apesar desta destas orientações, verificadas pela literatura da área, algumas referências (Lacaz, 2007; Merlo & Mendes, 2009; Oliveira, Silva & Sticca, 2018) ressaltam a presença de formulações conceituais multidisciplinares, que não reduzem o tema saúde humana/trabalho ao modelo biológico – é o caso da Psicodinâmica do Trabalho, proposta por Christophe Dejours, que vem ampliando a categoria de sofrimento psíquico para o tema da saúde do trabalhador e avançando no esclarecimento dos determinantes do estresse ocupacional, da síndrome de *burnout*. No Brasil, a psicodinâmica do trabalho teve seu marco com a tradução, para o português, do livro de Déjours, intitulado *Travail, Usure mentale - Essai de Psychopathologie du Travail*. No entanto, observa-se que o título em português é *A loucura do trabalho* (Dejours, 1987), suprimindo uma parte significativa do título, que se refere ao campo da psicopatologia do trabalho: o desgaste mental, o esgotamento mental, associado ao trabalho. Essa supressão, na verdade, indica o deslocamento importante no objeto: a psicodinâmica do trabalho se estende do desgaste mental até

a forma como os trabalhadores, mesmo em condições adversas de trabalho, mantêm sua estabilidade psíquica. Assim, a Psicodinâmica do Trabalho tem como objetivo apreender como os trabalhadores preservam seu equilíbrio psíquico diante de condições de trabalho precárias e em ambientes hostis (Sousa-Duarte, 2020). O presente projeto interroga sobre a natureza deste deslocamento da psicopatologia do trabalho para a psicodinâmica do trabalho e, fundamentalmente, sobre o destino que o sofrimento psíquico nas relações de trabalho assume a partir deste deslocamento. Neste sentido, cabe a referência de Guimarães (2006) sobre a dinâmica de trabalho ao longo dos tempos, constatando que, a despeito das modificações no ambiente organizacional, o trabalho ainda é percebido por muitos dos que trabalham como sinônimo de sofrimento.

O real significado do labor acaba sendo de punição, de algo que não é prazeroso de realizar, mas que é necessário para a sobrevivência. Coadunado com esta ideia, Corrêa (2019, p. 126), traz uma reflexão a respeito dessas mudanças no cotidiano do trabalho: “Pensar uma existência produtiva característica de nossos tempos pode ser um ponto norteador para analisar a origem das doenças psíquicas relacionadas ao trabalho”. A autora continua pontuando a questão do sujeito, que passa a ser o próprio controlador de si mesmo, e que essa forma de agir impulsiona o desejo pelo consumo afetando muito além de corpos, atuando por meio da autoexploração. “(...) eficiente alavanca para a economia de mercados, visto que as atividades valorizadas são as que possuem alguma utilidade, assim, o ócio como tempo livre desaparece da vida desse capital humano produtivo.” (Corrêa, 2019, p.126).

São referências, que trazem a dimensão do mal-estar, do sofrimento psíquico, para o cerne da investigação sobre a relação entre o sujeito e o trabalho.

Um avanço importante, e em uma direção distinta do objeto da psicodinâmica do trabalho, vem sendo abordada por autores que investigam o processo de constituição da racionalidade neoliberal e, em especial, a internalização subjetiva da lógica do mercado. É o caso de Brown (2015), Dardot e Laval (2016), Safatle (2019), Henschel de Lima e Alves Junior (2021).

Esses autores investigam o funcionamento da subjetividade no neoliberalismo a partir da categoria de racionalidade neoliberal, formulada por Michel Foucault em *Nascimento da Biopolítica* (1978 – 1979/2008). Para Foucault, o sujeito: é “(...) ele próprio o seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda.” (Foucault, 1978 – 1979/2008), p. 311). Por racionalidade neoliberal o autor designa, então, a direção tomada pelo neoliberalismo: estender a lógica empresarial ao funcionamento da razão – indicando, assim, que o neoliberalismo é mais do

que um sistema econômico, é mais do que o funcionamento do capitalismo contemporâneo; o neoliberalismo exige uma racionalidade.

Nessa mesma direção, autores mais recentes, como Brown (2016), Dardot e Laval (2016), Safatle (2019), Henschel de Lima e Alves Junior (2021) afirmam essa extensão em termos de subjetividade neoliberal para marcar os impactos do neoliberalismo no funcionamento da subjetividade, conforme é possível observar por meio da leitura de uma amostra breve de citações apresentadas na tabela 2.

Tabela 2. Referências ao sujeito neoliberal

Autores	Amostra de citações das referências
Wendy Brown (2016)	“(…) A ideia e prática de responsabilização – que coage o sujeito a se tornar um autoinvestidor e autoprovedor responsável – reconfigura o comportamento correto do sujeito de alguém conduzido naturalmente para interesses satisfatórios para alguém forçado a se envolver em alguma forma particular de autossustento que se mescla à moralidade do Estado e da saúde da economia.”
Dardot e Laval (2016, p.8)	“(…) uma racionalidade global - mais que uma doutrina econômica ou ideológica - que vem transformando profundamente as sociedades de forma subterrânea e difusa, estendendo seu sistema normativo a todas as relações sociais, sem deixar incólume nenhuma esfera da existência humana.”
Vladimir Safatle (2019, p.8)	“(…)devemos atualmente insistir na necessidade de a crítica posicionar-se como análise das patologias sociais. Essa assunção passa pela compreensão de sociedades como sistemas produtores e gestores de patologias. Inexiste sociedade que não se fundamente em um complexo processo de gestão de patologias (…)”.
Henschel de Lima e Alves Junior (2021, p. 92)	“O Estado no neoliberalismo precisa intervir, precisamente, na produção de despersonalização e de um profundo sentimento de desamparo que o estudo de Henschel de Lima (2020) arriscou denominar de ‘melancolização’ (...) e com as seguintes características: sentimento de desânimo profundo e doloroso, suspensão do interesse pela vida, perda da capacidade de amar, inibição da atividade, denegrindo a si próprio (...)”

A leitura desses autores permite delimitar, no funcionamento da racionalidade neoliberal, o que Safatle (2019) denomina de *patologia social*, ou o que nesta pesquisa vamos designar como *sintomas da subjetividade neoliberal*. Assim, a presente pesquisa pretende mostrar como a subjetividade neoliberal e os sintomas são duas categorias conceituais que ressaltam a extensão do neoliberalismo, de sistema econômico e ideologia, para uma racionalidade e uma patologia que se localiza no tecido social. Henschel de Lima & Alves Junior (2021) vão na mesma direção de isolar a relação entre neoliberalismo e subjetividade, acrescentando o afeto da melancolização como o sintoma subjetivo desta submissão das relações sociais à lógica de mercado.

Essas categorias serão fundamentais para a presente pesquisa, cujo objetivo é investigar a relação entre o sujeito e o trabalho à luz da patologia social do neoliberalismo.

2. Objetivos

2.1. Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa de dissertação de mestrado é mostrar como o neoliberalismo conforma uma subjetividade, uma racionalidade definhada pelo *empreendedor de si* ao mesmo

tempo em que produz, nessa subjetividade uma gama de sintomas de sofrimento. Assim, a presente pesquisa pretende mostrar como a subjetividade neoliberal e os sintomas são duas categorias conceituais que ressaltam a extensão do neoliberalismo, de sistema econômico e ideologia, para uma racionalidade e uma patologia que se localiza no tecido social.

Com base neste objetivo geral, a pesquisa de dissertação propõe o desenvolvimento dos seguintes objetivos específicos.

2.2. Objetivos específicos

- A. Definir o campo de investigação do neoliberalismo a partir da categoria de *sujeito neoliberal*.
- B. Definir o campo de investigação dos sintomas de sofrimento psíquico relacionados ao neoliberalismo.
- C. Enumerar o campo dos sofrimentos psíquicos adquiridos na relação entre sujeito e trabalho à luz do neoliberalismo.
- D. Investigar a possibilidade de solução/superação dos sintomas de sofrimento psíquico, decorrentes do ambiente neoliberal de trabalho e suas novas nuances, seja no sentido de conviver com as cobranças excessivas, sem utilizar do afastamento do trabalho.

3. Referencial teórico

Conforme já foi possível observar, a denominação de *trabalho* ganha complexidade quando se tem a referência do engajamento subjetivo. Segundo Christophe Dejours (2004, p.28): “Para o clínico, o trabalho não é em primeira instância a relação salarial ou o emprego; é o ‘trabalhar’, isto é, um certo modo de engajamento da personalidade para responder a uma tarefa delimitada por pressões (materiais e sociais)”. Segundo o autor, não tem como atingir a qualidade se as prescrições forem respeitadas de forma estrita. O trabalho acaba sendo aquilo que o sujeito exerce, para além das prescrições dos manuais e incrementa para conseguir atingir os objetivos que lhe são imputados, preenchendo a lacuna entre o prescrito e o real. Corroborando para o conceito, Ferreira (2013) introduz um ponto fundamental em sua análise sobre a relação entre trabalho e subjetividade, acentuando uma assimetria, uma distância entre o real e a prescrição: “A distância entre o real do trabalho e as prescrições mostra-se ao trabalhador pela resistência aos procedimentos, ao saber-fazer, à técnica, ao conhecimento e à própria subjetividade.” (Ferreira, 2013, p.3). Mais recentemente, Amaral (et.al. 2019, p.4) reforçaram que: “O trabalho implica sempre um confronto com o real que coloca em xeque as certezas da prescrição”.

Essas considerações fazem parte do objeto da psicodinâmica do trabalho. Trata-se de uma abordagem científica desenvolvida na década de 1980, tendo como eixo central a pesquisa de Christophe Dejours sobre vida psíquica no trabalho. Construída inicialmente com base na

psicopatologia, a psicodinâmica do trabalho tem, com foco específico, a investigação das forças, visíveis e invisíveis, objetivas e subjetivas, psíquicas, sociais, políticas e econômicas que são decisivas para que o trabalho se torne um lugar de saúde ou de adoecimento. Neste sentido, o escopo de pesquisa da psicodinâmica são tanto as relações dinâmicas entre a organização do trabalho e o processo de subjetivação, a mobilização e o engajamento que o trabalho exige do trabalhador, levando-o ao adoecimento, como a possibilidade de superação dessa condição. Segundo o próprio Dejours (2004):

A psicodinâmica do trabalho é uma disciplina clínica que se apoia nas relações entre trabalho e saúde mental e é uma disciplina teórica que se esforça para inscrever os resultados da investigação clínica da relação com o trabalho numa teoria do sujeito que engloba, ao mesmo tempo, a psicanálise e a teoria social”. (Dejours, 2004, p.28)

A partir dessas considerações, infere-se que a psicodinâmica do trabalho surge num contexto de suprir as necessidades de compreensão dos efeitos que o contexto de trabalho provoca em seus atores e como estes se comportam diante das mais diversas situações em que são colocados, no sentido de produzir e desempenhar sempre seus melhores papéis. Dejours torna-se, então, um pioneiro na formulação da psicodinâmica do trabalho como uma nova ciência, dedicada à análise dos processos intra e intersubjetivos que são mobilizados na relação entre o ser humano e o trabalho e que produzem sofrimento psíquico.

Ferreira (2013) elabora uma definição dos temas em questão, convergindo os termos subjetividade e psicodinâmica do trabalho:

As referências psicanalíticas sobre a teoria do sujeito são importantes para a compreensão da subjetividade na psicodinâmica do trabalho. Como abordagem clínica e teórica, a psicodinâmica apoia-se na descrição e no conhecimento das relações entre trabalho e saúde mental; busca inscrever os resultados de suas pesquisas na relação com o trabalho com base em uma *teoria do sujeito*. (Ferreira, 2013, p.5)

A partir dessas considerações, retoma-se a assimetria entre o real e a prescrição estabelecida no trabalho, para enfatizar como a psicodinâmica do trabalho se interessa diretamente por esse ponto: tal assimetria pode desestabilizar o sujeito diante do inesperado e a reação que o mesmo tem diante dessa situação é decisiva nos destinos do sofrimento no trabalho, podendo levar ao desencadeamento de patologias. O problema de investigação da psicodinâmica do trabalho é, então, determinar o impacto produzido por essa assimetria no sujeito. Segundo Dejours (2004):

Como, então, o sujeito que trabalha reconhece esta distância irreduzível entre a realidade, de um lado, e de outro as previsões, as prescrições e os procedimentos? Sempre sob a forma de fracasso: o real se revela ao sujeito pela sua resistência aos procedimentos, ao saber-fazer, à técnica, ao conhecimento, isto é, pelo fracasso da mestria.” (Dejours, 2004, p.28)

De fato, a partir do trecho acima, a psicodinâmica do trabalho analisa que, como o mundo real é inflexível, ele leva o sujeito de encontro com o fracasso, causando desde o sentimento de

impotência até raiva e o esmorecimento do ser. O real se manifesta de forma afetiva ao sujeito e, da mesma forma, o sujeito experimenta esse fracasso em termos afetivos:

O sofrimento não é apenas uma consequência última da relação com o real; ele é ao mesmo tempo proteção da subjetividade com relação ao mundo, na busca de meios para agir sobre o mundo, visando transformar este sofrimento e encontrará via que permita superar a resistência do real.” (Dejours, 2004, p.28)

A forma como a psicodinâmica do trabalho define a complexidade da pesquisa sobre o trabalho quando se inclui a variável subjetiva, vai de encontro à reflexão sobre a racionalidade neoliberal, conduzida por Dardot e Laval (2016), a partir da hipótese de que o neoliberalismo não é somente a forma contemporânea do capitalismo; ele é um regime de gestão social e produção de racionalidade:

Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis. – metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui. (Dardot e Laval, 2016, p.327)

Os autores situam essa racionalidade como um conceito que transcende o sujeito trabalhador para afetar todos os campos da sua vida. Os autores continuam a conceituar esse sujeito:

O efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. (Dardot e Laval, 2016, p.355)

Segundo Dardot e Laval (2016), essa nova dinâmica leva o trabalhador a suprimir seus sentimentos relacionados à alienação, uma vez que obedecer ao próprio desejo ou ao outro que fala em voz baixa dentro de nós dá no mesmo. Essas supressões dos sentimentos são alimentadas pelas modernas técnicas de motivação, estímulo e incentivo no ambiente de trabalho, levando a crer que se está indo pelo caminho certo: se alcançado o objetivo (por mais inalcançável que este seja), o sujeito será recompensado.

A extensão da lógica da empresa para o funcionamento subjetivo, a modelação da subjetividade por essa lógica com reflexos na relação entre o sujeito e o trabalho, implica em assumir subjetivamente a competição e o imperativo de desempenho. Dardot e Laval (2016) denominam de *empreendedor de si*:

O novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para “ganhar”, ser “bem-sucedido”. O esporte de competição, mais ainda que as figuras idealizadas dos dirigentes de empresa, continua a ser o grande teatro social que revela os deuses, os semideuses e os heróis modernos (Dardot e Laval, 2016, p.380).

As empresas *usam* as imagens dos atletas, comparados aos deuses inatingíveis, para *estimular* e cobrar de forma mais intensiva que seus colaboradores se esforcem mais e se dediquem como eles, como atletas de suas próprias carreiras. O empreendedor de si, ao mesmo tempo em que encarna os princípios da concorrência e do desempenho, é autorreferenciado. O termo “autorreferencialidade” é empregado por Han (2015) para esclarecer um outro traço do sujeito neoliberal: como ele assume a posição submissa de cobrar cada vez mais de si mesmo, sendo seu próprio algoz. É o que Henschel de Lima e Alves Junior (2021), mais recentemente, identificaram como sendo a “melancolização” do sujeito neoliberal, caracterizado por uma subjetividade defensiva, agressiva e rígida em relação a si mesmo. Esse traço de autorreferencialidade (Han,2015), de melancolização (Henschel de Lima e Alves Junior, 2021) estão na base do desencadeamento de problemas de saúde, tanto físicos quanto psicológicos.

A psicodinâmica do trabalho, ao incluir a definição de sujeito neoliberal, evidencia a problemática da mobilização e do engajamento que as organizações exigem do trabalhador e que a subjetivação é uma ferramenta muito útil para impulsionar o sujeito na ideologia do desempenho, levando-o ao sofrimento e as falhas, desenvolvendo as patologias sociais como a perversão, violência e servidão. Com relação a esse ponto, a referência de Mendes (2007) cita a autoaceleração como uma ferramenta de subjetivação: é o modo de evitar o contato com a realidade e utilizada pelos gestores das organizações para aumentar a produtividade e que o acesso e apreensão dessas relações dinâmicas se dão pela análise da percepção do sofrimento dos trabalhadores. Segundo Mendes (2007), a mobilização que advém desse sofrimento se articula com o sentimento de reapropriação de si, tornando o “ser sofrente” inerente ao trabalhador e não sendo dito como um mal em si. Esse sofrimento se torna motriz para ressignificar a realidade no ambiente de trabalho. É nesse ponto que a psicodinâmica entra, para avaliar, quantificar e qualificar através das falas e ações dos sujeitos, a forma de sofrimento pelo qual estes estão passando.

Com essas considerações conceituais, que entrecruzam a filosofia política – com o conceito de racionalidade neoliberal – e a psicodinâmica do trabalho, que complexifica a definição de “trabalho” ao incluir a variável sujeito, a pesquisa não só pretende mostrar como a subjetividade neoliberal e os sintomas são duas categorias conceituais que ressaltam a extensão do neoliberalismo, de sistema econômico e ideologia, para uma racionalidade e uma patologia que se localiza no tecido social, como também sustenta a possibilidade de se construir um modelo teórico de entendimento da relação entre sujeito e trabalho no quadro do neoliberalismo.

4. Método.

O desenvolvimento dos objetivos exigirá dois procedimentos metodológicos de levantamento

bibliográfico.

O primeiro procedimento consiste no levantamento das referências dos autores que trabalham com o conceito de racionalidade neoliberal, do neoliberalismo como patologia social e do trabalho no neoliberalismo:

1. Foucault (1978-1979/2008) e a formulação do neoliberalismo como arte de governar que produz racionalidade: a formação da racionalidade neoliberal a partir da fobia de estado.
2. Dardot e Laval (2016): o conceito de sujeito neoliberal
3. Dejours (2004) e Ferreira (2013): a psicodinâmica do trabalho como campo de investigação da formação dos sintomas de sofrimento no neoliberalismo.

O segundo procedimento consiste no levantamento da literatura científica, produzida entre os anos de 2020 e 2022, a fim de organizar o conhecimento produzido no tema. Seguindo as recomendações do Relatório Transparente Prisma (2020), foram realizadas buscas na base de dados de Periódicos Capes, utilizando os seguintes critérios de busca, com as seguintes combinações de palavras-chave: 1) “neoliberal” and “trabalho” and “adoecimento”, 2) “empresário de si” and “neoliberal” and “adoecimento”; 3) “empresário de si” and “desempenho” and “adoecimento” e 4) “autorregulação” and “desempenho” and “adoecimento”.

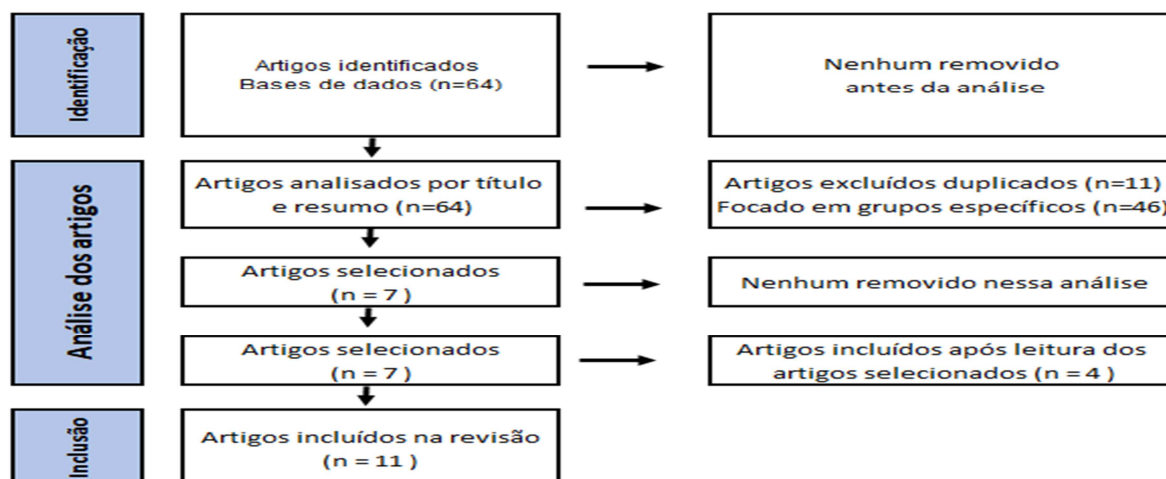
No que se refere a esse procedimento, foi realizada uma primeira busca em dezembro de 2021. Essa busca de artigos gerou uma complementação da metodologia em termos de critérios para adequação dos artigos encontrados com os objetivos da pesquisa. Dessa forma, a primeira ação realizada para averiguar essa adequação, foram os títulos e os resumos dos mesmos. Os critérios de inclusão e exclusão para utilização na pesquisa, estão discriminados na tabela 3.

Tabela 3 Critérios de inclusão e exclusão dos artigos.

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
1) Fazer referência ao tema foco da pesquisa.	1) Tratar do assunto de forma a estudar grupos específicos de trabalhadores
2) Citar consequências do ambiente de trabalho na saúde dos trabalhadores.	2) Artigos duplicados.
3) Tratar do assunto de forma abrangente, sem focar em ramos econômicos específicos.	

No que se refere a este segundo procedimento metodológico, foram encontrados 64 artigos, filtrados após análise dos títulos e resumos dos mesmos e exclusão de documentos duplicados. Ao final, 7 artigos foram analisados, conforme mostra a figura 3, que apresenta o processo de filtragem e seleção dos documentos realizada no primeiro momento.

Figura 1. Processo de filtragem e seleção dos artigos



Primeiramente, foram analisados os títulos e resumos dos trabalhos, buscando selecionar os que mais poderiam contribuir com este estudo. Após isso, foram excluídos os textos que realizavam análises focados em uma área de trabalho específico, pois o intuito não era restringir a reflexão deste trabalho a determinados setores, e sim ter uma visão abrangente dos efeitos do trabalho na saúde dos trabalhadores. Utilizando-se a técnica “bola de neve para trás”, que significa usar a lista de referência para identificar novos artigos a serem incluídos (Wholin,2014), conduzimos a leitura na íntegra dos 7 trabalhos selecionados após a análise dos artigos, foram incluídos quatro artigos, que estavam listados nas referências dos 7 primeiros, pois traziam informações enriquecedoras e esclarecedoras que não foram incluídas nos artigos originais lidos. Sendo assim, o resultado da busca subiu para 11 artigos a serem analisados, conforme apresenta a tabela 4.

Tabela 4. Lista de artigos obtidos na busca e que serão analisados na dissertação

Nº	Título	Referência
1	A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal	Moura, Juliana Da Silva, Júlia Cecília De Oliveira Alves Ribeiro, Abília Ana De Castro Neta e Claudio Pinto Nunes. (2019)
2	Burnout e jovens trabalhadores	Souza, Marina B. C. Azevedo de, Diogo Henrique Helal, e Kely César Martins de Paiva. (2017)
3	Controle no trabalho: uma reflexão sobre antigas e novas formas de controle e suas consequências sobre os trabalhadores	Guimarães, Magali Costa. (2006)
4	A violência sistêmica e autoexplorativa do empresário de si: o paradoxo da liberdade no ethos neoliberal e o consequente adoecimento psíquico na sociedade do cansaço.	Corrêa, Laura Henrique. (2019)
5	Os riscos e a promoção do autocontrole na saúde alimentar: moralismo, biopolítica e crítica parresiasista	Castiel, Luis David, Marcos Santos Ferreira e Danielle Ribeiro de Moraes. (2014)
6	O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica	Rohm, Ricardo Henry Dias e Natália Fonseca Lopes. (2015)
7	Processos de saúde-doença: diálogos entre as teorias psicanalítica, cognitivo-comportamental e sistêmica	Costa, Crístofer Batista da; Limberger, Jéssica; Frantz, Mariana Flores; Donelli, Tagma Marina Schneider; Mosmann, Clarisse Pereira; Andretta, Ilana e Castro, Elisa Kern de. (2019)

8	Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação	Heloani, Roberto e Lancman, Selma. (2004)
9	Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.	Selma Lancman e Laerte I. Sznelman. (2004)
10	Análise fatorial do maslach burnout inventory (mbi) em uma amostra de professores de instituições particulares.	Carlotto, Mary Sandra e Sheila Gonçalves Câmara. (2004)
11	Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores	Mary Sandra Carlotto e Lílian dos Santos Palazzo (2006)

Após a leitura desses 11 artigos, da tabela 4, foi elaborado o sumário estrutural da pesquisa de dissertação com os seguintes eixos teóricos:

1. A categoria de *sujeito neoliberal*.
2. Psicodinâmica do trabalho.
3. Sofrimentos psíquicos.
4. Estratégias psíquicas de ultrapassamento das formas de sofrimento psíquico.

Esses eixos compuseram a base teórica desenvolvida ao longo da presente pesquisa de dissertação. Em especial, o último eixo exigiu um segundo levantamento com a inclusão de outros estudos.

5.Plano de Desenvolvimento da Pesquisa.

A totalidade do material teórico resultante do levantamento especificado na seção de método, foi organizada em quatro capítulos, dispostos da seguinte forma:

Capítulo 1. A Formação da Racionalidade Neoliberal a partir da *Fobia do Estado*: o objetivo deste capítulo é definir o campo de investigação do neoliberalismo a partir da categoria de racionalidade neoliberal. Para isso, o capítulo apresentará o desenvolvimento da tese que Michel Foucault, apresenta em seu curso *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979/2009): a racionalidade neoliberal desde o surgimento do *homo oeconomicus*¹.

Capítulo 2. A formação de uma nova razão do mundo: a categoria de *sujeito neoliberal* em Dardot e Laval

O capítulo 2 concentrar-se-á, precisamente, na conformação desta nova racionalidade. Como referência principal, usaremos o livro de Pierre Dardot e Christian Laval, intitulado *A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal* (2016) e cuja base foi o estudo de Foucault - amplamente abordado, nesta pesquisa, ao longo do capítulo 1.

Capítulo 3. O *neossujeito* e seus sintomas: o objetivo do capítulo é estabelecer algumas reflexões sobre o surgimento, na conformação da racionalidade neoliberal, de formas de sofrimento psíquico, de sintomas que não são o negativo, ou uma espécie de anomalia do funcionamento neoliberal, mas algo que lhe é imanente. Para isso, recorreremos às referências da

¹ Incluímos no anexo uma tabela com o resultado do levantamento de citações de Michel Foucault com a matriz de uma análise de conteúdo que fundamentou a construção do capítulo 1.

psicodinâmica (com Dejours, Mendes e Ferreira) articulando-a com as formulações de Dardot e Laval (2016).

Capítulo 4. Os caminhos percorridos pelo *neossujeito* para alcançar saúde no trabalho: será que isso é possível? É um capítulo de conclusão da pesquisa, cujo objetivo é aprofundar a reflexão a respeito da mobilização subjetiva e das formas que o sujeito busca para se manter no trabalho, trazendo os dados de uma pesquisa realizada entre professoras que precisaram ser readaptadas após sofrerem doenças ocupacionais, trazendo também para discussão a questão da precarização do trabalho, devido a sua citação no decorrer da pesquisa e visto sua relevância quando se fala sobre racionalização do trabalho e racionalidade neoliberal.

Além dos quatro capítulos, a pesquisa incluiu uma seção de considerações finais, onde retoma os principais pontos desenvolvidos, ressaltando o horizonte da pesquisa e seus limites.

CAPÍTULO 1. A Formação da Racionalidade Neoliberal a partir da *Fobia do Estado*.

1.1.Considerações Iniciais.

Em consonância com o objetivo geral desta pesquisa, a finalidade do presente capítulo é definir o campo de investigação do neoliberalismo a partir da categoria de racionalidade neoliberal. Para isso, o capítulo apresentará o desenvolvimento da tese que Michel Foucault, apresenta em seu curso *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979/2009). De fato, é neste curso que o autor formula aquilo que será sua inovação na leitura do neoliberalismo - a racionalidade neoliberal desde o surgimento do *homo oeconomicus*:

Homo oeconomicus é um empresário, é um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo oeconomicus parceiro da troca por um homo oeconomicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda. (Foucault, 1978-1979/2008, p.311)

É no *homo oeconomicus*, que Foucault (1978-1979/2009) sedimentará as bases para a formulação de que o sujeito neoliberal será, ele mesmo:

- 1.Seu próprio produtor.
- 2.Sua própria fonte de renda.

Por racionalidade neoliberal Foucault (1978-1979/2008) designará, então, a direção tomada pelo neoliberalismo. Trata-se de estender a lógica empresarial ao funcionamento da razão – indicando, assim, que o neoliberalismo é mais do que um sistema econômico, é mais do que o funcionamento do capitalismo contemporâneo: o neoliberalismo exige uma racionalidade.

1.2.O quadro de definição do neoliberalismo a partir da referência à biopolítica, em Michel Foucault.

Antes do capítulo avançar na especificidade do neoliberalismo, é fundamental apresentar o contexto maior de sua localização na atividade de pensamento do filósofo Michel Foucault.

O curso *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979/2008), ministrado por ele no Collège de France, se conecta à dois outros cursos dados pelo autor, de tal modo que temos a seguinte ordenação:

1. *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976/2012)
2. *Segurança, Território e População* (1978/2008)
3. *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979/2008)

O que se verifica nessa ordenação? O deslocamento do tema sobre a segurança para o tema do biopoder e da *governamentalidade*. No marco deste deslocamento, Foucault (1975-1976/2012;

1978/2008; 1978-1979/2008) abordará a história da *governamentalidade*, se posicionando contra a ideia de que o Estado seria uma instância central e única, de poder, na sociedade. Então, ele faz uma trajetória inversa ao longo desses cursos: o autor parte da identificação de práticas, mecanismos, técnicas disciplinares, que estejam relacionadas com a produção de uma determinada razão de Estado e com o controle das condutas dos indivíduos. Eu vou tomar aqui dois dos três exemplos citados por Foucault (1978-1979/2008), e que se referem ao regulamento de doenças. O primeiro exemplo é o da peste no final da Idade Média e durante os séculos XVI e XVII. Tratava-se de esquadrihar regiões, cidades em que a peste explodira com uma regulamentação sobre a circulação das pessoas, sobre o que poderiam fazer em casa, o tipo de alimentação que deveriam ingerir, a proibição do contato, além da apresentação das pessoas perante os inspetores e a inspeção de suas casas. O segundo exemplo é o da varíola no século XVIII e o problema da inoculação: aqui, trata-se agora, não tanto de impor uma disciplina, mas de saber quantas pessoas contraíram a doença, a faixa etária, seus efeitos, a taxa de mortalidade, lesões e sequelas, os riscos da inoculação. A disciplina vem em auxílio disso.

Essas considerações evidenciam a distância, tomada por Foucault (1975-1976/2012; 1978/2008; 1978-1979/2008), nesses cursos, com a hipótese da repressão. Em seu lugar, ele propõe duas novas chaves interpretativas dos acontecimentos que marcaram a ascensão do capitalismo: a *governamentalidade* e a biopolítica.

As práticas de *governamentalidade* não expulsam os seres humanos da vida social ou impede suas atividades. Seu objetivo é gerir a vida dos seres humanos, controlá-los em suas ações para que seja possível utilizá-los ao máximo aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo das potencialidades. O conceito de *governamentalidade* define um conjunto de técnicas de docilização dos corpos, levando-os a internalizar, de forma orgânica e natural as delimitações impostas pelo liberalismo:

(...) o liberalismo deve ser analisado então como princípio e método de racionalização do exercício do governo - racionalização que obedece, e é essa a sua especificidade, a regra interna da economia máxima. Enquanto toda racionalização do exercício do governo visa maximizar seus efeitos diminuindo o máximo possível o custo (entendido no sentido político tanto quanta no sentido econômico), a racionalização liberal parte do postulado de que o governo (trata-se, é claro, não da instituição "governo", mas da atividade que consiste em reger a conduta dos homens num quadro e com instrumentos estatais) não poderia ser sua própria finalidade. (Foucault, 1978-1979/2008, p.432).

No que se refere a biopolítica, o autor a definiu como a racionalização dos problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças. Logo nos primeiros capítulos do curso em questão, o autor pontua as características específicas da autolimitação do Estado e da forma liberal de governar:

(...) O princípio da autolimitação da razão governamental. "Autolimitação da razão governamental": o que quer dizer isso, afinal? O que é esse novo tipo de racionalidade na arte de governar, esse novo tipo de cálculo que consiste em dizer e em fazer o governo dizer "aceito, quero, projeto, cálculo que não se deve mexer em nada disso"?" Pois bem, acho que é isso que se chama, em linhas gerais, "liberalismo". (Foucault 1978-1979/2008, p.28).

É importante ressaltar a localização do liberalismo, para Foucault: no final do século XVIII - como solução, avanço, em relação a forma de poder centrada na figura do soberano. Neste sentido, a autolimitação do Estado ganha todo seu sentido. O princípio essencial da autolimitação, definia que a restrição do Estado ao seu formato frugal. Assim, a nova prática de *governamentalidade* deveria observar:

(...) essa nova arte de governar ou essa arte de governar o menos possível, essa arte de governar entre um máximo e um mínimo, e mais para o mínimo que para o máximo, pois bem, essa arte tem que ser considerada uma espécie de duplicação, em todo caso, digamos, de burilamento interno da razão de Estado, é um princípio para sua manutenção, para o seu desenvolvimento mais completo, para o seu aperfeiçoamento. Digamos que não é algo diferente da razão de Estado, que não é um elemento externo e negador em relação à razão de Estado. É antes o ponto de inflexão da razão de Estado na curva do seu desenvolvimento." (Foucault 1978-1979/2008, p.40)

Foucault (1978-1979/2008) estabelece, ainda, como a partir do liberalismo, verificamos a presença de uma correlação entre economia política e governo mínimo. Isso não significou que os governantes passariam a estudar economia propriamente dita. Para o autor, a explicação dessa correlação se dá historicamente na formação dos Estados dos séculos XVI – XVII:

O princípio dessa conexão que eu procuro identificar, essa conexão entre prática de governo e regime de verdade, seria isto: [...]haveria, portanto, uma coisa que no regime de governo, na política governamental dos séculos XVI-XVII, já da idade média também, tinha constituído um dos objetos privilegiados da intervenção, da regulação governamental, uma coisa que havia sido a objeto privilegiado da vigilância e das intervenções do governo. E é esse lugar mesmo, e não a teoria econômica, que, a partir do século XVIII, vai se tornar um lugar e um mecanismo de formação de verdade. E, [em vez de] continuar a saturar esse lugar de formação da verdade com uma governamentalidade regulamentar indefinida, vai-se reconhecer - e é aí que as coisas acontecem - que se deve deixá-lo agir com a mínima possível de intervenções, justamente para que ele possa formular a sua verdade e propô-la como regra e norma a prática governamental. Esse lugar de verdade não e, evidentemente, a cabeça dos economistas, mas o mercado. (Foucault 1978-1979/2008, p.42)

O autor ressalta, assim, o cerne de todo o embasamento do pensamento liberal na constituição do Estado: pensar como o mercado pensa, sem interferir em sua balança de equilíbrio natural. O mesmo mercado que funcionou na idade média e que institui um lugar de justiça: a regulamentação do próprio mercado, que passava desde o que poderia ser levado ao mercado para venda, passando pela fabricação e origem dos mesmos, até os preços estabelecidos para venda: "lugar dotado de regulamentação - isso era o mercado" (Foucault 1978-1979/2008, p. 43). O autor explica também o sentido de *lugar de justiça*:

Era também um lugar de justiça no sentido de que a preço de venda estabelecido no mercado era considerado, aliás, tanto pelos teóricos quanto pelos práticos, um preço justo, em todo caso, um preço que devia ser a justo preço, isto é, um preço que devia manter

certa relação com o trabalho feito, com as necessidades dos comerciantes e, é claro, com as necessidades e as possibilidades dos consumidores. (Foucault 1978-1979/2008, p. 43).

O sentido de justiça criado no mercado é preciso: o comércio e as trocas eram regulados por uma noção de distribuição que permitisse manter uma ordem nas relações entre comprador-vendedor para mitigar os riscos que cada um corria: o vendedor de não ter retribuída de forma justa seu esforço e o comprador de ter de pagar um valor acima do justo pelo produto. Mantendo esse equilíbrio, mantinha-se também uma harmonia entre os dois lados, mantendo assim o mercado em equilíbrio.

No surgimento do mercado, no século XVIII, a ideia de atender a mecanismos naturais de equilíbrio já estava presente: “(...) mecanismos espontâneos, ainda que não seja possível apreendê-los em sua complexidade, mas espontâneos, tão espontâneos que quem tentasse modificá-los só conseguiriam alterá-los e desnaturá-los.” (Foucault 1978-1979/2008, p. 44). Sendo assim, o preço natural que é formado permite que o valor dos produtos represente “*a relação adequada*, uma certa relação adequada entre custo de produção e extensão da demanda” (Foucault 1978-1979/2008, p. 44).

O problema da formação dos preços e da manutenção do funcionamento do mercado, nesta época, fundamentou a questão de que deveria se permitir que o mercado se autorregular:

Os preços, na medida em que são conformes aos mecanismos naturais do mercado, vão constituir um padrão de verdade que vai possibilitar discernir nas práticas governamentais as que são corretas e as que são erradas. Em outras palavras, o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir quando se vê, a partir deles, o que o governo faz, as medidas que ele toma, as regras que impõe - falsificar ou verificar a prática governamental. (Foucault 1978-1979/2008, p. 44).

Esse conjunto de formulações de Foucault, ao longo de *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979/2008) - a respeito da ascensão do mercado no marco da crise de *governamentalidade* da soberania - situa ainda um ponto que será central no neoliberalismo no marco do pós-II Guerra: a lógica do se converte em fundamento de novas práticas de *governamentalidade* no capitalismo. De fato, o mercado passa definir as regras e a atestar a veracidade das práticas governamentais, solidificando a noção de que o mercado passa a ser um lugar de verificação:

(...) o mercado, objeto há muitíssimo tempo privilegiado pela prática governamental e objeto mais privilegiado ainda nos séculos XVI e XVII, sob o regime de uma razão de Estado e de um mercantilismo que fazia do comércio, precisamente, um dos principais instrumentos da força do Estado, tinha se tomado, agora, um lugar de verificação. Isso não apenas, não tanto porque supostamente se entrou na era de uma economia mercantil. (Foucault, 1978-1979/2008, p. 46).

1.3.A tese de Michel Foucault: o neoliberalismo a partir da *fobia de Estado*.

A seção anterior deixa evidente a robustez da investigação, conduzida por Foucault (1978-1979/2008), situando o estatuto do mercado a partir da crise de *governamentalidade* da soberania:

ele se converte em fundamento das práticas de *governamentalidade* no capitalismo. Esse ponto será central para a consolidação de uma subjetividade de época, um certo espírito do tempo, que emerge e se consolida no marco do pós-II Guerra: como fundamento do capitalismo, o mercado deve servir de dique de contenção do Estado totalitário. Essa funcionalidade do mercado é uma marca do pós-guerra e Foucault (1978-1979/2008) situa a presença dessa marca como subjetividade de época pós nazista, reproduzindo uma consideração do crítico americano de arte, Bernard Berenson, acerca dos temores que atravessavam o mundo, assolado pelo nazismo e os horrores da II Guerra: “Deus sabe quanto eu temo a destruição do mundo pela bomba atômica (...), mas há pelo menos uma coisa que temo tanto quanto esta, que é a invasão da humanidade pelo Estado.” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 103). Essa consideração é relevante para o curso de Foucault, pois localiza a ocorrência de um sintoma social como resposta à crise de *governamentalidade* em torno do Estado nazista e de seus horrores: a *fobia do Estado*:

“(...) o Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas. É por isso que eu me proponho analisar essa angústia do Estado, essa fobia do Estado, que me parece um dos traços característicos de certas temáticas correntes na nossa época.” (Foucault, 1978-1979/2008, p.106)

A fobia aqui relatada seria um sintoma de uma forma de governo que reprime e direciona de forma mecânica o sujeito, tornando-o produto do meio que está inserido, tornando-o uma mercadoria ou uma peça, que deve estar no lugar certo e na hora certa para ser utilizado no momento mais conveniente e produtivo. Foucault (1978-1979/2008) provoca a autorreflexão quando diz: “Não se trata de arrancar do Estado o seu segredo, trata-se de passar para o lado de fora e interrogar o problema do Estado, de investigar o problema do Estado a partir das práticas de *governamentalidade*.” (Foucault, 1978-1979/2008, p.106). É, então, nesta conjuntura de fobia do Estado, que Foucault (1978-1979/2008) localizará a realização do Colóquio Walter Lippman, em 1938 e a formação da Sociedade Mont Pèlerin, em 1947 – ambos, em torno da defesa do liberalismo e de seu princípio de crítica ao excesso do Estado: “(...) o liberalismo se apresentou, num contexto bem definido, como uma crítica da irracionalidade própria do excesso de governo e como um retorno a uma tecnologia de governo frugal (...)” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 437).

A partir deste marco, o autor desenvolve três contribuições fundamentais para o esclarecimento da constituição histórica do neoliberalismo:

1. A distinção de dois tempos do neoliberalismo - o Ordoliberalismo alemão (1848-1962) e a Escola de Chicago (década de 1970): ou seja, um neoliberalismo “(...) que se prende a República de Weimar, à crise de 29, ao desenvolvimento do nazismo, à crítica do nazismo e, enfim, a reconstrução do pós-guerra.” (Foucault, 1978-1979/2008, p.107); e um neoliberalismo “(...)que se refere à política do New Deal, à crítica da política de Roosevelt

e vai se desenvolver e se organizar, principalmente depois da guerra, contra o intervencionismo federal, depois contra os programas de assistência” (Foucault, 1978-1979/2008, p.107).

2. A identificação da natureza política do neoliberalismo e a relação de antagonismo com o modelo do Estado de bem-estar social, defendido por John Maynard Keynes.
3. A identificação do neoliberalismo como uma “arte de governar” específica e em ruptura com o liberalismo clássico e seus principais marcos conceituais (Adam Smith, John Locke e David Ricardo).

A tabela 5 sintetiza a forma como Foucault posiciona as formas do programa neoliberal, que surge nos anos de 1950, com um ponto de ancoragem e um ponto histórico.

Tabela 5. Síntese do programa neoliberal, conforme Foucault (1978-1979/2008).

Programas Neoliberais	Neoliberalismo alemão (Ordoliberalismo)	Neoliberalismo americano (Escola de Chicago)
Fundamento teórico	Von Mises	Milton Friedman
Conjuntura histórica	Crise de 1929. Nazismo II Guerra	New Deal. Contra o intervencionismo estatal e programas de assistência.
Especificidade	Reação ao fascismo e ao nazismo	Reação a concepção keynesiana de Estado de bem-estar

Fonte: Adaptado de Foucault (1978-1979/2008)

O neoliberalismo alemão será o primeiro centro de análise do autor. O cenário desta forma de neoliberalismo é o de pós-Guerra, com uma economia destruída que precisava de bases novas e sólidas para se reerguer. É nesse contexto que surgem, segundo Foucault (1978-1979/2008), três exigências: reconstrução, planificação, socialização e objetivos sociais². Essas exigências estavam atreladas a uma política intervencionista na economia e levaram a Administração alemã da economia a criar um Conselho Científico, representado por Ludwig Erhard, que direcionou a política econômica pelo caminho do equilíbrio dos preços. Erhard foi um economista alemão e defendia a liberdade econômica e sua desarticulação com as funções estatais. Foucault (1978-1979/2008) retoma e reproduz uma declaração de Erhard à Assembleia de Frankfurt, no dia 28 de abril de 1948. Nesta época, ele ocupava o cargo de Diretor de Economia pelo Conselho Econômico Bizonal³ e aboliu as políticas de fixação de preços e de controle da produção na Europa. Sua declaração à Assembleia de Frankfurt evidencia seu posicionamento em economia e

²Conforme Foucault (1978-1979/2008, p.108): “(...) reconstrução, planificação e, grosso modo, digamos assim, socialização e objetivos sociais.”

³ Conforme Foucault (1978-1979/2008, p.109): “(...) Ora, o Conselho Científico, que havia sido formado junto da administração alemã da economia, administração essa que existia no que se chamava de "bizona", isto é, a zona anglo-americana, apresenta em abril de 1948 um relatório, e nesse relatório é posto o seguinte princípio assim formulado: "O Conselho é de opinião que a função de direção do processo econômico deve ser assegurada o mais amplamente possível pelo mecanismo dos preços.”

foi reproduzida por Foucault em seu curso sobre biopolítica: “É, preciso libertar a economia das injunções estatais. (...) É preciso evitar (...) tanto a anarquia quanto o Estado-cupim (...) somente um Estado que estabeleça ao mesmo tempo a liberdade e a responsabilidade dos cidadãos pode legitimamente falar em nome do povo” (Foucault, 1978-1979/2008, p.110).

Ao sublinhar essas declarações de Erhard, Foucault (1978-1979/2008) o posiciona no discurso liberal, questionando as funções exercidas pelo Estado e situando-o em um lugar de limitação de ações. E enfatiza que essa posição de Ludwig Erhard expressa, na verdade, um movimento que parecia tomar conta da Europa no pós-Guerra, uma vez que outros países fizeram parte do mesmo movimento de política não-intervencionista; porém, com um tom mais profundo em direção à legitimidade do Estado, conforme depreendemos das seguintes passagens do curso de Foucault:

(...) somente um Estado que estabeleça ao mesmo tempo as liberdades e a responsabilidade dos cidadãos podem legitimamente falar em nome do povo. (...).
(...) Todo o problema, difícilíssimo, da legitimidade e do estatuto jurídico, a serem dados as medidas tomadas [sob] a nazismo está presente nessa frase.” (Foucault, 1978-1979/2008, p.110-111).

Foucault (1978-1979/2008) indexou, a essa frase de Erhard, acerca da função do Estado – em estabelecer liberdades e responsabilidades - significados históricos, políticos e estratégicos. Em sua avaliação, a frase teria um embasamento na não intervenção do Estado na economia e serviu de estratégia para introduzir o que ele chamou de *paliativo jurídico*, que além de dar lastro a um regime econômico liberal, também garantia a liberdade econômica – sedimentando, assim, a ideia de que a economia é criadora do direito público:

Na verdade, na Alemanha contemporânea, a economia, o desenvolvimento econômico, o crescimento econômico produz soberania, produz soberania política pela instituição e pelo jogo institucional que faz precisamente funcionar essa economia. A economia produz legitimidade para o Estado, que é seu avalista. Em outras palavras - é esse um fenômeno importantíssimo, que sem dúvida não é o único na história, mas mesmo assim é muito singular, pelo menos na nossa época -, a economia é criadora de direito público. (Foucault, 1978-1979/2008, p.114).

O mesmo estilo racional de pensamento insuspeito faz-se presente na ideia do empresário de si, que passa a ser uma verdade incontestável de que todos são agentes: “Agentes como investidores, agentes como operários, agentes como empresários, agentes como sindicatos. Todos esses parceiros da economia, na medida mesma em que aceitaram esse jogo econômico da liberdade” (Foucault, 1978-1979/2008, p.115). Interessante observar nessa frase a ideia de que, independentemente da posição e do status ocupado, todos são investidores de si - do operário ao empresário, que estão em lados opostos nas fábricas - e que todos são iguais, independente de quanto ganham ou possuem, independente de quanto doam seu tempo ao trabalho, acumulando riquezas para outros e adoecendo seus corpos fragilizados pelo trabalho sem medidas, submetendo seus *corpos dóceis* à produtividade.

A adesão a esse sistema liberal produz como subproduto, além da legitimação jurídica, o consenso, o consenso permanente, e é o crescimento econômico, e a produção de bem-estar por esse crescimento que vai, simetricamente a genealogia "instituição econômica-Estado", produzir um circuito "instituição econômica-adesão global da população a seu regime e a seu sistema. (Foucault, 1978/1979, p.115)

Incrementando o desenvolvimento da racionalidade neoliberal, o autor correlaciona o desenvolvimento dos movimentos liberais americano e alemão, no sentido de compará-los, analisando os contextos em que essas duas ancoragens surgiram:

O neoliberalismo americano desenvolveu-se num contexto que não é muito diferente daquele em que se desenvolveu o neoliberalismo alemão e o que poderíamos chamar de neoliberalismo francês. Ou seja, os três principais elementos de contexto desse desenvolvimento do neoliberalismo americano foram [...]. Creio que esses três elementos - a política keynesiana, os pactos sociais de guerra e o crescimento da administração federal através dos programas econômicos e sociais -, foi tudo isso que constitui o adversário, o alvo do pensamento neoliberal, que foi aquilo em que ele se apoiou ou a que ele se opôs, para se formar e para se desenvolver. Vocês estão vendo que esse contexto imediato é evidentemente do mesmo tipo daquele que encontramos, por exemplo, na França, onde o neoliberalismo também se definiu por oposição a Frente Popular, as políticas keynesianas do pós-guerra e a planificação. (Foucault, 1978-1979/2008, p.299)

A análise do trecho acima depreende que a orientação política-econômica utilizada como pano de fundo para verificar um cenário onde se fazia necessário utilizar de uma forma de governo totalitária e direcionada ao um *impulso econômico* coeso e sem medidas. No caso americano, o neoliberalismo também foi influenciado pelo período pós-Guerra e pela instituição de programas sociais que foram o alvo que os liberais atacaram e fizeram parecer ser uma forma prejudicial para o desenvolvimento econômico do país, que estava passando por um período de reestruturação pós conflitos que são, em sua maioria, uma fonte de gastos inesgotável e sem prazo fim. Buscaram doutrinar as pessoas para que elas acreditassem que fariam o sacrifício (de terem direitos sociais diminuídos ou até suspensos) para que o Estado pudesse se restabelecer (nos moldes liberais) podendo retribuir esse esforço da população, que seria temporário, com a manutenção dos empregos. Ideia bastante próxima da noção de *empresário de si*, onde cada uma faz sua parte e, se essa parte é bem-feita, a recompensa vem na forma do salário, muitas vezes nada proporcional ao tempo/esforço dispensado pelos *corpos dóceis*: “o liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (Foucault, 1978-1979/2008, p.301). Verificamos como, nesse trecho, o autor ressalta o forte dispositivo doutrinador do liberalismo americano (não muito diferente do caso alemão), que visava que o sujeito acreditasse em todas as verdades impostas sem questionar, numa relação subalterna e dócil.

Esse dispositivo doutrinador se apresenta na forma como o liberalismo pensa e define o trabalho e sua dependência à lógica do mercado, ressaltando o cálculo do valor da mão-de-obra a partir do tempo gasto pelo trabalhador em troca de uma remuneração que é especificada pelas leis de

mercado: ele ganha o que o mercado calcula que ele deva ganhar. Nesse ponto, Foucault (1978-1979/2008) retoma a crítica de Marx à mecânica econômica do capitalismo, e mostra os efeitos dessa dependência na relação entre o trabalhador e seu trabalho. A força de trabalho não é vista, não é algo concreto, é algo abstrato e profundamente dependente do mercado:

O trabalho, por tudo isso, é "abstrato", isto é, o trabalho concreto transformado em força de trabalho, medido pelo tempo, posta no mercado e retribuído como salário não é o trabalho concreto; e um trabalho que está, ao contrário, amputado de toda a sua realidade humana, de todas as suas variáveis qualitativas, e justamente - é bem isso, de fato, o que Marx mostra - a mecânica econômica do capitalismo, a lógica do capital só retém do trabalho a força e o tempo. Faz dele um produto mercantil e só retém seus efeitos de valor produzido. (Foucault, 1978-1979/2008, p.305)

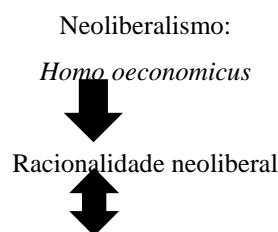
O autor complementa a ideia ao citar que no liberalismo há um ideal de transformar a sociedade em unidades-empresas: “é isso que é, ao mesmo tempo, o princípio de decifração ligado ao liberalismo e sua programação para a racionalização tanto de uma sociedade como de uma economia” (Foucault, 1978-1979/2008, p.310).

Essa racionalização é um retorno ao conceito do *homem econômico*, ou seja, aquele que está buscando a troca, sendo ele não um parceiro da troca, mas o *empresário de si*:

Homo oeconomicus é um empresário, é um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo oeconomicus parceiro da troca por um homo oeconomicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda. (Foucault, 1978-1979/2008, p.311)

A figura 1 foi elaborada com base no material de ensino para a disciplina de Tópicos Especiais em Gestão Pública, elaborada por Henschel de Lima (2021), e avança a formulação acima, ao fazer a conexão entre *homo oeconomicus* e o que, posteriormente, Dardot e Laval (2016) denominarão de *racionalidade neoliberal, neossujeito*.

Figura 2. Esquema de formação da racionalidade neoliberal a partir do princípio do *Homo oeconomicus*



Constituição de uma racionalidade que concebe a si própria como empreendedora, ou seja, como responsável por sua produção e sua fonte de renda.

Fonte: Adaptado de Henschel de Lima (2021)

A articulação entre o *homo oeconomicus* e o avanço do neoliberalismo está na base das duas características centrais da racionalidade neoliberal: a generalização da concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação.

O capítulo 2 retomará, de forma mais aprofundada, essas características.

1.4. Um instrumento para governar as pessoas: o neoliberalismo como arte de governar e veridificação.

Em conformidade com o desenvolvimento da seção anterior, cabe situar o que Foucault (1978-1979/2008), qualifica como sendo *neoliberalismo como arte de governar* - específica e em ruptura com o liberalismo clássico e seus principais marcos conceituais (Adam Smith, John Locke e David Ricardo).

A forma instrumental para introduzir os mecanismos e as táticas para conduzir os indivíduos e suas condutas, impondo assim o poder sobre a população, foi denominada de *governamentalidade*.

O conceito de *governamentalidade* define um conjunto de técnicas de docilização dos corpos, levando-os a internalizar, de forma orgânica e natural as delimitações impostas pelo liberalismo:

(...) o liberalismo deve ser analisado então como princípio e método de racionalização do exercício do governo - racionalização que obedece, e é essa a sua especificidade, a regra interna da economia máxima. Enquanto toda racionalização do exercício do governo visa maximizar seus efeitos diminuindo o máximo possível o custo (entendido no sentido político tanto quanta no sentido econômico), a racionalização liberal parte do postulado de que o governo (trata-se, é claro, não da instituição "governo", mas da atividade que consiste em reger a conduta dos homens num quadro e com instrumentos estatais) não poderia ser sua própria finalidade. (Foucault, 1978-1979/2008, p.432)

Outro conceito trazido por Foucault, em seu curso, foi o de "biopolítica", que segundo ele seria:

(...) a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje. (Foucault, 1978-1979/2008, p.431)

Logo nos primeiros capítulos, o autor pontua as características específicas da autolimitação do Estado e da forma liberal de governar:

(...) O princípio da autolimitação da razão governamental. "Autolimitação da razão governamental": o que quer dizer isso, afinal? O que é esse novo tipo de racionalidade na arte de governar, esse novo tipo de cálculo que consiste em dizer e em fazer o governo dizer "aceito, quero, projeto, cálculo que não se deve mexer em nada disso"? Pois bem, acho que é isso que se chama, em linhas gerais, "liberalismo"*. (Foucault, 1978-1979/2008, p.28)

O princípio essencial que deveria ser respeitado era o da autolimitação, era assim que o Estado seria restringido ao seu formato frugal, dando espaço assim ao recrudescimento do pensamento liberal:

Na verdade, não se deve esquecer que essa nova arte de governar ou essa arte de governar o menos possível, essa arte de governar entre um máximo e um mínimo, e mais para o

mínimo que para o máximo, pois bem, essa arte tem que ser considerada uma espécie de duplicação, em todo caso, digamos, de burilamento interno da razão de Estado, é um princípio para sua manutenção, para o seu desenvolvimento mais completo, para o seu aperfeiçoamento. Digamos que não é algo diferente da razão de Estado, que não é um elemento externo e negador em relação à razão de Estado. É antes o ponto de inflexão da razão de Estado na curva do seu desenvolvimento. (Foucault, 1978-1979/2008, p.40)

O autor ressalta nesse trecho o contexto como que *essa nova arte de governar* é encaixada, como uma peça, numa forma bem racional de enxergar o governo, no sentido de estar muito bem situado num ponto específico, entre um ponto máximo e mínimo – claro, mais para o mínimo, trazendo a ideia de *frugalidade* - e como esse ponto é necessária para nortear essa nova forma de governo, dando assim base para sua criação.

Foucault (1978-1979/2008) prossegue seu desenvolvimento argumentativo, ressaltando o momento do surgimento desse governo mínimo, no final do século XVIII, onde ocorreram também os efeitos negativos, como revoltas e atos de resistência contra esse sistema:

Digamos o seguinte: esse desenvolvimento extensivo e intensivo do governo que, no entanto, se pretende frugal não parou – e é por isso que se pode dizer que se está na era do governo frugal-, não parou de ser assediado de dentro e de fora pela questão do demais e do pouco demais. Forçando as coisas e caricaturando-as, diria o seguinte: quaisquer que sejam de fato a extensão e o desenvolvimento intensivo também desse governo, a questão da frugalidade esteve no próprio cerne da reflexão que girou em torno dele. A questão da frugalidade, se não substituiu, pelo menos duplicou e até certo ponto fez recuar, marginalizar um pouco outra questão que, ao contrário, rondou a reflexão política dos séculos XVI-XVII, [do] início do século XVIII ainda, e era o problema da constituição. (Foucault, 1978-1979/2008, p.41)

A constituição dos governos não foi alterada, pelo contrário, as formas aristocráticas, monocráticas e não democráticas não foram dissolvidas apesar das revoltas vividas na época, até porque o estado era marcado pela *frugalidade* – um dos fundamentos do neoliberalismo. O Estado deveria existir apenas para efeito figurativo, não possuindo assim poder nem influências em qualquer dos movimentos efetivos sobre as pessoas e a sociedade. Era assim que os liberais ansiavam ver o governo – apenas para representar e não para executar.

Continuando no pontilhar do caminho desenvolvido no desenho dessa nova forma de governar, Foucault pontua a correlação entre a então economia política e o mínimo de funcionamento do governo:

Eu havia procurado lhes mostrar na última vez que essa ideia, esse tema, melhor dizendo, esse princípio regulador de um governo frugal tinha se formado a partir do que se podia chamar, do que designei grosseiramente como a conexão a razão de Estado, e o cálculo da razão de Estado, de certo regime de verdade, o qual encontrava sua expressão e sua formulação teórica na economia política. O aparecimento da economia política e o problema do governo mínimo eram, como procurei lhes indicar, duas coisas interligadas. (Foucault, 1978-1979/2008, p.41)

Apesar da influência dos economistas na constituição dessa forma de governar, isso não significou que os governantes passariam a estudar economia propriamente dita. Para Foucault, a explicação dessa correlação se dá historicamente na formação dos Estados dos séculos XVI – XVII:

O princípio dessa conexão que eu procuro identificar, essa conexão entre prática de governo e regime de verdade, seria isto: [...]haveria, portanto, uma coisa que no regime de governo, na política governamental dos séculos XVI-XVII, já da idade média também, tinha constituído um dos objetos privilegiados da intervenção, da regulação governamental, uma coisa que havia sido a objeto privilegiado da vigilância e das intervenções do governo. E é esse lugar mesmo, e não a teoria econômica, que, a partir do século XVIII, vai se tornar um lugar e um mecanismo de formação de verdade. E, [em vez de] continuar a saturar esse lugar de formação da verdade com uma governamentalidade regulamentar indefinida, vai-se reconhecer - e é aí que as coisas acontecem - que se deve deixá-lo agir com a mínima possível de intervenções, justamente para que ele possa formular a sua verdade e propô-la como regra e norma a prática governamental. Esse lugar de verdade não é, evidentemente, a cabeça dos economistas, mas o mercado. (Foucault, 1978-1979/2008, p.42)

O autor ressalta, assim, o cerne de todo o embasamento do pensamento liberal na constituição do Estado: pensar como o mercado pensa, sem interferir em sua balança de equilíbrio natural. O mesmo mercado que funcionou na idade média e que institui um lugar de *justiça*: a regulamentação do próprio mercado, que passava desde o que poderia ser levado ao mercado para venda, passando pela fabricação e origem dos mesmos, até os preços estabelecidos para venda: “lugar dotado de regulamentação - isso era o mercado” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 43). O autor explica também o sentido de *lugar de justiça*:

Era também um lugar de justiça no sentido de que a preço de venda estabelecido no mercado era considerado, aliás, tanto pelos teóricos quanto pelos práticos, um preço justo, em todo caso, um preço que devia ser a justo preço, isto é, um preço que devia manter certa relação com o trabalho feito, com as necessidades dos comerciantes e, é claro, com as necessidades e as possibilidades dos consumidores. (Foucault, 1978-1979/2008, p. 43).

Sendo assim, o mercado era colocado como lugar de justiça distributiva, onde os produtos de subsistência chegavam às mãos dos menos pobres (ainda assim havia pessoas que não tinham acesso ao básico para sobreviver) assim como chegavam aos mais ricos. Justiça essa assegurada tão somente pelas regras de mercado, sem interferência de governo algum. Porém, essa justiça se mantinha por uma questão também mercadológica:

Enfim, era um lugar de justiça na medida em que a que devia ser essencialmente assegurada no mercado, pelo mercado, ou antes, pelas regulamentações de mercado, era a que? As verdades dos preços como diriam hoje em dia? De jeito nenhum. O que devia ser assegurado era a ausência de fraude. Em outras palavras, era a proteção do comprador. A regulamentação de mercado tinha por objetivo, portanto, de um lado, a distribuição tão justa quanto possível das mercadorias, e também o não-roubo, a não-delito. Em outras palavras, no fundo, o mercado era percebido naquela época como um risco que talvez o comerciante corresse de um lado, mas o comprador com toda certeza de outro. (Foucault, 1978-1979/2008, p. 43).

Foucault (1978-1979/2008) pontua aqui o sentido de justiça criado no mercado: o comércio e as trocas eram reguladas por uma noção de distribuição que permitisse manter uma ordem nas

relações entre comprador-vendedor para mitigar os riscos que cada um corria: o vendedor de não ter retribuída de forma justa seu esforço e o comprador de ter de pagar um valor acima do justo pelo produto. Mantendo esse equilíbrio, mantinha-se também uma harmonia entre os dois lados, mantendo assim o mercado em equilíbrio.

E era necessário proteger o comprador contra o perigo que representava uma mercadoria ruim e contra a fraude de quem a vendia. Era necessário, portanto, assegurar essa ausência de fraude quanto à natureza dos objetos, quanto à sua qualidade etc. Esse sistema - regulamentação, justa preço, sanção da fraude - fazia, portanto, que o mercado fosse essencialmente, funcionasse realmente como um lugar de justiça, um lugar em que devia aparecer na troca e se formular nos preços algo que era a justiça, digamos que o mercado era um lugar de jurisdição. (Foucault, 1978-1979/2008, p. 43).

No surgimento do mercado, no século XVIII, a ideia de atender a mecanismos naturais de equilíbrio já estava incutida: “mecanismos espontâneos, ainda que não seja possível apreendê-los em sua complexidade, mas espontâneos, tão espontâneos que quem tentasse modificá-los só conseguiriam alterá-los e desnaturá-los.” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 44). Sendo assim, o *preço natural* que é formado permite que o valor dos produtos represente uma certa relação adequada entre custo de produção e extensão da demanda. Essa organicidade na formação de preços sustentava o pensamento liberal, que defendia a não intervenção dessa dinâmica autodeterminada.

O mercado quando se deixa que ele aja por si mesmo de acordo com a sua natureza, com a sua verdade natural, digamos assim, permite que se forme certo preço que será metaforicamente chamado de preço verdadeiro, que às vezes será também chamado de justo preço, mas já não traz consigo, em absoluto, essas conotações de justiça. Será um certo preço que vai oscilar em torno do valor do produto. (Foucault, 1978-1979/2008, p. 44).

A questão da formação dos preços e da manutenção do funcionamento do mercado, fundamentou a questão de que deveria se permitir que o mercado se autorregulasse, pois assim funcionava. Essa ação forneceu credibilidade à essa dinâmica:

Os preços, na medida em que são conformes aos mecanismos naturais do mercado, vão constituir um padrão de verdade que vai possibilitar discernir nas práticas governamentais as que são corretas e as que são erradas. Em outras palavras, o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir quando se vê, a partir deles, o que o governo faz, as medidas que ele toma, as regras que impõe - falsificar ou verificar a prática governamental. (Foucault, 1978-1979/2008, p. 44).

Como no ambiente no mercado, onde se dá a dinâmica de troca produtor x consumidor, é onde se verifica na prática quão verdadeira e justa essa troca está sendo realizada, as práticas de mercado passam a ter tanta credibilidade que passam a ditar as regras e a atestar a veracidade das práticas governamentais, solidificando a noção de que o mercado passa a ser um lugar de *verificação*:

O mercado deve dizer a verdade, deve dizer a verdade em relação à prática governamental. Seu papel de verificação é que vai doravante, e de uma forma simplesmente secundária, comandar, ditar, prescrever os mecanismos jurisdicionais ou a ausência de mecanismos jurisdicionais sobre os quais deverá se articular. (Foucault, 1978-1979/2008, p. 45).

Perpassando pela história, o mercado já tinha um simbolismo de força estatal, marcado pelo movimento do mercantilismo, onde o poder dos Estados era medido, além de por outros fatores, pela sua permeabilidade de comércio em outros países. O trecho abaixo exemplifica esse fato e discorre sobre como esse lugar de verdade incontestável se solidificou ao longo dos anos:

O mercado, objeto há muitíssimo tempo privilegiado pela prática governamental e objeto mais privilegiado ainda nos séculos XVI e XVII, sob o regime de uma razão de Estado e de um mercantilismo que fazia do comércio, precisamente, um dos principais instrumentos da força do Estado, tinha se tomado, agora, um lugar de veridificação. Isso não apenas, não tanto porque supostamente se entrou na era de uma economia mercantil. (Foucault, 1978-1979/2008, p. 46).

Foucault (1978-1979/2008) pontua também nessa obra a questão da formação desse lugar de verdade absoluta, onde nada deveria ser contestado. Comparando a título de exemplos o mercado, o confessional, a instituição psiquiátrica e a prisão, ele introduz uma teoria sobre a formação desse lugar *veridicional* como de uma ideologia a ser seguida sem questionamentos, e como isso já era utilizado antes mesmo do surgimento do pensamento dito liberal e assim intitulado como tal:

Essa história da verdade tampouco seria a descrição de sistemas de verdades insulares e autônomas. Tratar-se-ia da genialidade de regimes veridicionais, isto é, da análise da constituição de certo direito da verdade a partir de uma situação de direito, com a relação direito/verdade encontrando sua manifestação privilegiada no discurso, o discurso em que se formula o direito e em que se formula o que pode ser verdadeiro ou falso; de fato, o regime de veridificação não é uma certa lei da verdade, [mas sim] o conjunto das regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos. (Foucault, 1978-1979/2008, p. 49).

Importante pontuar que o conteúdo desse lugar de *veridificação*, que aqui posto cita um lugar de verdade absoluta, não consiste apenas em impor uma razão, como Foucault cita: “(...) o que haveria de continuamente opressivo sob a razão, porque, afinal de contas, acreditem, a desrazão é igualmente opressiva.” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 49). Essa questão está mais ligada ao momento em que o regime da razão foi instaurado, do que com a história que antecedeu a imposição de certa verdade:

(...) Só tem importância a determinação do regime de veridificação que lhes permitiu dizer como verdadeiras e afirmar como verdadeiras algumas coisas que, aliás, hoje sabemos talvez não o fossem tanto assim. É precisamente esse o ponto em que a análise histórica pode ter um alcance político. Não é uma história do verdadeiro, não é uma história do falso: a história da veridificação é que tem importância politicamente. Era isso o que eu queria lhes dizer a propósito dessa questão do mercado ou, digamos, da conexão de um regime de verdade à prática governamental.” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 51).

No final do século XVIII, vivia-se o chamado *Estado de polícia*, caracterizado por um regime de pura razão, onde a *governamentalidade* era ilimitada e se confundia com a administração, influenciando os discursos dos juristas que questionavam os direitos dos soberanos. A nova razão,

criada no século XVIII, era diferente: “(...) por um lado, uma limitação e, por outro, uma limitação interna. Limitação interna, mas não se deve crer que seja uma limitação de natureza totalmente diferente do direito.” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 51). Comparativamente, o autor coloca a questão de que no sistema antigo era um sistema de limitação indefinida com um sistema de direito opositor que o cercava. No novo sistema, há uma autolimitação sem estrangulamento do governo, onde o mercado era o exemplo a ser seguido e respeitado. “(...). Em termos claros, o problema que vai se colocar a partir do fim do século XVIII é o seguinte: se há uma economia política, o que acontece com o direito público?” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 52).

A nova forma de governo se caracteriza, então, por ser um sistema constituído na racionalidade e no Estado mínimo, autolimitado, e sem poder exercer – seja de fato ou de direito - suas funções precípuas como entidade funcional:

Na nova razão governamental criada no século XVIII, o sistema do governo frugal ou o sistema da razão do Estado mínimo implicava algo bem diferente. Por um lado, uma limitação e, por outro, uma limitação interna. Limitação interna, mas não se deve crer que seja uma limitação de natureza totalmente diferente do direito. E uma limitação que é sempre e apesar de tudo uma limitação jurídica, pois o problema está precisamente em saber como, no regime da nova razão governamental, dessa razão governamental autolimitada, essa limitação pode ser formulada em termos de direito. [...] O problema é diferente, pois, por um lado, no sistema da antiga razão de Estado vocês tinham uma governamentalidade de tendência indefinida com, no exterior, um sistema de direito que se opunha, que se opunha aliás, dentro de limites políticos concretos e bem conhecidos entre o poder real [de um lado] e os defensores da instituição judiciária, de outro.” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 52).

Como a nova forma de governo tende a ser reduzida e ter pouca influência no seu entorno, a noção de direito fica comprometida: até onde vai o direito dos cidadãos? Quais são as bases que orientam o que é certo ou errado ou o que pode não ser seguido? O pensamento liberal vai de encontro com o direito público, uma vez que a intenção, entre outras, é limitar e tolher o direito público:

Visto que a governamentalidade tem de se autolimitar, como vai ser possível formular em direito essa autolimitação sem que, com isso, o governo se veja paralisado e, também, sem que seja sufocado. [...] O problema que vai se colocar a partir do fim do século XVIII é o seguinte. Se há uma economia política, o que acontece com o direito público? Ou ainda: que bases podem ser encontradas para o direito que vai articular o exercício do poder público, visto que existe pelo menos uma região em que a não-intervenção do governo é absolutamente necessária, não por razões de direito, mas por razões de fato, ou antes, por razões de verdade? Limitado por respeito à verdade, como é que o poder, como é que o governo vai poder formular esse respeito à verdade em termos de lei a respeitar? Afinal de contas, o fato de que as faculdades de direito na França tenham sido por muito tempo, até estes últimos anos, igualmente faculdades de economia política, para grande mal estar dos economista e juristas, nada mais é que o prolongamento, certamente abusivo em termos de história, de um fato originário fundamental, que era o de que não se podia pensar a economia política, isto é, a liberdade de mercado, sem levantar ao mesmo tempo o problema do direito público, a saber, a limitação do poder público. (Foucault, 1978-1979/2008, p. 53).

Foucault (1978-1979/2008) discorre sobre o conflito *direito público versus economia política*, fazendo as perguntas pertinentes ao funcionamento desse novo governo. O conflito se ratifica quando se pensa em questões básicas, visto que os dois lados têm objetivos opostos. Tendo-se o mercado como lugar de jurisdição, o lado mais frágil nesse conflito é o direito público e sua limitação em agir de fato, como dito pelo autor:

Não era, portanto, um desaparecimento do direito que eu evocava da última vez ao falar da autolimitação da razão governamental, mas o problema posta pela limitação jurídica de um exercício do poder político que os problemas de verdade impunham estabelecer. Logo, poderíamos dizer, o deslocamento do centro de gravidade do direito público. O problema fundamental, essencial, do direito público já não vai ser tanto, como no século XVII, no século XVIII, como fundar a soberania, em que condições o soberano pode ser legítimo, em que condições ele poderá legitimamente exercer seus direitos, e sim como pôr limites jurídicos para o exercício de um poder público.” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 53).

O pensamento liberal desloca, pouco a pouco, o centro de gravidade do direito público. Em primeiro, com uma *divisão de direitos* e uma clara definição da esfera e dos limites da soberania. A outra via partiria da própria prática de governo, onde os limites de governo de fato e os desejáveis seriam analisados e, a partir disso, fazer alterações nesses limites.

Em segundo, levando o direito público a se basear nos limites impostos pela *governamentalidade*. Para tentar mudar essa realidade, seria necessário repensar e cobrar a ilegitimidade do governo e a inacessibilidade dos cidadãos aos seus direitos mais primitivos.

Esses movimentos analíticos já demonstram o formato do pensamento de utilidade, tão presente no *neossujeito*.

O utilitarismo aparece como algo bem diferente de uma filosofia, algo bem diferente de uma ideologia. O utilitarismo é uma tecnologia do governo, assim como o direito público era, na época da razão de Estado a forma de reflexão ou, se quiserem, a tecnologia jurídica com a qual se procurava limitar a linha de tendência indefinida da razão de Estado.(Foucault, 1978-1979/2008, p. 56).

Situada como *tecnologia de governo*, a noção de utilitarismo foi nivelada à questão da necessidade de existência do direito público, colocando em pauta quais poderes os governos deveriam de fato exercer, buscando assim limitar as suas ações.

Foucault vai mais a fundo na questão da gênese do direito, explanando duas formas diferentes de sua formação:

1.Como *axiomática revolucionária*, onde: “(...) A lei é concebida, portanto, como a expressão de uma vontade, de uma vontade coletiva que manifesta a parte de direito que os indivíduos aceitaram ceder e a parte que eles querem reservar.” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 57).

2. Como via radical utilitarista: “(...) a lei será concebida como efeito de uma transação que vai colocar, de um lado, a esfera de intervenção do poder público e, de outro, a esfera de independência dos indivíduos” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 57).

Dessa forma, se de um lado, a ideia de liberdade é delineada pela concepção jurídica (onde todo indivíduo detém liberdade e decide quais direitos cede ou não); de outro a liberdade não é baseada nos direitos fundamentais, mas sim na noção de que os indivíduos detêm total liberdade perante seus governantes.

Com o passar do tempo, o sistema que se manteve mais forte foi a via radical utilitarista, que definia a limitação jurídica do poder público em termos de utilidade governamental e acabou por delinear o próprio modelo de poder público no Ocidente.

Foucault (1978-1979/2008) enfoca duas ancoragens para a gênese do novo sistema: de um lado o mercado, que é o lugar de verificação e das trocas de produtos e do outro a estratégia governamental, que é baseada na razão, na utilidade e na autolimitação.

(...) o interesse a cujo princípio a razão governamental deve obedecer são interesses, é um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, e um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. O governo, em todo caso o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses.” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 61).

Um dos focos de discussão do pensamento liberal era a interferência que o governo fazia em relação às trocas mercantis e nos valores de compra e troca de mercadorias. No novo pensamento, o governo seria desnecessário para mediar o mercado, pois, na visão deles, o mercado se equilibra sozinho (noção de autorregulação), uma vez que a medida de utilidade de cada mercadoria daria o valor condizente de compra e de venda de cada produto.

Antes dessa nova forma de governo, tinha-se o monarca como o centro do governo, era ele quem detinha o poder: “(...)O rei era muitas vezes, não sempre, considerado proprietário do reino. [...]. Podia agir sobre os súditos já que, como súditos, estes tinham com o soberano certa relação pessoal que fazia que o soberano pudesse, quaisquer que fossem os direitos dos próprios súditos, agir sobretudo.” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 62). Na nova razão, com a noção do Estado mínimo, o governo não intervém, ele somente age quando surge a necessidade de defender o interesse de algum indivíduo ou grupo do mesmo, chamado pelo autor de “(...) república fenomenal dos interesses.” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 63). Essa forma de pensar é um dos fundamentos do pensamento liberal: “(...) qual o valor de utilidade do governo e de todas as ações do governo numa sociedade em que é a troca que determina o verdadeiro valor das coisas?” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 64).

O liberal questiona para que serve o governo. Para ele, o governo se torna obsoleto, caro, é um fator de indução da morosidade nas atividades mercantis, colocando em segundo plano os interesses daqueles que de fato *movimentam o mercado e levam o estado nas costas* – ou seja, os comerciantes. Foucault (1978-1979/2008) define a nova forma de governar pelo regime em que a troca é que determina, hegemonicamente, o valor das coisas.

1.5. Um Estado desenhado para atender aos interesses

O Estado não tem essência. O Estado não é universal, o Estado não tem si uma fonte autonomia de poder. [...]. Em suma, o Estado não tem entranhas, como se sabe, não só pelo fato de não ter sentimentos, nem bons nem maus, mas não tem entranhas no sentido de que não tem interior. O Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas. E por isso [...] não se trata de arrancar do Estado o seu segredo, trata-se de passar para o lado de fora e interrogar o problema do Estado, de investigar o problema do Estado a partir das práticas de governamentalidade. (Foucault, 1978-1979/2008, p.106)

As considerações feitas até o momento preparam o presente capítulo para retomar o que foi afirmado, logo em seu início, a respeito do neoliberalismo no pós-II Guerra. Ao afirmar que o Estado é um ente sem personalidade pré-formada, que se molda de acordo com os interesses de quem os tem nas mãos e recebe as características que lhe são colocadas, Foucault (1978-1979/2008) mostra a profunda articulação existente entre a forma de funcionamento do Estado e a época. E, por isso, é relevante investigar este funcionamento a partir das práticas de *governamentalidade* e das crises dessas práticas. Quando o autor retoma a afirmação de Berenson que embasa a fobia de Estado no marco do pós-II Guerra, sua intenção é clara: mostrar a crise de *governamentalidade* do Estado totalitário (fascismo e nazismo) e o lugar que a lógica de mercado terá a partir dessa crise:

Vamos tomar então, se quiserem, o exemplo alemão, o neoliberalismo alemão". Abril de 1948 [...]Primeiro, a exigência de reconstrução [...]exigência da planificação como principal instrumento dessa reconstrução [...]. Enfim, terceira exigência, e a exigência constituída por objetivos sociais que foram considerados politicamente indispensáveis para evitar que se repetisse o que acabava de acontecer, a saber, o fascismo e o nazismo na Europa, exigências que foram formuladas na França pelo CNR (Conselho Nacional de Resistência). Essas três exigências - reconstrução, planificação e, grosso modo, digamos assim, socialização e objetivos sociais tudo isso implicando uma política de intervenção, de intervenção na alocação de recursos, no equilíbrio dos preços, no nível de poupança, nas opções de investimento, e uma política de pleno emprego. (Foucault, 1978-1979/2008, p.109)

O direcionamento do estado neoliberal converge, assim, para a idealização que o tamanho do Estado deve ter: sempre se governa demais e sempre se suspeita que se governa em demasia:

(...) A desconfiança de que sempre se pode estar governando demais e habitada pela questão: por que então seria preciso governar? Daí o fato de que a crítica liberal não se separa de uma problemática, nova na época, da "sociedade": e em nome desta que vai se procurar saber por que é necessário haver um governo, mas em que se pode prescindir dele e sobre o que é inútil ou prejudicial que ele intervenha. (Foucault, 1978-1979/2008, p.433)

Mas converge também para a conformação do sentimento de liberdade: 1. Liberdade do povo: liberdade em relação aos terrores do nazismo, liberdade em relação ao Estado intervencionista; 2. Liberdade íntima: liberdade de tomar as próprias decisões e de trilhar o próprio rumo – sendo assim, *empresários de si*.

Com base no objetivo de formular um modelo teórico de investigação da relação entre sujeito e trabalho à luz da patologia social do neoliberalismo – o objetivo deste capítulo foi definir o campo de investigação do neoliberalismo a partir da categoria de sujeito neoliberal. A referência ao curso *Nascimento da Biopolítica* (Foucault, 1978-1979/2008) foi crucial para estabelecer as bases teóricas a partir das quais Pierre Dardot e Christian Laval, em *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2016), irão desenvolver a categoria de sujeito neoliberal. Esta categoria será o eixo central do capítulo 2.

CAPÍTULO 2. A formação de uma nova razão do mundo: a categoria de sujeito neoliberal em Dardot e Laval

2.1. Considerações Iniciais.

Ao longo do capítulo 1, vimos que o neoliberalismo, a partir da análise conduzida por Michel Foucault, é mais do que um conjunto de pensadores sobre o capitalismo ou um conjunto de escolas teóricas que debatem o capitalismo e a intervenção do Estado no marco do pós-II Guerra: o neoliberalismo mobiliza o sentimento de fobia, de medo de um Estado totalitário e intervencionista e o sentimento de liberdade mais íntima - expresso pela liberdade do indivíduo em relação ao Estado. Esse sentimento, mobilizado pelo neoliberalismo, exige, a conformação de uma racionalidade: o *empreendedor de si*. O capítulo 2 concentrar-se-á, precisamente, neste ponto: a conformação desta nova racionalidade. Como referência principal, usaremos o livro de Pierre Dardot e Christian Laval, intitulado *A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal* (2016) e cuja base foi o estudo de Foucault - amplamente abordado, nesta pesquisa, ao longo do capítulo 1.

Pretendemos mostrar que o neoliberalismo é uma modalidade de intervenção política, certa estratégia de transformação da sociedade no sentido de fazer com que os indivíduos acabem por achar natural funcionar no regime da concorrência e da livre empresa, um programa de conformação do eu e sua estrutura de personalidade à *empresário de si* ou *empreendedor* em uma época orientada pela fetichização da empresa para todas as esferas da relação social. Mas também, avançaremos na direção de formular nosso modelo teórico de investigação da relação entre sujeito e trabalho à luz da patologia social do neoliberalismo.

2.2. A constituição do Sujeito Neoliberal ou neossujeito⁴.

O livro de Dardot e Laval (2016) traz uma hipótese importante para o estudo crítico do neoliberalismo. Os autores ressaltam que o neoliberalismo tem, como inovação, vincular a forma como seres humanos são governados à própria forma como o ser humano se *autogoverna*. E elaboram a hipótese de que sua consolidação se dá pela constituição de uma racionalidade, de uma subjetividade, produto da internalização da lógica de mercado, com duas características centrais, já mencionadas no capítulo 1:

1. Generalização da concorrência como norma de conduta.
2. Empresa como modelo de subjetivação.

⁴ A denominação de neossujeito é diretamente mencionada por Dardot e Laval (2016) e foi extraída da obra de Jean Pierre Lebrun.

Essa hipótese encontra consistência teórica em dois autores clássicos do neoliberalismo: Friedrich August Von Hayek e Ludwig Von Mises.

No que se refere a generalização da concorrência como norma de conduta, um trecho do capítulo *Individualismo e Coletivismo*, do livro *O Caminho da Servidão*, escrito por Hayek (2010) define a internalização da concorrência e sua conversão em traço subjetivo:

A doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos, e não de deixar as coisas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde exista a concorrência efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais. (...) e considera a concorrência um método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas, sobretudo por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade” (Hayek, 2010, p.58).

Algo similar se verifica no livro de Von Mises - *Ação Humana. Um Tratado de Economia* (1995) - no que se refere à transformação da empresa como modelo de subjetividade. No capítulo XV, *O Mercado*, Von Mises aprofunda essa questão com a definição de empresário:

Para ser bem-sucedido nos negócios, um homem não precisa ter um diploma de administração de empresas. Essas escolas treinam os subalternos para trabalhos rotineiros. Certamente, não formam empresários. Não é possível ensinar uma pessoa a ser empresário. Um homem se torna empresário ao perceber oportunidades e preencher vazios. O julgamento penetrante, a capacidade de previsão e a energia que a função empresarial requer não se aprendem na escola. Os homens de negócio mais bem-sucedidos foram frequentemente ignorantes, se considerarmos os critérios escolásticos do corpo docente. Mas estavam à altura de sua função social de ajustar a produção à demanda mais urgente. Em razão desse mérito, são escolhidos para liderar a atividade econômica (Von Mises, 1995, pp. 315-316).

A ascensão do modelo neoliberal promoverá a homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa, constituindo um sujeito unitário que será indiferentemente denominado de *sujeito empresarial, sujeito neoliberal, neossujeito*. Essa é a nova razão do mundo, que dá título ao livro de Dardot e Laval (2016).

Nesta nova razão do mundo, a ação humana passa a ser caracterizada como se fosse determinada por uma ordem imperiosa, uma espécie de voz baixa que fala em cada ser humano. Neste sentido, é fundamental ter a exata noção da modificação no neoliberalismo: “Nós não saímos da jaula de aço da economia capitalista a que se referia Weber. Em certos aspectos, seria melhor dizer que cada indivíduo é obrigado a construir, por conta própria, sua jaula de aço individual.” (Dardot e Laval, 2016, p.330). Dessa forma, não se trata mais do capitalismo weberiano da ética protestante. No neoliberalismo, a subjetividade é conformada pela lógica do mercado, convertendo-o em motivação individual que permite ao eu participar inteiramente, engajar-se plenamente e entregar-se completamente à sua atividade empresarial. Seguindo o argumento de Dardot e Laval (2016), a

internalização da concorrência e das características de funcionamento da empresa forma a racionalidade neoliberal, o *neossujeito*. Essa nova razão do mundo possui dois princípios éticos:

1. *Empresa de si mesmo*: o sujeito neoliberal encarna subjetivamente as características de uma empresa. Por isso, Dardot e Laval (2016) o abordam como empresa de si mesmo, com capacidade de conduzir, gerir e controlar sua própria vida. Esse controle se dá por meio de princípios neoliberais: energia, iniciativa, ambição, cálculo. Esse *ethos* da empresa de si mesmo, que está presente em todas as relações do sujeito, é uma resposta à nova regra do jogo que muda completamente o contrato de trabalho, a ponto de aboli-lo como relação salarial e representatividade sindical. Na empresa de si mesmo, o eu se converte em empresa que negocia com outras empresas.

2. *Homem accountable (accountability)*: isso significa ser responsável por si mesmo, responder por seus atos diante dos outros. Dardot e Laval (2016) identificam uma série de técnicas contemporâneas para a constituição e ascese do desempenho do *neossujeito* e que se valem dos afetos movidos pela concorrência e competição no próprio indivíduo. São elas:

1. Coaching.
2. Programação Neurolinguística (PNL).
3. Análise transacional.
4. Técnicas motivacionais.
5. Gurus.

Tais técnicas são fabricantes do traço de *accountability*. Nesta nova razão neoliberal, o campo de atividades do sujeito neoliberal: 1. É regulado por um cálculo de custo; 2. Esse cálculo de custo é inseparável de um imperativo à ir sempre mais além com o objetivo de maximizar a eficácia de cada ser humano nos mais variados domínios: no trabalho, na escola, na sexualidade e etc; 3. São convertidos em investimento constante para a valorização do eu; 4. Estão sob a responsabilidade do eu.

2.3. Sujeito Neoliberal: oxímoro de desempenho/satisfação.

O discurso “psi”, entendido como “tecnologia intelectual”, permitiu que os indivíduos fossem conduzidos a partir de um saber relativo à sua constituição interna. Fazendo isso, formou indivíduos que aprenderam a conceber-se como seres psicológicos, a julgar-se e modificar-se por um trabalho em si mesmos, ao mesmo tempo que deu às instituições e aos governantes meios de dirigir a conduta desses indivíduos.
(Dardot e Laval, 2016, p.350)

Conforme afirmamos na seção anterior, um conjunto de técnicas “psi” são centrais na conformação do sujeito neoliberal e, conseqüentemente, na garantia dos princípios éticos de *empresa de si* e *accountability*. É interessante observar que se tratam de técnicas com sentido

terapêutico de empoderamento da mente e do corpo, de acordo com os discursos contemporâneos sobre a saúde mental e física.

Dardot e Laval (2016) posicionam, precisamente, o papel das técnicas *psi*: promover o grau de subjetivação, de internalização, da lógica de mercado. Assim, esse grau de subjetivação ao mesmo tempo em que garante que o sujeito seja conduzido a partir de um saber relativo à si próprio, à sua constituição interna, reflete as características da lógica de mercado, com seus valores e símbolos:

A ideia diretriz era a da adaptação mútua dos móveis psicológicos e das coerções sociais e econômicas, o que nos ensinou a ver a “personalidade” e o “fator humano” como um recurso econômico pelo qual se deve “zelar”. (Dardot e Laval, 2016, p.355)

As técnicas *psi* convertem a lógica de mercado em ideal, perseguido pelo sujeito, como se esse ideal lhe fosse orgânico e natural. O uso das chamadas modernas ferramentas motivacionais é um exemplo utilizado pelos autores. Eles mostram como elas são amplamente utilizadas em empresas, com a finalidade superficial de ajudar os funcionários a realizarem suas atividades de forma mais prazerosa, mas com a finalidade profunda de dirigi-los:

A “motivação” no trabalho apareceu, então, como o princípio de uma nova maneira de conduzir os homens no trabalho, [...] A subjetividade, feita de emoções e desejos, paixões e sentimentos, crenças e atitudes, foi vista como a chave do bom desempenho das empresas. (Dardot e Laval, 2016, p.356)

A fim de entendermos o sentido dessas terapêuticas apresentadas na seção anterior, consideremos três passagens do livro de Dardot e Laval (2016) que ressaltam o fundamento dessas terapêuticas: o esporte de competição.

A primeira passagem define, mais uma vez, a natureza do *neossujeito*, do novo sujeito e o caracteriza como uma espécie de herói de competições:

O novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para “ganhar”, ser “bem-sucedido”. O esporte de competição, mais ainda que as figuras idealizadas dos dirigentes de empresa, continua a ser o grande teatro social que revela os deuses, os semideuses e os heróis modernos. (Dardot e Laval, 2016, p.350).

Conforme depreendemos da citação, a natureza do *neossujeito*, do empreendedor de si, é ser uma espécie de *heroi de wall street*, o esportista de competição de alto desempenho – um ser voltado para a vitória e o sucesso, um herói contemporâneo imune ao fracasso e a qualquer forma de sofrimento psíquico. A segunda passagem ratifica a ideia do herói, embutida no empreendedor de si, e afirmada anteriormente:

No dispositivo em questão, a empresa se identifica com os campeões, os quais patrocina e dos quais explora a imagem, e o mundo do esporte, como bem sabemos, torna-se um laboratório do business sem constrangimentos. Os esportistas são encarnações perfeitas do empreendedor de si, que não hesitam um instante sequer em se vender a quem pagar mais, sem muitas considerações a respeito da lealdade e da fidelidade. (Dardot e Laval, 2016, p.351)

O esporte é, nessa perspectiva, o paradigma da conformação do empreendedor de si, o laboratório que, misturando a terapêutica de gurus, programação neurolinguística e *coach* com o esporte de competição, constitui o homem de negócios amplamente responsável pelo seu próprio sucesso e sempre orientado para o melhor desempenho.

A terceira passagem do livro de Dardot e Laval (2016) apresenta o desempenho como a bússola do sujeito neoliberal:

Os sacrifícios aceitos no trabalho (a “desutilidade”) eram comparados com os bens que poderiam ser adquiridos graças à renda (a “utilidade”). [...] não se trata mais de fazer o que se sabe fazer e consumir o que é necessário, numa espécie de equilíbrio entre desutilidade e utilidade. Exige-se do novo sujeito que produza “sempre mais” e goze “sempre mais” e, desse modo, conecte-se diretamente com um “mais-de-gozar” que se tornou sistêmico. A própria vida, em todos os seus aspectos, torna-se objeto dos dispositivos de desempenho e gozo. (Dardot e Laval, 2016, p.352)

Essa citação é de extrema importância porque acaba por revelar o modo de gestão dos sentimentos no neoliberalismo. No capítulo anterior, havíamos ressaltado como o sentimento de fobia do Estado marcara a especificidade do neoliberalismo a partir do pós-II Guerra e como o sentimento de liberdade individual está intimamente articulado a essa fobia. À luz da formulação de Dardot e Laval (2016), esse sentimento de liberdade individual ganha maior precisão, por meio do oxímoro de desempenho/satisfação:

De fato, a norma social do sujeito mudou. Não é mais o equilíbrio, a média, mas o desempenho máximo que se torna o alvo da “reestruturação” que cada indivíduo deve realizar em si mesmo [...] Não só o conformismo não é mais suficiente, como se torna suspeito, na medida em que se ordena ao sujeito que “se transcenda”, que “leve os limites além”, como dizem os gerentes e os treinadores. (Dardot e Laval, 2016, p.353)

Os autores mostram como a norma social se modificou e que o sujeito se conforma a partir dessa nova norma. De fato, se a nova norma social é a do máximo desempenho, então o *neossujeito* é o empreendedor de si voltado para sua transcendência, para a superação de seus limites, para seu máximo desempenho e satisfação. Não é mais aceito que o sujeito queira apenas *ganhar o pão de cada dia*, que pense apenas em realizar seu trabalho e voltar para sua casa, para sua família ou seus amigos. Esse *neossujeito* movido e orientado para a extração de um *mais-de-satisfação*, pensa, respira e até sonha com seu trabalho todos os dias, com formas de obter melhor desempenho, com o ultrapassamento de seus próprios limites quebrando suas próprias regras em prol do sucesso do trabalho, que se converte em sucesso pessoal:

Daí o interesse da identificação do sujeito como empresa de si mesmo e capital humano: a extração de um “mais-de-gozar”, tirado de si mesmo, do prazer de viver, do simples fato de viver, é que faz funcionar o novo sujeito e o novo sistema de concorrência. (Dardot e Laval, 2016, p.353)

2.4. O Sujeito dentro do sujeito: o dono do próprio destino e a busca incessante pelo sucesso.

Outra noção, que se articula ao *neossujeito* é a noção de *sociedade aberta*, que designa o fato de que cada indivíduo tem o direito (e o dever) de trilhar o próprio caminho:

Numa “sociedade aberta”, todo indivíduo tem o direito de viver como bem entende, escolher o que quiser, seguir as modas que preferir. [...] Enunciados econômicos e enunciados do tipo “psi” juntaram-se para dar ao novo sujeito a forma do arbítrio supremo entre “produtos” e estilos diferentes no grande mercado dos códigos e dos valores. (Dardot e Laval, 2016, p.356)

Apesar de, à primeira vista, a ideia de sociedade aberta parecer bem sedutora – defendendo que cada sujeito é livre na escolha de seu próprio caminho, gostos e desejos e é responsável pelos próprios atos - os enunciados “psi” se articularam à ela para conformar, no empreendedor de si, ideais de consumo sem limites: o consumir apenas por consumir. E, ainda, introduziu a ideia de gerenciar os desejos de forma estritamente racional:

Foi ainda essa conjunção que deu origem a essas técnicas de si que visam ao desempenho individual por meio de uma racionalização gerencial do desejo. Mas foi outra modalidade dessa conjunção que permitiu o desenvolvimento do dispositivo de desempenho/gozo, uma modalidade que consiste não em perguntar em que medida o indivíduo e a empresa, cada qual com suas exigências próprias, podem adaptar-se um ao outro, mas como o sujeito psicológico e o sujeito da produção podem *identificar-se*. (Dardot e Laval, 2016, p.356)

O objetivo principal era envolver, num só, o sujeito que produz e o novo sujeito, a ponto de o próprio sujeito não perceber a diferença nem a fronteira entre um e outro, de ver apenas que os dois são um só e que a eficiência de uma era a felicidade do outro. Três passagens do livro de Dardot e Laval (2016) são particularmente expressivas a esse respeito:

1. “Sem dúvida, alguns dirão que a ilusão do gozo, da adaptação do sujeito e do objeto, sob a forma da “realização” e do ‘domínio de si mesmo’, foi mantida”. (Dardot e Laval, 2016, p.351).
2. “A liberdade tornou-se uma obrigação de desempenho. O normal não é mais o domínio e a regulação das pulsões, mas sua estimulação intensiva como principal fonte de energia. (Dardot e Laval, 2016, p.356).
3. “O marketing é empuxo-ao-gozo [pousse-à-jouir] incessante e onipresente, ainda mais eficaz na medida em que promete, pela simples posse dos signos e dos objetos do “sucesso”, o impossível gozo último”. (Dardot e Laval, 2016, p.357).

As passagens acima mostram como a racionalidade neoliberal não é produto de uma repressão dos afetos, da pulsão. Mas é produto de sua gestão e as técnicas *psi*, conforme já mencionamos anteriormente, têm como função ser uma ferramenta nesta gestão. O sujeito passa a ser direcionado, pelo vetor do desempenho/satisfação, para a obtenção do sucesso. O paradoxo é que os símbolos desse sucesso são inatingíveis, fazendo com que sua busca nunca cesse; se, porventura, o sucesso for alcançado, o sujeito é levado a avaliar que precisa de mais, precisa ir além, precisa ultrapassar seus próprios limites.

Uma imensa literatura de revistas, uma enxurrada de programas de televisão, um teatro político e mediático non stop e um imenso discurso publicitário e propagandista exibem incessantemente o “sucesso” como valor supremo, sejam quais forem os meios para consegui-lo. Esse “sucesso” como espetáculo vale por si mesmo. O que ele atesta é apenas uma vontade de ser bem-sucedido, apesar dos fracassos inevitáveis, e um contentamento por tê-lo conseguido, ao menos por um breve momento da vida. Essa é a própria imagem em que se resume o dispositivo de desempenho/gozo. (Dardot e Laval, 2016, p.357)

Esse ponto é muito importante porque indica que a racionalidade neoliberal é constituída de tal forma que o sujeito sinta e perceba a si próprio como lógica de mercado. E Dardot e Laval (2016) mostram como esse processo de internalização da lógica de mercado, que resultará no empreendedor de si, não supõe uma resistência.

Enquanto no velho capitalismo todo mundo perdia alguma coisa (o capitalista perdia o gozo garantido de seus bens pelo risco assumido, e o proletário, a livre disposição de seu tempo e força), no novo capitalismo ninguém perde, todos ganham. O sujeito neoliberal não pode perder, porque é a um só tempo o trabalhador que acumula capital e o acionista que desfruta dele. Ser seu próprio trabalhador e seu próprio acionista, ter um desempenho sem limites e gozar sem obstáculos os frutos de sua acumulação, esse é o imaginário da condição neosubjetiva. (Dardot e Laval, 2016, p.369)

Ao contrário, o empreendedor de si é uma instância subjetiva auto coercitiva de produção do sentimento de querer sempre mais, de que o sucesso alcançado nunca é o bastante, e amplificada pelas técnicas *psi* de controle/motivação de recursos humanos, sob o pretexto de ajudar o sujeito a encontrar as próprias deficiências e ter a oportunidade de saná-las. A dimensão da auto coerção será abordada no capítulo 3.

Podemos comparar esse sentimento ao que se forma quando se tem vontade de comprar o modelo recém-lançado do celular de última geração, que parece ser difícil de obter, seja porque é necessário entrar numa “fila de espera” para obtê-lo ou porque tem um valor muito alto. O fabricante e o vendedor, *como bons filantropos que são*, fazem uma *superpromoção* com um parcelamento suave do valor, proporcionando assim que o “desejo” do sujeito seja realizado e que ele tenha acesso àquele bem. Porém, após obter o objeto, ele vira apenas mais um objeto, mais um item (necessário, diga-se de passagem, nos dias de hoje), porém ele perde quase que instantaneamente aquele valor que tinha antes de ser *conquistado*. Esse exemplo cotidiano foi, aqui, introduzido apenas para sublinhar o quão fugaz pode ser o desejo despertado por um estímulo externo neoliberal: ele é rápido, profundo e assertivo, pois desperta o sujeito para o desejo, que é rapidamente saciado, para dar lugar a outro e, assim, sucessivamente, não dando espaço para que o mesmo pense (e repense) seus atos perante tantos estímulos.

Hoje é a empresa que tende a ser a principal instituição distribuidora de regras, categorias e proibições legítimas; é também como empresa que qualquer instituição tem legitimidade para estabelecer regras e identidades sociais; enfim, é à maneira da empresa, segundo a lógica da eficácia e da competição, que toda instituição participa da normatividade. (Dardot e Laval, 2016, p.357)

Essa é a nova *razão do mundo*: o empreendedor de si, cujo desejo, cujas pulsões, cujo afeto se engata na lógica de mercado e funciona tal como a lógica de mercado; e as relações sociais que passam a ser regidas por essa mesma lógica.

As identificações com cargos, funções, competências próprias da empresa, assim como a identificação com grupos de consumo, sinais e marcas da moda e da publicidade, funcionam como substituições em relação aos lugares ocupados na família ou ao status na cidade. A manipulação dessas identificações pelo aparato econômico faz delas “ideais voláteis do eu”, em constante remodelação. (Dardot e Laval, 2016, p.363)

Dardot e Laval (2016) indicam, nessa passagem, que é por meio do processo de identificação, que a lógica de mercado se converte em funcionamento psíquico. Cabe, então, perguntar se tudo se esgota nessa conformação afetiva por meio da identificação ou se algo nesse processo indica seu desfuncionamento. Veremos esse ponto, em seguida, no capítulo 3. Mas antes, abordaremos uma forma específica de extensão subjetiva do consumo.

2.5. A perversão como traço mórbido do empreendedor de si.

Posto em estado de “antigravidade simbólica”, o *neossujeito* é obrigado a fundamentar-se em si mesmo, em nome da livre escolha, para conduzir-se na vida. Essa intimação à escolha permanente, essa solicitação de desejos pretensamente ilimitados, faz do sujeito um brinquedo flutuante: num dia ele é convidado a trocar de carro; no outro, de parceiro; no outro, de identidade; e no outro, de sexo, ao sabor de suas satisfações e suas insatisfações. Devemos concluir, com isso, que há uma “dessimbolização do mundo?” (Dardot e Laval. *A Nova Razão do Mundo*)

O princípio que se encontra na base da extensão do consumo – como parte integrante da lógica de mercado - ao funcionamento subjetivo e interpessoal, é o da *transfiguração do sujeito em objeto*, ou seja, a conversão do próprio sujeito em objeto de consumo.

Tudo se equivale, tem preço e se negocia. (...) quanto mais o ser humano envereda por esse vício em objetos mercantis, mais tende a tornar-se ele próprio um objeto que vale apenas pelo que produz no campo econômico, um objeto que será posto de lado quando tiver perdido a “performance”, quando não tiver mais uso. (Dardot e Laval, 2016, p.363)

Dardot e Laval (2016) elencam os três registros da transfiguração do sujeito em objeto:

1. A conversão em recurso humano: por meio das técnicas *psi*, o sujeito é um recurso humano a ser consumido pelas empresas para a produção de lucro.
2. A submissão à norma do desempenho: o desempenho uniformiza a todos, na diversidade de suas relações, em objetos que devem ser possuídos, moldados e transformados para melhor alcançar sua própria satisfação.
3. A adesão às técnicas de marketing: estas orientam o sujeito no consumo de mercadorias com vista a assegurar uma satisfação que, obtida, se converte imediatamente em novo ideal a ser realizado.

A nova norma é ser autossuficiente, não precisar dos outros, dispensar políticas de bem-estar social, ter a liberdade de buscar a mudança sem se preocupar se isso afeta aos outros ao seu redor,

estar no controle. Na estrutura psíquica da perversão, observamos esse mesmo traço de transfiguração do sujeito em objeto presente no empreendedor de si. E Dardot e Laval (2016) indicam que a perversão pode vir a ser o traço mórbido do empreendedor de si.

Apoiados na hipótese do psicanalista lacaniano Charles Melman, os autores reconhecem nessa transfiguração, o mesmo procedimento identificado na base da perversão: “A perversão que se distingue clinicamente pelo consumo de parceiros como objetos que são jogados fora assim que são considerados insuficientes teria se tornado a nova norma das relações sociais.” (Dardot e Laval, 2016, p.367).

A indicação pelos autores, da perversão como a morbidade do empreendedor de si, mostra as implicações subjetivas da gestão das pulsões, dos afetos, no neoliberalismo. Se toda a decisão é colocada como própria do sujeito, como se ele mesmo escolhesse obedecer às normas; no campo das relações sociais, o mesmo pode ocorrer. É importante ressaltar, aqui, a dimensão de novidade que a hipótese de perversão no sujeito neoliberal possui: aqui, a perversão não é uma transgressão das normas sociais, mas a expressão subjetiva máxima de seu funcionamento⁵. Dessa forma, ele não só se adequa à lógica de mercado, como tem na perversão, a expressão da liberdade de si ilusória? Certamente, conforme depreendemos desta passagem abaixo.

A questão central que se coloca ao governo dos indivíduos é saber como programar os indivíduos o quanto antes para que essa injunção à superação ilimitada de si mesmo não descambe em comportamentos excessivamente violentos e explicitamente delituosos; é saber como manter uma “ordem pública” quando é preciso incitar os indivíduos ao gozo, evitando ao mesmo tempo a explosão da desmedida. A “gestão social do desempenho” corresponde precisamente a esse imperativo governamental. (Dardot e Laval, 2016, p.369)

Os autores resgatam a dimensão biopolítica de controle e governo do novo sujeito, abordada com centralidade por Michel Foucault em *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979/2008) e que não contradiz o que, até aqui, desenvolvemos. Trata-se de um movimento paradoxal: enquanto “empurra” sujeito para a euforia do consumo e da produção, também o “puxa”, o governa para que não exalte seus ânimos seja a ponto da transfiguração em objeto de consumo se converta em uma

⁵ Vale exemplificar esse novo estatuto da perversão, com o filme *Psicopata Americano* (*American Psycho*), coescrito e dirigido por Mary Harron, em 2000, e inspirado no romance, do mesmo nome, de Bret Easton Ellis. O protagonista é o ator Christina Bale que encena o personagem Patrick Bateman. O ano é 1987; Patrick é um banqueiro de investimentos de Nova Iorque, plenamente identificado com seu estilo de vida de consumo, com restaurantes chiques, rotina de ginástica matinal, embelezamento da pele e do corpo, guarda-roupa estilístico e uma noiva preocupada consigo mesma. Bateman segue o mesmo padrão de consumo e individualismo de sua noiva e de seu círculo de amigos executivos, ordenado em torno do consumo, da empresa de si e da concorrência no campo das relações sociais e sexuais. Ele é, neste sentido, o exemplar adaptado do neoliberalismo. Sem deixar claro, se Bateman tem fantasias ou delírios de perversão com requintes de *serial killer*, ou se efetivamente é um *serial killer*, a diretora do filme apresenta uma figura do mercado financeiro, exemplar do empreendedor de si – mas, mais precisamente, do funcionamento mórbido da transfiguração do sujeito em objeto. O filme é narrado pelo próprio protagonista numa espécie de *flashes* de diário em que sua perversão é retratada como uma experiência única e encaixada em seu estilo de vida, com a certeza de que nenhuma lei o punirá, ainda que haja uma investigação policial em curso. O mais importante do filme para nossa pesquisa é o fato de revelar a perversão como a fantasia mais mórbida do empreendedor de si. Não é um sintoma na medida em que não traz um elemento de inadaptação, conforme veremos ao longo do capítulo 3.

norma desregulada, seja no sentido de se rebelar e causar uma transformação do cenário. Nos próximos capítulos, apresentaremos as formas de sofrimento psíquico da racionalidade neoliberal e uma vida de ultrapassamento, apostando nesse último sentido e vendo, neste último sentido, a direção contrária à morbidez da perversão: trata-se de pensar em uma via de superação.

CAPÍTULO 3. O *neossujeito* e seus sintomas

Seguindo o quadro clínico do *neossujeito*, vemos que a empresa de si mesmo tem dois rostos: o rosto triunfante do sucesso sem pudor e o rosto deprimido do fracasso diante dos processos incontroláveis e das técnicas de normalização. Oscilando entre depressão e perversão, o *neossujeito* é condenado a ser duplo: mestre em desempenhos admiráveis e objeto de gozo descartável. (Dardot e Laval. *A Nova Razão do Mundo*)

3.1 Considerações Iniciais

No capítulo 1 desta pesquisa, definimos o campo de investigação do neoliberalismo do desenvolvimento da tese que Michel Foucault apresenta em seu curso *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979/2008) – e especial, a ideia de que o neoliberalismo no marco do pós-II Guerra se ergue sobre uma crise de *governamentalidade*, experienciada socialmente pelo medo, pela fobia do Estado. No capítulo 2, partimos da fobia do estado, para interrogar sobre a conformação da racionalidade neoliberal e sobre o papel das técnicas *psi* nessa conformação, em um processo que qualificamos como a alienação do sujeito em relação às formas de dominação que atendem ao neoliberalismo. Destacamos, ainda, como a estrutura da perversão é a expressão mórbida e paradoxalmente adaptada da racionalidade neoliberal.

Com base no desenvolvimento teórico realizado até o momento, o objetivo do capítulo 3 é interrogar, na conformação da racionalidade neoliberal, sobre os determinantes das formas de sofrimento psíquico, sobre os determinantes dos sintomas. Se a perversão é considerada por Dardot e Laval (2016), com base na psicanálise, como a expressão máxima e mórbida do funcionamento da racionalidade neoliberal, interrogamos sobre a possibilidade de se pensar outros matizes clínicos seguindo como diretriz teórica no campo da psicopatologia, a ideia de uma gradação das psicopatologias. Para isso, recorreremos às referências da psicodinâmica (com Dejours, Mendes e Ferreira) articulando-a com as formulações de Dardot e Laval (2016).

3.2.As primeiras elaborações sobre a relação entre sujeito e saúde: a referência ao trabalho

Conforme foi apresentado na introdução da presente pesquisa de dissertação, a primeira referência sobre trabalho e saúde humana é o livro de Bernardino Ramazzini - *De morbis artificum Diatriba* – publicado em 1700. O autor é considerado o fundador da medicina do trabalho e este livro é o marco do interesse especializado pelos trabalhadores enquanto contingente populacional com foco nas patologias decorrentes da relação do sujeito com sua atividade de trabalho. O livro apresenta uma vasta classificação das patologias relacionadas a formas de trabalho distintas. Na época, Ramazzini (1700/2016) identificara 65 patologias e cada capítulo do livro está dedicado a uma delas. A tabela 6 amplia a amostra das patologias apresentadas na tabela 1 (introdução desta

pesquisa de dissertação), para uma amostra de 30 doenças, do total das 65 patologias identificadas por Ramazzini (1700/2016).

Tabela 6. Amostra ampliada da classificação de Ramazzini para as doenças relacionadas ao trabalho (1700/2016).

Doenças dos mineiros
Doenças dos douradores
Doenças dos iatraliptas (massagistas)
Doenças dos químicos
Doenças dos oleiros
Doenças dos estanhadores
Doenças dos vidraceiros e fabricantes de espelhos
Doenças dos pintores
Doenças dos que trabalham com enxofre
Doenças dos ferreiros
Doenças dos gesseiros e caleiros
Doenças dos farmacêuticos
Doenças dos cloaqueiros
Doenças dos pisoeiros
Doenças dos azeiteiros, dos curtidores, dos queijeiros e de outros ofícios imundos
Doenças dos trabalhadores de fumo
Doenças dos coveiros
Doenças das parteiras
Doenças das nutrizes
Doenças dos vinhaeiros, cervejeiros e dos destiladores
Doenças dos padeiros, e dos moleiros
Doenças dos fabricantes de amido
Doenças dos peneiradores e medidores de cereais
Doenças dos lapidários, estatuários e britadores
Doenças das lavadeiras
Doenças dos cardadores de linho, cânhamo e seda
Doenças dos banhistas
Doenças dos salineiros
Doenças dos que trabalham em pé
Doenças dos operários sedentários

Fonte: Ramazzini (1700/2016)

A elaboração de Ramazzini (1700/2016) se concentra na relação direta entre o tipo de atividade laboral da época e seus impactos sobre a saúde, considerando dois eixos:

- 1.O que se manipula na realização de cada atividade laboral.
- 2.A violência imposta ao corpo por posturas específicas à atividade realizada.

Já no início do século XX, a preocupação com essa relação entre sujeito, trabalho e saúde passa a obedecer ao modelo da produtividade. É o momento em que ocorre a ascensão dos testes e medidas psicológicas aplicadas à avaliação da saúde do trabalhador e à manutenção de sua produtividade. Uma mudança importante ocorre na década de 1950, a partir de três importantes marcos de ruptura:

1. O surgimento do campo da psicopatologia do trabalho.
2. Publicação do primeiro estudo sobre as características da atividade de telefonista e o tipo de transtorno evidenciado por trabalhadores de uma mesma categoria profissional.
3. O surgimento mais recente da psicodinâmica do trabalho, que vem ampliando a categoria de sofrimento psíquico para o tema da saúde do trabalhador e avançando no esclarecimento dos determinantes do estresse ocupacional, da síndrome de *burnout*.

Assim, é possível situar a psicopatologia do trabalho numa linha de ruptura com relação ao entendimento do trabalho pelo par desempenho/produzitividade.

3.3.Dejourns e a psicodinâmica do trabalho.

A inclusão da categoria de subjetividade na análise feita por Dardot e Laval (2016) acerca do neoliberalismo é tributária deste percurso conceitual que rompe com a investigação da relação entre trabalho e saúde humana à luz da produtividade e pensa criticamente o impacto do capitalismo na formação da subjetividade.

A psicodinâmica do trabalho, com Dejourns, estuda, exatamente, esse campo de interação entre o capitalismo de uma época e a experiência de fracasso e o sofrimento vivido pelos corpos. Assim sendo, a realidade é exposta pelas situações cotidianas inesperadas e são essas situações que constituem a verdade que é vivida por meio do fracasso e do sofrimento que os corpos sentem e que exprimem por meio de sintomas patológicos:

É diante do inusitado de trabalho, quando ocorre o erro, ou seja, quando a predição científica não se confirma, é precisamente aí que a verdade se revela. E é aliás porque a predição científica é frequentemente cometida pelas dificuldades da prática cotidiana do trabalho que se faz necessário, hoje e sempre, homens e mulheres para trabalhar, isto é, para enfrentar o que não foi previsto pela organização do trabalho, pela engenharia de métodos, ou por seus projetistas. (Dejourns, 2007, p. 13)

Uma referência nacional recente em psicodinâmica do trabalho – o professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, João Ferreira -sintetiza o campo de investigação aberto por Dejourns nos seguintes termos: “O sofrimento resultante do encontro com o real não é somente um processo que articula a subjetividade ao trabalho, mas também um ponto de partida. É um ponto de origem da mobilização subjetiva para a ação e transformação das situações que resultam em sofrimento” (Ferreira, 2013, p. 4).

Considerando essa relação íntima entre subjetividade, trabalho e neoliberalismo, com a categoria de subjetividade neoliberal, a psicodinâmica do trabalho tem, hoje, o desafio de investigar os determinantes da formação dos sintomas de sofrimento, situando-os na forma como essa subjetividade é conformada no neoliberalismo a partir da internalização da lógica da empresa, da reificação do individualismo:

A constituição do sujeito como processo de subjetivação está inserida na contínua contraposição da regra ao inesperado, da comunidade à singularidade, do prescrito ao real. É nesta disposição situacional que encontramos a produção de sentido que resulta em um sujeito. O real dá a textura da verdade à realidade, possibilita a instauração transitória do sujeito por meio da simbolização. Nesta linha, o *sujeito do sofrimento* pode ser entendido como *sujeito como efeito da experiência do real*. (Ferreira, 2013, p. 451-455)

A leitura desta citação deixa evidente, ainda, a presença de um outro fator na investigação da formação da racionalidade neoliberal, abordada ao longo do capítulo 2 da presente pesquisa: a irrupção do real como aquilo que está intimamente vinculado a experiência do sujeito, ou seja, a forma como o sujeito interpreta sua realidade e reage às situações. A psicodinâmica estuda essas reações e a sensibilidade com a qual o sujeito responde, por exemplo, à um desnível entre o esperado por ele como empresa de si mesmo e o que ele realmente experiencia: “E é precisamente essa a finalidade da psicodinâmica do trabalho: tratar o trabalho enquanto atividade *humana* da qual se busca interpretar clinicamente as causas, os fracassos e as vitórias; reconhecer o que implica para o trabalho o fato de ser um trabalho *vivo*” (Dejours, 2007, p.16).

No caso do contexto neoliberal de trabalho, a lacuna entre o real e o esperado pode ser mensurada pela frustração e/ou impotência em atender ao esperado pela organização em que trabalha, pelo chefe e/ou pelos demais colegas que já incorporaram a verdade do desempenho e da produção em sua racionalidade: “A verdade, em psicodinâmica do trabalho, revela-se pela experiência do real, isto é, por uma conjuntura que se apresenta, essencialmente, sob a forma de uma experiência do fracasso” (Dejours, 2007, p 14). Dessa forma, sublinhamos que não só o sentimento de frustração/impotência, mas também a própria incorporação “esportista” (conforme mencionamos no capítulo 2) do imperativo de desempenho/produção como algo orgânico ao sujeito, devem ser considerados no campo da psicodinâmica do trabalho. É isso que elucida, para nós, o fato de Dejours (2007) esclarecer a base deste campo de investigação em termos da confluência de dois objetos: o cotidiano do trabalho e as psicopatologias do trabalho.

No que se refere às psicopatologias do trabalho, Dejours (2007) as organiza em quatro categorias patológicas, conforme expostas na tabela 7.

Tabela 7. Categorias de psicopatologias do trabalho, conforme Dejours (2007).

Categoria	Descrição
Primeira categoria: Patologias de sobrecarga	Se dão em consequência da sobrecarga de trabalho, contrariando a previsão de que o progresso técnico, a automação e, sobretudo, a robotização, produziram uma diminuição considerável da carga de trabalho.
Segunda categoria: Patologias pós-traumáticas	Composta pelas patologias pós-traumáticas cujo aumento é considerável. Elas se dão em consequência das agressões de que os portadores são vítimas no exercício de sua atividade profissional – <i>as agressões aos corpos</i> .
Terceira categoria: Patologias do assédio	São as patologias do assédio, também em aumento. O assédio no trabalho nada tem de novo. É antigo como o trabalho. O que é novo são as patologias, que ocorrem hoje com muita frequência; antigamente, havia muito menos assédio. Entre o assédio, de um lado, e

	as patologias, de outro, é necessário reconhecer uma fragilização das pessoas no que se refere às manobras de assédio. Essa fragilização pode ser analisada. Ela está relacionada à desestruturação do que se denominam os mecanismos de defesa, em especial as defesas coletivas e a solidariedade. É esse o fator determinante do aumento das patologias. Em outros termos: as patologias do assédio são, antes de tudo, patologias da solidão.
Quarta categoria: Depressões, tentativas de suicídio e suicídio	Refere-se às depressões, às tentativas de suicídio e aos suicídios.

Fonte: Adaptado de Dejours, 2007, p. 15

A leitura da tabela evidencia os pressupostos teóricos da psicodinâmica do trabalho:

1. A dinâmica entre as interações do trabalho (e tudo que se insere nesse contexto como as pessoas, o ambiente e o próprio labor em si).
2. As consequências que este provoca no sujeito e na sua saúde mental e suas reações no interior dessa dinâmica.

Retomando o tema da presente pesquisa, o referencial teórico da psicodinâmica aplicado à presente pesquisa, permite entender como o *neosujeito*, como o sujeito neoliberal se insere no contexto atual, como tem reagido a essa dinâmica e se é possível conciliar trabalho e vida sem os sofrimentos e as angústias que o contexto neoliberal desencadeia com imperativo de desempenho/produção. Essa conciliação envolve também as pessoas ao redor do trabalho: com os colegas, com a equipe e com os chefes. Enfim, o coletivo está inserido nesse contexto, conforme cita Dejours (2007): “O trabalho é, pois, também, uma relação com o outro. Levanta-se aqui a questão fundamental da cooperação. Primeiro a cooperação horizontal com os colegas, com o coletivo de trabalho, com a equipe; e a cooperação vertical com os subordinados e com os chefes” (Dejours, 2007, p. 19).

As palavras do autor marcam uma divisão dessas relações: a cooperação horizontal, que é a colaboração entre os pares do sujeito no ambiente de trabalho; e a vertical, que é marcada pela relação que o trabalhador tem com seu chefe e superiores. Importante destacar que essas duas vias de interação são muito próximas e que, por vezes, podem se transformar – um colega da linha horizontal pode se tornar um chefe, por exemplo – e essas relações são bastante mutáveis e influenciam muito no destino sofrimento/trabalho que o sujeito percebe e sente: as relações no trabalho, sejam horizontais ou verticais contribuem intimamente para o sentido e sabor do trabalho. Por exemplo, numa equipe onde os participantes vão além das prescrições e se vêem e tratam como igual, independentemente da posição na hierarquia que ocupam, os sofrimentos oriundos dos fracassos resultantes dos erros na execução do real do trabalho podem ser dirimidos pelos integrantes dessa equipe, a responsabilização pelos fracassos podem ser divididos de forma a diminuir os sofrimentos sentido por todos, num sentimento de sociabilização do pertencimento e da ressignificação do erro – todos juntos podem, além de superar o fracasso, encontrar uma

solução que convenha a todos e de fato diminua a lacuna entre o real e o prescrito pela norma laboral:

A cooperação, também aqui, não cai do céu. É uma construção, aliás difícil, e sempre, de algum modo, precária. Cooperar supõe comprometer-se no funcionamento coletivo, na construção, na estabilização, na adaptação, na transmissão e no respeito às *regras*. São regras de trabalho. É preciso construí-las, adaptá-las, transformá-las. É a própria essência da cooperação. (Dejours, 2007, p. 19)

A cooperação pode contribuir para dirimir o fracasso, mas não é simples de ser construído em um contexto de relações concorrenciais advindas do declínio de políticas de bem-estar social no neoliberalismo. Para Dejours (2004), a mobilização dos sentimentos e da empatia dos pares e o compromisso técnico e social garantem que a interação ocorra de forma orgânica, constituindo uma corrente de ajuda, um nivelamento tanto das expectativas quanto das formas de se enxergar o trabalho em equipe: “A cooperação supõe, de fato, um compromisso que é ao mesmo tempo sempre técnico e social. Isto tem a ver com o fato de que trabalhar não é unicamente produzir: é, também, e sempre, viver junto.” (Dejours, 2004, p. 32)

A interação também implica se expor aos riscos dos conflitos interpessoais e das críticas dos demais. É uma atividade complexa e tem até uma denominação específica – *atividade deôntica*:

E o viver junto não é algo evidente; ele supõe a mobilização da vontade dos trabalhadores visando conjurar a violência nos litígios ou os conflitos que podem nascer de desacordos entre as partes sobre as maneiras de trabalhar. Esta atividade complexa é conhecida sob o nome de «atividade deôntica». É graças a esta última que a organização real do trabalho evolui e se adapta, em função da composição do coletivo e da transformação material do processo de trabalho. (Dejours, 2004, p. 32)

A perspectiva de Dejours (2004) é clara e permite que possamos, dela extrair uma hipótese acerca da forma como a psicodinâmica do trabalho poderia apresentar uma via de superação do impacto do neoliberalismo na conformação do sujeito por meio da *atividade deôntica*: é fundamental mobilizar os afetos na direção de enfrentar a violência e os conflitos inerentes à lógica concorrencial e ao declínio das políticas de bem-estar social, e de consolidar as relações de trabalho como formas de relação social.

Assumir essa posição exige esforço subjetivo de se contrapor e superar a racionalidade típica do neoliberalismo. Dessa forma, voltemos à racionalidade neoliberal. Quando o sujeito se entrega à experiência da integração e do social, passa a estar mais exposto aos conflitos. A integração dos ideais é conflituosa e desperta a individualidade, ou seja, o sujeito passa a defender o próprio ponto de vista. E por que o sujeito se permite expor a tal situação? Assim, Dejours (2004) expõe a ocorrência, nas relações de trabalho, de duas variáveis: a que se baseia no individualismo; e a que se baseia no coletivismo. A tabela 8 apresenta uma descrição sintética das duas variáveis.

Tabela 8. Variáveis de interações no ambiente de trabalho.

Variável baseada no individualismo	Variável baseada no coletivismo
Na falta de construção de acordos normativos e de regras de trabalho, o individualismo leva a reiterados conflitos e, às vezes, à violência, de maneira que, no fim das contas, as condições sociais e éticas propícias à prova individual da vida no trabalho são, elas próprias, arruinadas. O trabalho gera, então, sofrimento, frustração, sentimento de injustiça e, eventualmente, patologia. Ele se torna deletério e contribui para destruir a subjetividade, juntamente com as bases da saúde mental. É para conjurar este processo mortífero que se aceitam as renúncias individuais exigidas pela cooperação.	Ao contrário, a segunda variável está associada aos recursos específicos que o coletivo, às vezes, pode colocar ao serviço do aprimoramento das subjetividades singulares. Testemunhar sua experiência do <i>trabalhar</i> , tornar visíveis as descobertas de sua inteligência e seu saber-fazer é o meio de se obter o reconhecimento dos outros. Pois, para esperar o reconhecimento, é preciso, antes, vencer o obstáculo primordial sobre o qual já falamos longamente, a saber: a invisibilidade do trabalho. Assim que o trabalho efetivo acede à visibilidade, então, aí, o reconhecimento se torna possível. Reconhecimento que passa por julgamentos sobre o fazer, sobre o trabalhar, e não sobre a pessoa daquele que trabalha.

Fonte: Adaptado de Dejours (2004).

Segundo o autor, o reconhecimento sobre o fazer em si é o que sustenta as relações entre as pessoas que podem, por ventura, não terem mútua simpatia, mas estão unidas por um objetivo em comum: a qualidade que as relações de cooperação têm para o trabalho em si, conferindo também uma sensação de pertencimento tanto ao trabalho quanto à equipe e contribuindo para dirimir o sofrimento da solidão entre os elementos desta equipe.

3.4. Dardot e Laval na delimitação dos sintomas do *neossujeito*.

O capítulo 9 de *A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal* (2016), está dedicada à delimitação do quadro de sintomas típicos do sujeito neoliberal. A tabela 9 apresenta o levantamento desses sintomas por Dardot e Laval (2016).

Tabela 9. Sintomas do Sujeito Neoliberal.

Sintomas	Características
Autonomia contrariada	Essa forma de sintoma inclui os casos de estresse e assédio no ambiente de trabalho. É interessante notar como a vinculação do eu ao sucesso de si mesmo conjugado ao da empresa, ao contrário de verificar a maior consistência do funcionamento da personalidade, produz vulnerabilidade. Essa vulnerabilidade, por sua vez, é reforçada como positiva pelos manuais de gestão – exatamente por considerarem que a vulnerabilidade incentiva a competição entre <i>empresas de si</i> no ambiente de trabalho.
Corrosão da personalidade	Muito comumente representada por meio de termos como <i>liquidez, fluidez</i> . E está diretamente articulada ao sentimento de instabilidade e vulnerabilidade do eu, que se estende: 1. de seu ambiente de trabalho para todo o laço social, da instabilidade da carreira; 2. de sua redução ao estatuto de <i>projetos</i> à toda a gama de relações sociais que se convertem em <i>capital humano</i> .
Desmoralização	É o sentimento que atravessa o sujeito empresarial que, por sua condição de empresa, deixa de se reportar à políticas de bem-estar social e é altamente responsabilizado pelo destino de sua vida. É o indivíduo que consome <i>auto-ajuda</i> , para aprimorar sua auto-estima, para superar seus limites, para reforçar sua identidade como empresário de si. Também é o sujeito que nutre desconfiança pela pobreza, pela miséria, pelo imigrante. O efeito colateral advém na forma do sintoma de medo desmoralizador de, um dia, se tornarem inúteis.

Sintomas	Características
Depressão generalizada	Conforme já aparece na desmoralização, o discurso da realização de si mesmo, do mérito, do sucesso da empresa de si, produz a segregação dos <i>fracassados, dos perdidos, dos imigrantes</i> , ou seja, de todos os que não se conformam à norma social da empresa de si. A insuficiência e o universo da disfunção retornam sobre o eu segundo a fórmula freudiana de que a sombra do objeto recai sobre o eu. Aqui o objeto se revela: a empresa.
Dessimbolização	Com o declínio do laço social, com a dissolução dos ideais que sustentam a formação do eu e seus vínculos sociais, resta ao eu se vincular à fantasia narcísica de onipotência do eu. Dessa forma, na base desta fantasia, jaz a patologia do declínio do laço social, da dessimbolização.

Fonte: Adaptado de Dardot e Laval (2016).

Conforme se depreende da leitura da tabela 6, são sintomas contemporâneos, típicos do funcionamento empresarial e da *accountability* e integram um círculo vicioso muito preciso. O desencadeamento do estresse está associado à individualização das responsabilidades do sujeito neoliberal - onde cada um é responsável em buscar a própria eficiência e, conseqüentemente, a própria realização. A pressão por essa busca incessante pela eficiência culmina, por sua vez, em mais estresse com o sentimento de que é difícil alcançar essa eficiência. Os autores identificam, então, como traço determinante na formação dos sintomas de estresse e *burnout*, a centralidade do sujeito na formação dos sintomas: ele é responsável por seu sucesso e por seu fracasso.

Comparando as tabelas 7 e 9, é possível identificar uma correlação entre as categorias listadas na primeira tabela e os sintomas identificados na segunda: ambas formalizam a gravidade dos sintomas decorrentes da racionalidade neoliberal.

Em Dejours (2007), a primeira e a segunda categorias de patologias – pós-traumáticas e assédio - delimitam as agressões aos corpos expostos ao imperativo de desempenho/produção, que são forçados a desenvolver o que Dardot e Laval (2016) identificaram como o sintoma da autonomia contrariada, visto que organicamente o sujeito se submete a ultrapassar seus limites físicos para alcançar os objetivos impostos.

Na categoria de patologias de assédio, definida por Dejours (2007), é possível identificar a estreita relação com a desmoralização e a depressão generalizada (Dardot e Laval, 2016), onde o sujeito não busca lutar contra a superprodução imposta; ao contrário disso, ele recorre às ferramentas disponíveis pela própria empresa para lidar com seus problemas (as terapêuticas de autoajuda e técnicas de motivação empresarial), pois teme ser considerado inútil e apontado pelos demais como derrotado e incapaz.

Na quarta categoria – *depressão, tentativa de suicídio e suicídio* - observa-se a acumulação dos demais sintomas que podem culminar com o que Dardot e Laval (2016) delimitam como

depressão generalizada e a *total dessimbolização*, ou seja, o sentimento de fracasso decorrente da hiperresponsabilização subjetiva nas relações de trabalho e a perda do sentido da vida, levando o sujeito à ideação suicida e à tirar a própria vida.

A correlação entre as patologias em Dejours (2007) e os sintomas do sujeito neoliberal em Dardot e Laval (2016), delimitam com precisão que a conformação da racionalidade neoliberal – apresentada no capítulo 2 desta pesquisa - é inseparável de sua própria forma de sofrimento psíquico, de seus sintomas, indicando como a formação do empreendedorismo de si impacta a saúde do sujeito.

Hoje, o “estresse” e o “assédio” no trabalho são reconhecidos, em relação ao aumento dos casos de suicídio no local de trabalho, como “riscos psicossociais” dolorosos, perigosos e especialmente onerosos para os seguros coletivos. Se esses sintomas se referem com frequência à intensificação do trabalho, ela mesma ligada aos fluxos tensos e às consequências perversas da redução do tempo de trabalho sob exigências de produtividade, patologias mentais como o estresse têm relação com a individualização da responsabilidade na realização dos objetivos. Hoje, mais do que antes, o assalariado, sozinho diante de tarefas impossíveis ou duplas injunções, corre o risco de perder a consideração de chefes ou colegas. (Dardot e Laval, 2016, p.359)

No campo das relações de trabalho, demarcadas pela racionalidade neoliberal, o sofrimento psíquico - inerente ao empreendedorismo de si, à concorrência e ao imperativo desempenho/produção próprio da hiperresponsabilização - é visto como oportunidade para o ultrapassamento dos próprios limites – uma espécie *remédio que arde*. Conforme vimos no capítulo 2 desta pesquisa, seguindo o modelo do esportista, o sofrimento psíquico é a marca do desempenho, algo que possibilita ultrapassar os próprios limites, no objetivo de se tornar um ser mítico, um tipo de herói: “O risco profissional, hoje normal, põe o indivíduo numa situação de vulnerabilidade constante, que os manuais de gestão interpretam positivamente como um estado de exaltação e enriquecimento (“uma prova que nos faz crescer”)”.(Dardot e Laval, 2016, p.359).

Ao mesmo tempo em que a conformação da racionalidade neoliberal coloca o sujeito nesse lugar risco ao adoecimento, o leva também para esse lugar de introspecção, onde o sujeito, hiperresponsabilizado, se converte em motivo do fracasso da empresa, motivo de vergonha, de contemplação do que não deve ser feito, do que deve ser evitado, se fechando assim mais em sua clausura e intensificação de sua patologia: “A gestão neoliberal da empresa, interiorizando a coerção de mercado, introduz a incerteza e a brutalidade da competição e faz os sujeitos assumi-las como um fracasso pessoal, uma vergonha, uma desvalorização.” (Dardot e Laval, 2016, p.360)

Ou seja, o simples fato de aceitar sua humanidade e fraqueza diante das cobranças impostas pelo modelo racional liberal, faz do sujeito um símbolo de fracasso e derrota. Ele é levado a entrar no fluxo dos pensamentos da *empresa de si*, é um caminho sem volta, uma vez que os significados dos pensamentos mudam de direção. E, em vez de perceber quem realmente está coagindo o

sujeito, ele passa a entender que ele deve cobrar eficiência de si mesmo, pois é o responsável pelo próprio sucesso e que o poder é ilegível.

A racionalidade neoliberal, amplamente definida por Dardot e Laval (2016), permite localizar, no sujeito o porquê ele adocece, a razão pela qual se constituem os sintomas de sofrimento psíquico. Trata-se não só do empreendedorismo de si, mas da conformação, no empreendedor de si, de uma instância subjetiva que funciona como uma consciência moral ampliada e autocoercitiva. Nessa consciência moral ampliada, autocoercitiva, ele passa a cobrar de si mesmo, passa a se questionar a razão de estar se sentindo mal com algo normal, comum e que todos devem fazer: buscar a eficiência, custe o que custar, sem se cansar e sem questionar.

Uma vez que a equipe e o indivíduo aceitam entrar na lógica da avaliação e da responsabilidade, não pode mais haver contestação legítima, pelo próprio fato de que é por autocoerção que o sujeito realiza o que se espera dele. [...] Um dos paradoxos do novo poder gerencial, que exige esse comprometimento, é, sem dúvida, a deslegitimação do conflito acarretado pelo próprio fato de que as exigências são “sem sujeito”, não têm autor ou fonte identificável, são consideradas integralmente objetivas. O conflito social é impedido porque o poder é ilegível. É isso, sem dúvida, que explica uma parte dos novos sintomas de “sofrimento psíquico”. (Dardot e Laval, 2016, p.360)

O sujeito é colocado num lugar de desativação de suas vontades, de não atuação do seu próprio ser: é levado a desarmar sua personalidade. Este é o sentido subjacente a forma como contemporaneamente, se aborda no campo da psicopatologia a subjetividade: como *personalidade contemporânea*, com base na ideologia de que o sujeito se molda livremente à vida, quando na verdade ele está sendo corroído por essas relações neoliberais.

Organização flexível, apresentada às vezes como uma oportunidade para o indivíduo moldar livremente sua vida, na realidade abala o “caráter” e corrói tudo que existe de estável na personalidade: os laços com os outros, os valores e as referências [...] O trabalho não oferece mais um quadro estável, uma carreira previsível, um conjunto de relações pessoais sólido. Instabilidade dos “projetos” e das “missões”, variação contínua das “redes de contatos” e das “equipes” – o mundo profissional torna-se uma soma de “transações” pontuais, em vez de relações sociais implicando um mínimo de lealdade e fidelidade. [...] Em especial, o assalariado não encontra mais apoio na experiência que acumulou durante a sua vida profissional. (Dardot e Laval, 2016, p.361)

A chamada *organização flexível*, na perspectiva crítica de Dardot e Laval (2016), é considerada como um nome bonito e simpático para a nova norma estabelecida para o novo sujeito: relações baseadas em favores de redes de contato, em troca de benesses e reconhecimentos dentro da organização.

Essa norma da organização flexível traz, ainda, um outro fator sintomático: o declínio dos *seniores* na mesma lógica do declínio do capital tecnológico. O profissional que acumulou experiência durante sua vida profissional passa à ser considerado como ultrapassado, como um peso, que deve ser colocado de lado em nome de um novo capital, em nome da inovação. O importante nessa nova relação é ser inovador, ser perseguidor de seus objetivos, ser *empreendedor de si*. Essa

ordenação das relações de trabalho funciona similarmente à ideia de que valores mudam, de que inovações ocorrem e que não acompanhar a velocidade da mudança implica em ser incoerente e obsoleto:

Essa tendência a considerar somente as competências imediatamente utilizáveis explica sua rápida obsolescência, como a exclusão dos “seniors” da vida profissional. Ela tem uma relação complexa com a representação da vida como “capital humano” que se preserva através dos tempos. (...) Na realidade, esse capital humano está sujeito ao mesmo risco de desvalorização que o capital técnico, o que acaba afetando profundamente os indivíduos que, com a idade, veem-se confrontados com o sentimento deprimente de sua inutilidade social e econômica. (Dardot e Laval, 2016, p.361)

Essas considerações mostram a dimensão que a conformação do *empreendedor de si* lado a lado ao declínio das políticas de bem-estar social, assume em todas as dimensões do laço social, conforme já havíamos abordado por meio da psicodinâmica do trabalho com Dejours (2004; 2007) e reiterado pelo estudo de Dardot e Laval (2016).

A corrosão dos laços sociais traduz-se pelo questionamento da generosidade, da fidelidade, da lealdade, da solidariedade, de tudo o que faz parte da reciprocidade social e simbólica nos locais de trabalho. Como a principal qualidade que se espera do indivíduo contemporâneo é a “mobilidade”, a tendência ao desapego, e à indiferença que dele resulta, isso acaba contrariando os esforços para exaltar o “espírito de equipe” e fortalecer a “comunidade da empresa”. (Dardot e Laval, 2016, p.362)

De fato, Dardot e Laval (2016) deixam muito claro, na passagem acima, que características como *espírito de equipe* e *comunidade de empresa* não se fundamentam naquela empatia que Dejours (2007) ressaltara como sendo fundamental na preservação de uma ética cooperativa nas relações de trabalho. A corrosão do laço social, ressaltada pelos autores, se traduz no campo afetivo pela separação do sujeito em relação a formas de empatia como generosidade, fidelidade, solidariedade e lealdade e pela ascensão de um desapego na forma da valorização da mobilidade com alguns *crashes* (atribuídos, e claro, a característica intensa do empreendedor de si – um sujeito de *fluxos intensos*).

O homem de fluxos tensos, que vive no ritmo da economia financeira, está sujeito a *crashes* pessoais. [...] A depressão é, na verdade, o outro lado do desempenho, uma resposta do sujeito à injunção de se realizar e ser responsável por si mesmo, de se superar cada vez mais na aventura empresarial. (Dardot e Laval, 2016, p.362)

A crueldade disso está na própria forma como se entende o sofrimento psíquico. Uma psicopatologia séria e corrosiva, como a depressão, é situada como o negativo do *empreendedor de si* – um sintoma de sua fragilidade frente aos novos desafios, e não como o sintoma de sua própria conformação.

O sintoma depressivo já faz parte da normatividade como elemento negativo desta última – o sujeito que não aguenta a concorrência pela qual pode entrar em contato com os outros é um ser fraco, dependente, que se suspeita não estar “à altura do desafio”. (Dardot e Laval, 2016, p.363).

O trecho acima ressalta o grau de crueldade com que as doenças psicossomáticas são vistas e como o sujeito é colocado no lugar de único responsável por seguir apenas por dois caminhos: o de vencedor ou de perdedor. Depende somente dele, e de sua garra, determinar qual caminho pretende seguir, uma vez que o sujeito decide ceder para a doença ou para o cansaço, ele se torna um fracassado e não digno de obter sucesso.

A leitura de Dardot e Laval (2016), sobre o neoliberalismo e sua racionalidade, abre a possibilidade de entendermos como a própria racionalidade neoliberal nega o reconhecimento de que sua conformação produz sintomas - ou seja, de que os sintomas não são o negativo do empreendedor de si, mas fazem parte dele. É isso que explica por que o sujeito se vê sem saída frente a pressão do desempenho e recorre aos medicamentos e às substâncias psicoativas para se manter nesse ritmo desumano e cruel. Isso se expressa nas próprias relações de trabalho. Por mais que o funcionário se esforce, o empregador o estimula a ir além, cobrando mais e mais de seu desempenho, fazendo girar o círculo vicioso da falta de autoestima: o indivíduo ultrapassa limites, produz mais que antes, mas ao invés de ter reconhecimento, é cobrado a ultrapassar o limite novamente e seus resultados nunca são suficientes, não são o bastante, ele é sempre cobrado a fazer mais e mais.

O remédio mais propalado para essa “doença da responsabilidade”, essa usura provocada pela escolha permanente, é uma dopagem generalizada. O medicamento faz às vezes da instituição que não apoia mas, não reconhece mais, não protege mais os indivíduos isolados. (...) Essa sintomatologia depressiva é associada com frequência a uma demanda não satisfeita de reconhecimento dirigida aos empregadores. No entanto, longe de ser ignorada, essa dimensão da dignidade, da autoestima e do reconhecimento é, como vimos, onipresente na retórica gerencial. Sem dúvida, devemos ver essa demanda como tradução de um fenômeno importante: o da relação do sujeito com instituições que não têm mais condições de dotá-lo das identidades e dos ideais que o fariam duvidar menos de seu próprio valor. (Dardot e Laval, 2016, p.363)

Como não localizar no fluxo intenso do sujeito neoliberal, a resposta adaptada ao imperativo de desempenho/produção; como não localizar, aí, um determinante dos estados depressivos que o acometem? E como não localizar, nessa *dopagem generalizada*, a forma como, no neoliberalismo, se lida com seus sintomas por meio da negação e da narcose.

3.5.A subalternidade como sintoma da subjetividade neoliberal.

A partir do que foi desenvolvido ao longo deste capítulo, por meio das referências de Dejours (2004; 2007) e Dardot e Laval (2016), a *nova razão do mundo* indica ao sujeito um modo de viver subalterno e obediente, ordem essa que é ressaltada pela disseminação do *empresário de si* que situa o ser em vários sintomas psicossomáticos, entre eles, a melancolia.

Essas características, segundo Mendes (2018), são mais marcantes ainda como o modo intensificado da produção do capital digital no Brasil entre 2019 e 2020, o que tem reproduzido a calamidade da situação do trabalho no país.

É um discurso marcado pelo apelo à subalternidade e que cria artifícios para a sustentação do trabalho morto com status do trabalho vivo, que se agravam nas vozes proferidas sobre o trabalho em aplicativos e plataformas digitais. Modos de produção, além de produtivistas, são consumistas. Esses modelos de gestão são usurpadores da experiência de si no real, real consumido pelo virtual. É um discurso que vai forjar espaços para que as contradições não apareçam, além de ser também regido pelos imperativos da excelência e do desempenho. (Mendes, 2020, p.79)

O trabalho realizado de forma automática, sem sentido social e sem sentimentos é colocado como a melhor forma de fazer as coisas, a forma mais eficaz e correta de realizar o labor. O marketing corrobora em muito para esse movimento, que se vende muito bem ao se enumerar as diversas formas de subjetivação disfarçadas de facilidades que defendem. Facilidades essas que são colocadas como *única forma* de alcançar a felicidade e o sucesso. Esse paradoxo é citado até mesmo pela própria literatura especializada no assunto, quando discute as *facilidades*, o *vício* pelos meios digitais e a diminuição da interação pessoa a pessoa, que contribui largamente para intensificar a individualização do sujeito:

Os aplicativos de celular, as redes sociais e os jogos oferecem um estímulo e um engajamento permanentes, que deixam as pessoas grudadas às telas durante horas. Esse vício pode impedir muita gente de constituir interações pessoais, fazer atividade física e ter hábitos de sono adequados – afetando o bem-estar geral. O excesso de tempo de tela também encurta a janela de atenção e dificulta o foco em tarefas produtivas. (Kotler, 2021, p. 84)

Também as empresas contribuem para disseminar a ideia do mercado, introduzindo-as no ambiente organizacional e tornando-as parte da cultura, das cartilhas e normativas das empresas. Os sujeitos são levados a seguir à risca o objetivo de serem promovidos e reconhecidos perante os outros, tornando-se assim mais um exemplo a ser seguido, ignorando as individualidades, o sentido de união e a solidariedade que poderia existir no grupo.

É exemplar diversos programas de qualidade de vida no trabalho e bem-estar que aprisionam o corpo, um corpo que passa a ter um outro protocolo, um comando que é dado por algum outro, algum outro parâmetro que definitivamente não é o corpo subjetivo e o trabalho vivo. Os artifícios do poder desse discurso capitalista colonial assumem como marcas a defesa da quantificação, da urgência e do controle, legitimada, praticada e eventualmente propagada largamente pelos responsáveis pela gestão organizacional. (Mendes, 2020, p. 79)

As empresas utilizam dinâmicas de incentivo a produção, as chamadas técnicas modernas de motivação, que estimulam a produção, oferecendo benefícios e recompensas, financeiras ou não, que levam o sujeito a buscar estar entre os *premiados*, estimulando assim a competição e a individualização e tratando o sujeito apenas como um recurso, uma peça da engrenagem.

Outra nuance desse discurso é a questão do saber absoluto, da verdade, como por exemplo “o excesso é bom”. A clínica tem nos mostrado o quanto é extremamente problemático dentro das organizações, por exemplo, trabalhar para além das horas definidas no contrato de trabalho. Ou seja, mesmo sentindo-se martirizados, os trabalhadores vão aos poucos atendendo à lógica que implica a industrialização da própria subjetividade. Esse chamamento, por meio de uma voz proferida pelo gestor e pelos colegas, reflete-se no discurso e nas práticas legitimadas pelos modelos de gestão instituídos nestas organizações. (Mendes, 2020, p. 80)

A lógica neoliberal vai impregnando a cultura da empresa e das pessoas, e as torna parte do esquema da produção e da competição. A ideia se enraíza e produz a verdade inquestionável. E com a individualização que o próprio modelo propõe, os sujeitos acabam por não se mobilizar, não trocar e conversar sobre o que sentem – até porque isso seria sinal de fraqueza e sucumbência e ninguém está permitido a isso – tornando-se mais isolados e doentes. O que se vê são pessoas competindo e produzindo como se isso fosse o certo a se fazer, mas o que se sente é a solidão e a tristeza.

A ideia de que o excesso é bom e que é bom se exceder faz o sujeito se engajar em nome das promessas de sucesso, de segurança e de proteção, caracterizando assim um culto ao individualismo normativo que se articula a essa dimensão do excesso como bom e ao saber absoluto, resultando na venda do trabalho morto como trabalho vivo. [...] É um discurso que tem funcionado e tende a nos protocolar como sujeitos abrindo mão da nossa condição humana para nos tornarmos inumanos felizes. (Mendes, 2020, p. 80)

A idealização desse modelo não coaduna com a realidade, uma vez que é esperado que os sujeitos – seres humanos dotados de limitações e particularidades extremamente complexas – hajam como máquinas, como peças, como engrenagens que formam uma lógica técnica de produção que pode ser igualmente mensurada e cobrada de todos da mesma maneira. As metas e objetivos definidos pelas técnicas motivacionais de produção não levam em conta as limitações de cada um, suas mazelas, suas noites mal dormidas e eventuais dores humanas, somente impõem linhas bem desenhadas que delimita quem é ou não vencedor, que é ou não merecedor de ganhar o tão almejado *tapinha nas costas* do chefe na frente dos demais colegas: “Este é um protocolo que de algum modo se articula com a indústria 4.0, com a produção da inteligência artificial e com o trabalho em plataformas numéricas, que oferecem maiores riscos de construção de laços sociais perversos” (Mendes, 2020, p. 80)

A chamada quarta revolução industrial visa aumentar a eficiência e produtividade, utilizando os sistemas informacionais para viabilizar tais objetivos. Mendes (2020) aponta que, entre outros riscos, o uso intensivo das máquinas distancia ainda mais o sujeito da sua essência e dos demais sujeitos à sua volta, uma vez que a interação homem a homem é reduzida cada vez.

Uma outra característica desse discurso é a desconexão entre as metas que são exigidas, as prescrições idealizadas e as condições precarizadas de vida e de trabalho. É um discurso que veicula a promessa da plenitude e da completude e com isso é feita ao sujeito uma

demanda incessante que ele jamais, em sua condição de ser humano, será capaz de atender. (Mendes, 2020, p. 81)

A autora segue descrevendo os aspectos sub-humanos na nova ordem, que coloca o sujeito diante do que é real e o que é prescritivo na sua vida e no seu trabalho, como ele reage e se adequa aos imprevistos da vida e trabalho e como ele deve sempre buscar superar as discrepâncias da forma mais eficiência – mesmo quando isso for visivelmente impossível. Ele deve ser atingido por um regimento do tipo colonial, quando o sujeito é explorado e é dirigido pelo seu colonizador. Para a autora, o pensamento colonizante produz um laço social marcado pelo par colonizador/colonizado, tendo como resultado a subalternidade (Mendes, 2020). A intenção é manipular tanto os pensamentos, para tornar difícil distinguir de onde vem as ordens, elas devem ser confundidas (ou até mesmo identificadas pelos sujeitos) como uma voz que vem de dentro, como se fosse a vontade real do ser: “Atualmente, o capitalismo neoliberal e digital fomenta um modelo produtivista e consumista onde o desejo, e com ele, o sujeito, desaparecem, se fundem com as vozes do discurso, sendo apenas um significante a ele atribuído”. (Mendes, 2020, p. 83).

O sujeito que adere de forma completa às regras, consegue se destacar, ou como diz a autora “é um sujeito *fashion*” (Mendes, 2020). Acaba sendo vangloriado pelos seus colonizadores, sendo que para isso precisa anular-se, deixando de lado os próprios desejos e realizações, acatando assim apenas a fazer o que é prescrito pelo trabalho, o que está escrito nas cartilhas e atingindo as metas especuladas (as reais e as imaginárias) – e é este um dos caminhos bastante frutíferos para o desencadeamento das psicopatologias.

Segundo Mendes (2007), para a psicodinâmica, inicialmente, o sofrimento próprio às psicopatologias surge com o bloqueio que é criado entre o trabalhador e a organização e as dificuldades de negociação entre seus objetivos. Seguindo uma linha argumentativa similar à questão sobre a negação que desenvolvemos na seção anterior, Mendes (2007) afirma que a disciplina direciona o estudo para esse sofrimento e para as estratégias de defesas que o trabalhador utiliza para se manter são no ambiente de trabalho. O sofrimento aqui apontado se intensifica à medida que a organização não permite que o trabalhador aplique sua criatividade nas suas atividades, precisam ater-se ao que está estritamente prescrito nos manuais procedimentais. O trabalhador, ameaçado pela precarização do emprego e pelo risco de ficar sem ele, se atém às prescrições e ao trabalho mecanizado, sem vida e sem sentido próprio. Articulado à desestruturação do coletivo, o real do trabalho contribui para a individualização do trabalho da produção e da excelência, onde cada um se permite explorar cada vez mais – Surgem então as chamadas estratégias de negação, as estratégias defensivas:

Na maior parte das vezes, as estratégias defensivas são construídas em consenso pelo grupo de trabalhadores, existindo um acordo tácito de todos os membros na manutenção da defesa, para que ela não se rompa e quebre o equilíbrio gerado pela própria estratégia. Tendo como alvo principal minimizar a percepção do sofrimento, elas dão ao sujeito um suporte, funcionando como um modo de proteção. Funcionam basicamente como regras do coletivo de trabalho. (Mendes, 2007, p. 38)

A autora ainda sinaliza que as técnicas são específicas das diferentes categorias profissionais e são sustentadas e construídas pela união dos próprios trabalhadores: um coletivo que se forma para se defender das intempéries oriundas da precarização do trabalho. As técnicas de defesa se dividem em proteção, adaptação e de exploração e sintetizadas na tabela 10.

Tabela 10. Técnicas de defesa

Técnica de defesa	Proteção	Adaptação	Exploração
Descrição	Maneiras de compensar e suportar o sofrimento do trabalho	Negação do sofrimento	Submissão às metas impostas

Fonte: Adaptado de Mendes (2007).

A técnica de defesa denominada *proteção* consiste na compensação dos sofrimentos sentidos através da alienação às consequências dos problemas, ao invés de agir sobre a causa, evitando assim o confronto com a realidade vivenciada. Acontece que, quanto mais precárias as condições de trabalho, maior o sofrimento sentido pelo trabalhador e maior o risco de surgir uma patologia. A técnica de *adaptação* consiste em negar que o sofrimento está sendo sentido e a da *exploração*, em sucumbir aos apelos de superprodução da empresa e permitir-se agir sob pressão para alcançar as metas inatingíveis da organização.

Apesar das técnicas acima sinalizarem a gravidade do problema que o *neossujeito* encontra no ambiente de trabalho que se baseia na produção, Mendes (2007) aponta que há uma saída: a *(re)apropriação* dos desejos dos sujeitos:

(...) no resgate do pensar e agir criticamente sobre a organização do trabalho e na construção coletiva de soluções de compromisso para fazer face às contradições inerentes à organização do trabalho. Nessa perspectiva, é possível o jogo de evitar o sofrimento e buscar o prazer ser bem-sucedido, e construir um dos caminhos para a saúde do trabalho. (Mendes, 2007, p. 39)

Na tentativa de melhor lidar com o hiato entre o real e o prescrito, o trabalhador pode utilizar da ferramenta da *mobilização da sua inteligência*, colocada por Dejourns (2012) também como *propriedade emergente e inteligência do corpo*.

Uma outra referência importante é a de Ferreira (2013). O autor conceitua o lado real do trabalho como sendo a parte que resiste à compreensão e à simbolização apesar das transformações contínuas que sofre: “A distância entre o real do trabalho e as prescrições mostra-se ao trabalhador ela resistência aos procedimentos, ao saber-fazer, à técnica, ao conhecimento e à própria

subjetividade.”. Esse apego à normatividade, imposta pela empresa – para que os procedimentos sejam seguidos à risca, diminuindo assim os erros e os custos – inibe o ser de desenvolver e aplicar sua criatividade e subjetividade, uma vez que não é permitido a ele pensar: - “Você é pago para fazer, não para pensar!” – frase bastante proferida nos ambientes neoliberais de trabalho. O autor ainda traz outro lado dessa dicotomia de realidades – real do inconsciente:

Nem sempre é fácil distinguir a resistência da realidade material daquela que resulta do real do inconsciente. Uma situação inesperada que resulte em grave acidente de trabalho, por exemplo, pode ser resultante do inconsciente do trabalhador, potencializada por uma situação de adversidade velada com um determinado chefe ou pela precariedade nas condições de trabalho. (Ferreira, 2013, p. 451-455)

A linha entre o real e o inconsciente é bastante tênue, mostrando assim a relação de proximidade e complexidade do subjetivo do ser: não há como delimitar onde termina o real e começa o inconsciente “O real do trabalho faz surgir - quase inevitavelmente e de modo às vezes difícil de ser identificado - a dimensão do inconsciente” (Ferreira, 2013), onde termina o objetivo e começa o subjetivo – os conceitos se entrelaçam e se sobrepõem à medida que as ações vão se desenvolvendo. Quando há uma tração no sentido de frear as ações mais inventivas, que surgem quando os sujeitos permitem-se criar e inovar, as ações vão se tornando pesadas e sem vida, há um tolhimento do lado criativo e até do lado lúdico – uma vez que para se chegar a uma criação precisa-se passar pelo imaginativo, pelo que ainda não existe ou não vou evidenciado ainda – o ser sente preso, engaiolado, sem ter como se expressar e desenvolver sua essência, atendo-se apenas a fazer *o que está escrito no papel*, temendo ser coagido pelo chefe ou até, em alguns casos, pelos próprios colegas de trabalho que assumiram seu papel de submissão sem questionar, até porque: “trabalhar é também compartilhar atividades com os outros, o que ressalta outra dimensão importante do real do trabalho: o *real das relações sociais e de dominação*.” (Ferreira, 2013).

O presente capítulo teve como objetivo principal pensar os sintomas, as formas de sofrimento psíquico próprias da conformação do sujeito neoliberal, contrapondo-se à própria vertente neoliberal já abordada no capítulo anterior, de pensá-los como negativo desta subjetividade. Neste sentido, o que Dardot e Laval (2016) localizaram como a dimensão autocoercitiva desta racionalidade nos oferece a exata dimensão dos sintomas e de seu processo de negação tão bem abordados por Mendes (2007) e Ferreira (2013). Caberá ao capítulo 4, investigar alguns recursos atuais sobre a saúde do trabalhador e as causas e consequências mais recentes quando se fala em sofrimento e ressignificação do “eu”.

CAPÍTULO 4. Os caminhos percorridos pelo *neossujeito* para alcançar saúde no trabalho: será que isso é possível?

4.1.Considerações Iniciais.

Em linhas gerais, o percurso de nossa pesquisa foi claro na direção de mostrar que a subjetividade neoliberal e os sintomas são duas categorias conceituais que ressaltam a extensão do neoliberalismo, de sistema econômico e ideologia, para uma racionalidade e uma patologia que se localiza no tecido social. No capítulo 1, definimos o campo de investigação do neoliberalismo a partir da categoria de racionalidade neoliberal articulando-a ao que no marco do pós-II Guerra surgiu como *fobia de estado*. No capítulo 2, o foco principal foi abordar os traços característicos principais desta racionalidade. No capítulo 3, apresentamos as formas de sofrimento psíquico próprias da conformação do sujeito neoliberal.

O presente capítulo tem, por objetivo, abordar os temas da *mobilização subjetiva, coletivismo no ambiente de trabalho e ferramentas utilizadas para ressignificar o trabalho* – situados por Mendes (2007) e Amaral (2019) como estratégias de ultrapassamento das formas de sofrimento psíquico do sujeito neoliberal.

A retomada de uma pesquisa realizada com professoras readaptadas, que sofreram doenças ocupacionais e precisaram ser realocadas, permitirá ao final do capítulo visualizar os princípios que regem essas estratégias de ultrapassamento.

4.2.Mobilização subjetiva.

Conforme conceituado no capítulo anterior, o sujeito da produção busca formas de se manter saudável no ambiente de trabalho, mantendo sua saúde psíquica, utilizando técnicas estudadas pela psicodinâmica do trabalho, que avalia, entre outras questões, os impactos que o sofrimento gera no sujeito. Ainda segundo Mendes (2007): “o desafio que se coloca, a despeito do sofrimento, consiste em investigar os impactos da flexibilização do capital no mundo do trabalho, se ainda é possível ter saúde e o que rege essa possibilidade.” (Mendes, 2007, p. 42).

Uma investigação desta natureza – ou seja, que supõe algum tipo de intervenção na organização do trabalho - não significa anular o sofrimento, mas transformá-lo no sentido de se resgatar o prazer na ação de trabalhar⁶.

⁶ Essa posição vai na mesma direção da psicodinâmica formulada por Dejours. Para o autor, o saudável é uma consequência de um compromisso harmonioso entre o sofrimento e as estratégias de defesas, sendo elas coletivas ou individuais, no sentido de manter a saúde plena, visto que o ato de trabalhar é uma construção de prazer e sofrimento constante.

Uma das formas de se alcançar tal objetivo é a *mobilização subjetiva*. De forma diferente das estratégias individuais e coletivas, a mobilização subjetiva designa o engajamento visando a transformação das situações que colocam o sujeito em sofrimento, mobilizando o sujeito no mundo e no trabalho em busca das condições de saúde. Neste sentido, a mobilização subjetiva não implica em negar ou minimizar o sofrimento, mas em transformar o sofrimento como uma saída para a saúde. Intervir na organização viabilizaria os sujeitos a subverterem seus sofrimentos, transformando-os em sentido e reapropriando a experiência vivida no contexto mais tóxico de trabalho. Nessa perspectiva da mobilização subjetiva, o sofrimento mobiliza o sujeito para agir não no sentido de considerá-lo um negativo do *empreendedor de si*, mas no sentido de mobilizar a inteligência prática à nível do coletivo de trabalho para transformar as situações causadoras de sofrimento. (Mendes, 2007). Essa mobilização subjetiva é precisa: trata-se de subverter os efeitos prejudiciais da organização do trabalho, negociando, pressionando e se apropriando das regras de um coletivo de trabalho ou rejeitando-as. A mobilização subjetiva é, então, composta por quatro dimensões intimamente articuladas:

1. Inteligência prática.
2. Espaço compartilhado de discussão coletiva.
3. Sentido de cooperação.
4. Reconhecimento.

É importante ressaltar que a mobilização subjetiva não se ancora no *empreendedor de si*, no sujeito individualizado e hiperresponsabilizado do neoliberalismo. A mobilização vai no sentido contrário de tentar resgatar a dimensão coletiva do trabalho, que é construído em conjunto pelos próprios trabalhadores:

O reconhecimento é o processo de valorização do esforço e do sofrimento investido para realização do trabalho, que possibilita ao sujeito a construção de sua identidade, traduzida afetivamente por vivência de prazer a de realização de si mesmo. (Mendes, 2007, p. 43)

O sujeito precisa engajar-se para abrir espaço para desenvolver o coletivo no ambiente de trabalho e assim delinear a cooperação entre os demais participantes, criando assim uma rede de proteção mútua que, ao mesmo tempo que cria uma sensação de segurança, solidifica um poder coletivo, que os fazem enxergar o quanto pertencem àquele lugar e o quanto devem lutar para que essa rede se mantenha e se fortaleça para que o reconhecimento seja efetivo diante das adversidades do trabalho.

O trabalhador se mobiliza e se engaja no trabalho pelo seu poder negociando, pressionando e se apropriando ou rejeitando as regras do coletivo de trabalhador. Sua ação inscreve-se sobre uma dinâmica de troca que tem por efeito garantir a consecução dos seus objetivos e do coletivo de trabalho. Esse investimento inevitavelmente gera sofrimento porque a organização do trabalho nem sempre é lugar para essa mobilização, sobressaindo-se assim a

importância do reconhecimento desse sofrimento, de modo a ressignificá-lo, tendo lugar a realização do sujeito e o prazer. (Mendes, 2007, p. 44)

O parágrafo acima explica bem a dinâmica no ambiente de trabalho e a questão da mobilização. Conforme o que já foi apresentado mais acima⁷, a mobilização não é tão simples, ela demanda regras. Porém, quando é bem-sucedida, confere um poder coletivo e uma ampla rede de apoio entre os trabalhadores, contribuindo assim para a manutenção da saúde mental dos mesmos.

4.3. Coletivismo no ambiente de trabalho.

O coletivismo é base também para a ressignificação do trabalho, no sentido que para dar um novo (e melhor) significado ao trabalho - e ao saber-fazer - é preciso que o sentimento seja coletivo e suportado pelo microambiente formado pelos trabalhadores de uma empresa, pois assim o novo significado permeia a cultura e passa a fazer sentido para todos - lastreando assim o novo sentido no labor.

Identifica-se assim, na construção da identidade no trabalho, um movimento em busca de imprimir a marca pessoal, delimitar a singularidade pelo olhar de um “outro”. Neste sentido, realiza-se pela interação dialética do “eu” - indivíduo - com o “outro”, mediada pelas representações e significações socialmente construídas. Produz-se dinamicamente, em um processo de troca com o meio, com os contextos históricos, pessoas e sociais nos quais o indivíduo está inserido. (Mendes, 2007, p. 45)

A partir do trecho acima fica mais perceptível entender a importância do coletivismo no movimento da resignificação, pois quando se fala em *significações socialmente construídas* marca-se a questão de que todo o entorno se transforma, o movimento de dar novo sentido ao trabalho precisa permear por todos os participantes da empresa, precisa estar incutida na verdade vivida por todos os indivíduos envolvidos, através dos processos de trocas diárias. Segundo Mendes (2007), a identidade está ligada a um processo de retribuição simbólica, do reconhecimento do trabalhador pelo outro, mais especificamente às que são dirigidas à superação das lacunas construídas entre o prescrito e o real do trabalho. Porém, ao mesmo tempo que o reconhecimento contribui para a ressignificação - e assim para incitar a saúde mental - pode ser utilizado também como arma para o sucumbir do sujeito nos pulsos da produção.

Ao mesmo tempo que o reconhecimento é um dos modos de fortalecimento da estruturação psíquica e da saúde, pode ser um modo de captura dos trabalhadores nas armadilhas da dominação. O trabalho na sua centralidade exerce papel fundamental para realização do sujeito, e essa condição é usada pela organização do trabalho para fazer o trabalhador se engajar na produção. A organização do trabalho promete utilizar o trabalho como forma de auto-realização, levando o trabalhador muitas vezes à exaustão em nome dessa promessa. (Mendes, 2007, p. 45)

⁷ Conforme já citado no capítulo anterior, Dejours afirma que a cooperação não é uma tarefa simples: “A cooperação, também aqui, não cai do céu. É uma construção, aliás difícil, e sempre, de algum modo, precária. Cooperar supõe comprometer-se no funcionamento coletivo, na construção, na estabilização, na adaptação, na transmissão e no respeito às *regras*. São regras de trabalho. É preciso construí-las, adaptá-las, transformá-las. É a própria essência da cooperação” (Dejours, 2007, p. 19)

Mais que uma forma cooperativa de relação de trabalho, a rede de apoio formada a partir da mobilização é também um reconhecimento coletivo e pode ser utilizado pela empresa para redirecionar o sentido dessa rede para uma competição entre os trabalhadores, quando passa a conceder vantagens e mexer com os brios dos participantes, colocando-os uns contra os outros, fazendo-os competir pela melhor recompensa ou pelos lugares de destaque. Ao mesmo tempo, o reconhecimento se faz necessário para que o trabalho seja visto com prazer e assim seja possível *(re)significá-lo* e desenvolvê-lo com plenitude. Importante ressaltar que, assim como cita Mendes (2007): “O comportamento saudável não implica ausência de sofrimento, e sim, as possibilidades internas e externas de o indivíduo transformar o sofrimento por meio da tomada de consciência das suas causas, dos conflitos e frustrações que o geraram” Mendes (2007, p. 46). Segundo a autora, a saúde do trabalho está relacionada à ação de transformar as situações ruins em boas, na busca pelo prazer e pela fuga do que gera sofrimento e esta ação é a base do estudo da psicodinâmica do trabalho, uma vez que ela analisa a interação entre o sujeito e o seu labor.

A forma neoliberal de trabalho é naturalmente formador de patologias no momento que se caracteriza por um ambiente de contradições e conflito, que busca sempre extrair do sujeito o melhor que ele pode oferecer para produzir melhor, o objetivo, em primeira instância, é apenas torná-lo mais eficiente. Essas formas, segundo Dejours, são mais sofisticadas e difíceis de serem identificadas, pois elas se originam *no interior* do sujeito, como uma voz baixinha que o orienta para a sujeição. Os indivíduos são constantemente avaliados e colocados à prova da sua produção, eles precisam atingir metas e estar sempre mostrando serviço. A flexibilização do emprego leva à uma precarização dos mesmos cada vez mais acirrada e as lutas por melhorias de condições de trabalho são cada vez mais abafadas. Essa luta sem vitória constante também leva ao sofrimento e às patologias. Como já citado anteriormente, existem recursos que podem contribuir para a *(re)significação* do sentido do trabalho, no sentido de encontrar prazer nele.

Um dos sentidos do trabalho é o prazer. Esse prazer emerge quando o trabalho cria identidade. Possibilita aprender sobre um fazer específico, criar, inovar e desenvolver novas formas para execução da tarefa, bem como são oferecidas condições de interagir com os outros, de socialização e transformação do trabalho. O trabalho, quando funciona como uma fonte de prazer (identidade, realização, reconhecimento e liberdade), permite que o trabalhador se torne sujeito da ação, criando estratégias, e com essas possa dominar o seu trabalho e não ser dominado por ele. (Mendes, 2007, p. 51)

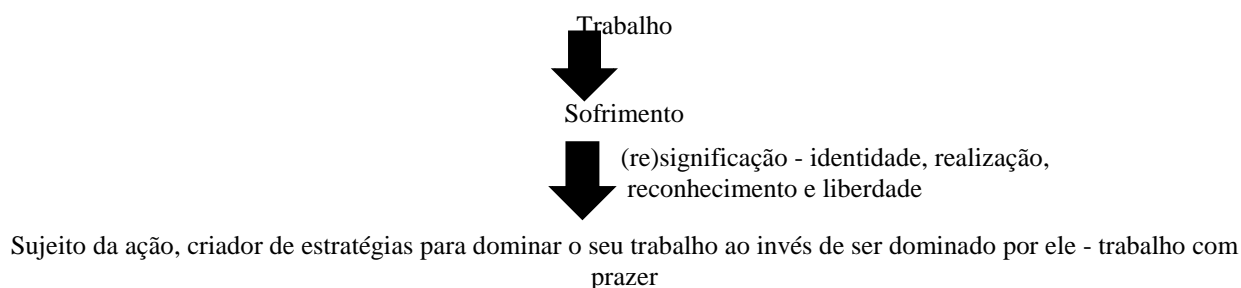
Do trecho acima é possível depreender algumas afirmações que descrevem bem o sujeito submetido ao ambiente de produção.

A busca pelo prazer é uma das bases para se encontrar um sentido no trabalho, para se viver um trabalho *vivo*. Uma atividade laboral que permita criar, que permita o sujeito colocar um pouco de si na atividade, onde ele possa se desafiar e se sentir motivado a desenvolver sua rotina. Utilizo

aqui a palavra motivado com o intuito de citar algo que mova o ser, que o engaje ao prazer, e não as modernas técnicas de motivação que forçam o trabalhador a fazer além do que seu corpo naturalmente permite. O ato de ressignificar se adequa bem até mesmo a essa breve explanação, uma vez que o trabalho não deve ser sinônimo de castigo, e sim de uma atividade que pode sim oferecer prazer e satisfação.

A interação com os demais participantes do ambiente de trabalho é uma outra forma de encontrar prazer. As chamadas *culturas informais* no trabalho marcam um círculo de confiança e convivência com as pessoas que compartilham o mesmo ambiente durante o expediente que, por vezes, se tornam mais que colegas de trabalho: podem ser tornar confidentes e formar um grupo informal que se reúne para conversar e partilhar situações no trabalho que podem ter gerado desconforto (e assim desabafar, ajudando a tirar assim o peso de um momento de frustração) ou uma situação inusitada, algum equívoco que pode ter causado um engano, algo que pode ter gerado um momento até de descontração no ambiente de trabalho. Ao compartilhar as ideias com os demais que convivem nesse mesmo ambiente e que partilham dos mesmo meios de trabalho, o sujeito divide também a carga que precisa suportar para enfrentar o dia a dia. Ao compartilhar as aflições, os colegas de trabalho podem também, em conjunto, criar formas inovadoras de lidarem com problemas vivenciados e conseguir superar problemas que podem ser encontrados durante o expediente. O ambiente racional de trabalho visa desarticular esse movimento de cooperação, para que não haja espaço para pensar, para que não haja espaço para partilhar e apenas haja espaço para produzir, sem pensar nem questionar.

Figura 3. Esquema da transformação do sofrimento do trabalho em prazer.



Fonte - Adaptado de Mendes (2007)

Segundo Mendes (2007), o desafio da psicodinâmica do trabalho é combinar trabalho com prazer nos ambientes de precarização, se a organização der condições para que sejam desenvolvidas três ações: mobilização da inteligência prática, do espaço público da fala e da cooperação. Esses fatores alimentam o sentido de satisfação no labor, permitindo o engajamento e a expansão da subjetividade e a resignificação do sofrimento, conforme formalizamos na figura 4.

Figura 4. Esquema das condições para ressignificação do trabalho.



Fonte: Adaptado de Mendes (2007)

A inteligência prática está inscrita no pensamento dos trabalhadores. Um trabalho mais recente de Amaral et al (2019) complementa o estudo de Mendes (2007) ao definir que a inteligência prática é um saber decorrente do exercício do trabalho e que não pode ser ensinado pelos especialistas; é uma forma de inteligência que vai além do prescrito e que precisa ser reconhecida nas relações de cooperação.

Essa inteligência é, fundamentalmente, enraizada no corpo, pois necessita da percepção para que ela seja acionada na resolução de um problema. Sendo assim, o engajamento do corpo é responsável pelos resultados obtidos pelo uso da inteligência prática, mesmo em atividades intelectuais, pois o engajamento do corpo não exclui o pensamento racional, ou seja, ele está presente em todas as atividades de trabalho. Outra característica da inteligência prática é conceder maior importância aos resultados da ação do que ao caminho percorrido para alcançá-la; daí o sentido de que a inteligência precede o saber, o que prevalece é a astúcia, a engenhosidade. (Amaral. et. al., 2019, p.4)

O espaço público é o local onde essa validação ocorre. De fato, para que a inteligência prática seja conhecida, compartilhada e reconhecida nesta relação de cooperação entre os trabalhadores é fundamental que ela seja socialmente validada e viabilizada no espaço público da fala. Esse espaço é formado e idealizado pelos próprios trabalhadores, onde seja possível se expressar sem se ser cerceado, conforme formalizamos na figura 5 com base no estudo de Mendes (2007).

Figura 5. Esquema da construção de novas ideias

Inteligência prática + Espaço público + Cooperação



Nova ideia, serviço, produto comum com base
na confiança e na solidariedade

Fonte: Adaptado de Mendes (2007)

Observando a figura 5, a valorização do coletivo permite que os resultados sejam superiores aos desempenhos individuais - trazendo à tona o conceito de sinergia⁸.

A cooperação traz valorização de cada ocupante do ambiente, no sentido de fortalecer a identidade e o esforço de cada um deles, porém é preciso haver uma gestão desses fatores, visto que sem isso pode ocorrer o insucesso no desenvolvimento e no reconhecimento do prazer nas atividades. Quando esse insucesso ocorre, o sujeito é levado a utilizar as estratégias de defesas - individuais e coletivas⁹, que funcionam de forma a evitar a realidade, incrementando assim a lacuna entre o real e o prescritivo e levando o sujeito a tornar-se mais introspectivo, pois ele não pensa mais na sua realidade e nos seus sentimentos - ele é levado a ignorar o que sente para se manter produzindo e ativo no seu emprego, visto que a precarização do trabalho o faz ter medo de perder o seu ganho. Essa negação do *eu* - servidão voluntária - leva o sujeito a adoecer, pois ele depende do emprego para viver.

4.4. Práticas institucionalizadas de sujeição e poder

Nas empresas neoliberais, a competição é estimulada para que o sujeito produza o tanto que a empresa deseja. Sendo assim, é criada uma atmosfera de submissão aos mandos e desmandos da empresa, e o sujeito é levado a buscar o reconhecimento para obter uma promoção ou uma melhoria no seu trabalho - um lugar mais confortável ou uma sala maior, por exemplo. Para isso, as trocas não são justas, não são de igual para igual, são de patrão para empregado, onde o primeiro exige e o segundo apenas aceita o que lhe é posto para ser visto como “um bom empregado que não nega serviço” e obter, quem sabe, os benefícios prometidos. Benefícios esses que às vezes são adiados por motivos de “força maior”, mas que na verdade jamais seriam concedidos - servem apenas para estimular o trabalhador e fazer sempre mais. Nessa corrida pelo

⁸ Sinergia é o esforço simultâneo de vários órgãos que provoca um resultado ampliado e potenciado, fazendo com que o resultado de uma organização seja diferente em quantidade ou qualidade da soma de suas partes. (Chiavenato, 2000, p.369)

⁹ As técnicas de defesa se dividem em proteção, adaptação e de exploração, conforme explanado anteriormente nesta pesquisa na tabela 10, adaptado de Mendes (2007, P. 39)

primeiro lugar, o sujeito se isola e se assola numa espiral de solidão e sofrimento, que o leva a desenvolver patologias de ordem física e psíquica.

Esse sofrimento está relacionado à desestabilização das relações de solidariedade; ele é vivenciado quando a organização do trabalho impõe situações de estresse, muitas vezes relativas aos processos de avaliação, nas quais o trabalhador se paralisa diante da ruína da solidariedade e da insensibilidade progressiva ao sofrimento dele mesmo e dos outros. A violência tem suas bases a solidão afetiva, o abandono e a desolação relacionados ao trabalho. (Mendes, 2007, p. 57)

O sujeito se vê só e sem uma rede de proteção na qual poderia se apoiar, pois é estimulado que é *cada um por si*, numa corrida desenfreada pelo reconhecimento e pelas promoções. A desarticulação do coletivo é aumentada quando além de não haver ajuda mútua entre os pares, esses começam a apontar o erro do colega de trabalho, sendo assim recompensados pela lealdade e por defender a empresa dos *empregados ruins*, ou seja, aqueles que não conseguem atingir as metas inatingíveis ou os que não sucumbem às ordens imperiosas e exageradas de produção impostas.

Ao estudar a construção do subjetivo no ambiente de trabalho, a clínica do trabalho visa entender o sentido compartilhado, os conflitos e as interações que ocorrem e o acesso para esse estudo se dá via escuta - quando o sujeito fala o que sente - permitindo assim que se analise as consequências que o ambiente de produção provoca nele e na sua saúde, conduzindo assim para o caminho da transformação do sofrimento em prazer e reconhecimento. Essa escuta precisa acontecer num espaço aberto para que as experiências dos demais seja vista e compartilhada, analisada e discutida, abrindo assim espaço para a reflexão.

É a partir da relação com o outro e no coletivo que o trabalhador pode falar sobre o seu sofrimento, expressar sua subjetividade e ter o controle das causas desse sofrimento, bem como recolocar-se como sujeito profissional e social e ter no trabalho uma das fontes de prazer. (Mendes, 2009, p. 24)

A autora coloca aqui a importância da fala e da escuta, o quanto que esses fatores estão relacionados à subjetividade e ao sofrimento e aos efeitos na construção da ressignificação do sofrimento no trabalho. Importante ressaltar também a indicação do valor que o coletivo e o reconhecimento no outro tem para o processo de busca pelo prazer no trabalho. O sofrimento é, em primeira instância, a causa da dor e patologia, mas pode ser utilizada também como porta para encontrar o caminho para o encontro com o prazer, uma vez que ela identifica que há algo errado. Assim, o que faz sofrer é também a forma de resistir, pois para existir resistência, é necessário que haja dominação (Mendes, 2009). Ou seja, o sofrimento é, ao mesmo tempo, sinal de alerta de que há algo acontecendo e de resistência, uma vez que o sujeito não sucumbe simplesmente à proteção, à adaptação ou à exploração, ele reage e busca, junto com o coletivo, as respostas para o que está sentindo e o caminho para transformar esse sofrimento.

Essa contradição pode permitir às organizações maior controle dos processos, das relações, da organização do trabalho e da produtividade, à medida que o trabalho pode tornar-se o objeto de identificação para o trabalhador alienado em si mesmo. (Mendes,2009, p.24)

O trabalhador alienado em si mesmo, precisa de ajuda para ressignificar o seu trabalho e o espaço público de fala é uma forma de atingir esse objetivo. Um espaço onde: “(...) opiniões, eventualmente contraditórias, podem ser livremente formuladas e publicamente declaradas”(Mendes, 2009, p.24). E isso, para que o sujeito se sinta encorajado a falar o que realmente sente, possa compartilhar suas angústias e pensar, conjuntamente com os demais colegas de trabalho, formas de transformar o sofrimento, encontrando não só novas formas de lidar com as *intempéries* da vida, como também abrindo espaço para que outros colegas também o façam. Essa troca permite o comprometimento coletivo e a empatia, indo de encontro à racionalidade dos ambientes de trabalho neoliberais, que buscam fabricar o sujeito submisso e responsivo aos seus mandos e desmandos. O espaço de discussão coletivo também é importante para dar sentido ao trabalho.

Essas considerações já haviam sido formuladas, classicamente, por Dejours (2004).

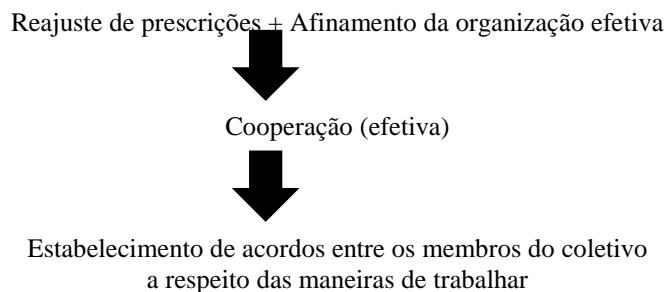
Para que o processo de trabalho funcione, é preciso reajustar as prescrições e afinar a organização efetiva do trabalho, diferente da organização prescrita. À coordenação (prescrita), os trabalhadores respondem com a cooperação (efetiva). Entre as duas se interpõe uma série complexa de iniciativas que, quando é eficiente, resulta na formação de «regras de ofício», elaboradas pelos trabalhadores, as quais consistem no estabelecimento de acordos entre os membros do coletivo a respeito das maneiras de trabalhar. Trata-se aqui de compromisso entre os estilos de trabalho, entre as preferências de cada trabalhador, de forma a torná-los compatíveis. (Dejours,2004, p.32)

Segundo o autor, o lugar onde os acordos são estabelecidos precisam ser lugares onde cada trabalhador se envolve no debate e para dar testemunho da própria experiência, justificando e argumentando com os demais seus motivos para afinar a organização efetiva à prescrita. Assim, as formas de trabalho de cada um podem ser comparadas, o que induz a uma discussão para melhor definir as melhores formas de se desenvolver o trabalho: “A cooperação supõe, de fato, um compromisso que é ao mesmo tempo sempre técnico e social. Isto tem a ver com o fato de que trabalhar não é unicamente produzir: é, também, e sempre, viver junto.” (Dejours,2004, p.32).

Quando se abre espaço para o diálogo e para a confrontação de ideias, se abre espaço também para um coletivo que se forma naturalmente, mas um coletivo social, de ajuda mútua - uma rede ajuda onde cada um se coloca no lugar do outro, seja refletindo sobre uma inovação de que ouviu de um colega de trabalho, seja acolhendo outro colega que está precisando de orientação ou de um conselho técnico - mesmo que seja uma operação prescritiva, mas que pode ser desenvolvida utilizando uma inovação aprendida no dia a dia do trabalhar e que não está escrita nos manuais, mas é passada de pessoa a pessoa, numa socialização orgânica. Apesar da socialização ser difícil

às vezes, visto que “a mobilização da vontade dos trabalhadores visando conjurar a violência nos litígios ou os conflitos que podem nascer de desacordos entre as partes sobre as maneiras de trabalhar.” (Dejours, 2007, p.32). Segundo o autor, essa complexidade chamada *atividade deôntica* permite que o trabalho evolua mesmo em meios aos possíveis, pois um bem maior está em jogo: o coletivo e a transformação do real do trabalho. “Dar sua contribuição e seu consentimento aos acordos normativos num coletivo implica, então, seguidamente, a renúncia a uma parte do potencial subjetivo individual, em favor do viver junto e da cooperação.” (Dejours, 2007, p.32), mesmo que isso signifique reprimir a própria subjetividade. A figura 6, apresenta esquematicamente o modelo de Dejours (2004).

Figura 6. Esquema de coordenação e cooperação



Fonte: Adaptado de Dejours (2004)

4.5. Aplicando teoria na prática - um estudo de caso sobre trabalho e mobilização subjetiva

Objetivando clarificar e exemplificar a teoria exposta acima, se faz necessário explanar a respeito da aplicabilidade mobilização subjetiva a partir de uma pesquisa identificada como modelo para observação e reflexão. O artigo intitulado *(Im)possibilidade de mobilização subjetiva na clínica das patologias do trabalho: o caso das professoras readaptadas* (Amaral et al, 2019), apresenta uma pesquisa realizada com embasamento no referencial teórico e metodológico da psicodinâmica do trabalho, e objetivava problematizar o conceito de Dejours de mobilização subjetiva num meio onde encontravam-se trabalhadores adoecidos, utilizando-se assim a clínica do trabalho e um acompanhamento de sessões semanais de escuta psicológica. Os dados levantados na clínica, compostos por transcrição das sessões, memoriais, diários de campo e registro das supervisões, constituíram o material de observação da pesquisa e foram analisados pela técnica de análise clínica do trabalho (ACT) - baseada na qualidade e no significado do discurso e criada para organizar o material coletado nas sessões. A ACT foi constituída por três etapas: análise dos

dispositivos clínicos, da psicodinâmica do trabalho e da mobilização do coletivo de trabalho, porém nesta pesquisa foram analisados os dados da terceira etapa.

A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto de 2015 a abril de 2016, com 11 professoras readaptadas da rede pública de ensino do Distrito Federal. As sessões ocorreram na sede do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SinPro/DF). As participantes, que antes atuavam em sala de aula, foram readaptadas passando a exercer suas funções longe das turmas, em bibliotecas, coordenações e locais de apoio administrativo. Elas sofriam, em sua maior parte, de depressão conjuntamente com outras patologias de ordem psíquica (síndrome do pânico, transtorno bipolar e psicose) e de ordem física (fibromialgia, bursite, tendinite, lesões no joelho, escorregamento de vértebra e calo nas cordas vocais).

O estudo mostra que durante a observação clínica, foi possível observar que a estrutura da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (órgão ao qual as professoras estavam ligadas) não realizava nenhum movimento no sentido de ressignificação no trabalho para essas professoras. Elas próprias (as professoras) precisavam criar formas de ressignificação aos seus trabalhos, direcionando a observação da pesquisa para a análise da relação do sujeito com o trabalho na readaptação. Dentre as queixas observadas nas sessões de escuta, realizadas pela psicóloga responsável pela pesquisa e por uma clínica-estagiária, que formaram o coletivo de pesquisadores, juntamente com a supervisora e alunos de um laboratório de pesquisas em clínica do trabalho de uma universidade pública, foi possível constatar:

- 1-Falta de prescrição das atividades;
- 2-sensação de terem sido “jogadas” para determinada área, sem orientação ou suporte;
- 3-Falta de identificação com a nova área de trabalho;
- 4-Desvios de função ou subutilização de suas capacidades;
- 5-Vivências de exclusão, de rejeição e de discriminação após a readaptação;
- 6-Sensação de se sentirem inexistentes.

Visando preencher o vazio sentido pela falta do trabalho para o qual foram preparadas antes da readaptação, diferentes formas de reações foram observadas, entre elas:

- 1-Envolvimento exagerado no trabalho, visando obter reconhecimento;
- 2-Visar aposentadoria, como forma de cessar o sofrimento sentido;
- 3-Esforço para não ser aposentada nas perícias de acompanhamento médico, pois havia necessidade de sentir útil e trabalhando, mesmo que em condições não recompensadora;
- 4-Envolvimento em causas militantes, atividades manuais e filantrópicas fora do ambiente de trabalho.

Apesar da pesquisa ter uma visão sobre a mobilização subjetiva, faz-se importante salientar que não havia um *coletivo de trabalho*, pois as professoras em questão trabalhavam em escolas diferentes, tornando assim não viável uma cooperação no trabalho - o único espaço de convivência era a clínica. Havia a troca de experiências nos momentos de escuta, o que contribuiu para a formação da empatia e uma rede de ajuda, porém não havia uma mobilização geograficamente partilhada.

A troca de experiências, apesar de ocorrer apenas no espaço delimitado pelas escutas da pesquisa, contribuiu para que as professoras se reconhecessem nas falas das colegas, se identificassem nos sofrimentos das mesmas e partilhassem angústia, medo, ajudando assim para que saíssem da negação, da repetição e do ressentimento, para buscar novos destinos ao sofrimento - confrontando o real e questionando sobre suas condições e aflições. Apesar disso, a dimensão de resignificação alcançada pela mobilização subjetiva não foi alcançada nesta clínica:

Pôde-se perceber que essa dimensão da mobilização subjetiva de reapropriação do sentido do trabalho como meio de se constituir não foi possível de ser alcançada na clínica com as professoras readaptadas. A partir da readaptação, o trabalho delas passou a ter um sentido de sobrevivência, pois lhes eram designadas tarefas repetitivas e sem continuidade, em que não encontraram caminho para exercer funções pedagógicas, fazendo com que seu trabalho se tornasse sem sentido, o que defendemos como um “não-trabalho” ou como um trabalho morto. (Amaral. et. al., 2019, p.9)

Conforme descrito como resultado da pesquisa, não há como obter mobilização subjetiva num trabalho morto, num trabalho onde não há engajamento do corpo, da inteligência, da capacidade de refletir, de criar, de pensar e de inventar. Quando esses elementos são inexistentes, o sujeito se atém a se manter são - quando assim é possível - deixando de lado a busca pelo sentido do trabalho.

A mobilização subjetiva, sendo uma operação subjetiva de resgate do sentido do trabalho, pode ser pensada na dinâmica de um trabalho que ultrapassa o sentido de sobrevivência. No caso, o trabalho das professoras readaptadas, pela falta de perspectivas de aproveitamento de seus potenciais, não proporciona mobilização subjetiva, pois não há como falar em um resgate do sentido do trabalho em um trabalho morto, a não ser que mudanças estruturais na forma de condução do processo de readaptação sejam realizadas. Mudanças pelas quais as professoras sentiam-se impotentes para lutarem. (Amaral. et. al., 2019, p.10)

O trabalhar precisa transcender o sentido de *ganha-pão* para ser considerado *vivo*, precisa ser *fonte de prazer*. No caso das professoras adaptadas, o resgate no sentido do trabalho dependia de mudanças que não poderiam serem feitas por elas – dependia dos órgãos e da melhor avaliação sócio-funcional dada a elas quando apresentavam problemas no trabalho, no sentido de direcioná-las para postos de trabalho onde elas se sentissem mais bem aproveitadas e respeitadas. No entanto, os pesquisadores concluíram que a escuta clínica, apesar de não ter tido sua potência máxima e não ter gerado, de fato, a mobilização subjetiva, contribuiu para que as professoras

nomeassem seus sofrimentos, reconhecessem seus dilemas, se vissem em outras colegas com problemas parecidos e criassem, mesmo que momentaneamente, uma rede de ajuda – que acredito poder nomear aqui rede de empatia local – que se formou no lugar onde se encontravam para participar da escuta, mas não se desenvolvia para além dessas fronteiras devido à distância entre os locais de trabalhos entre elas. Houve uma contribuição positiva da clínica para elas e foi possível reconhecer o quão importante é a mobilização e o movimento de dar sentido ao trabalho.

4.6. Pandemia e trabalho precarizado - uma sucinta visão do problema

Devido ao tema da precarização do trabalho ter sido utilizado na presente pesquisa de dissertação, e dada a sua importância para o tema racionalidade neoliberal e *neossujeito*, faz-se necessário aprofundar um pouco mais o tema e situar onde se encontra o sujeito que trabalha e [sobre]vive num mundo onde o trabalho encontra-se escasso e mal remunerado.

A precarização impulsionada pela ideologia neoliberal, não só no Brasil, mas em diferentes países, vem se desnudando há várias décadas, com as terceirizações, privatizações e a flexibilização das normas trabalhistas e previdenciárias, somadas ao esvaziamento do Estado na área de prestação de serviços sociais, contribuindo na piora das condições laborais, ou seja, “para além das recentes ferramentas digitais, esse processo é remanescente de décadas de flexibilização trabalhista e vem, cada vez mais, tomando espaço. (Rodrigues et. al., 2022, p.2)

A precarização ocorre desde há muito tempo e um somatório de fatores, como apontado no trecho acima, vêm intensificando essa prática. Podemos apontar o acirramento da visão trabalho *versus* produção como sendo ponto de partida fundamental para a transformação do *modus operandi* das cobranças nas empresas e das pressões realizadas sobre o trabalhador, tornando um ser vulnerável aos desmandos do sistema produtivo.

Em meio a um processo intensivo de fabricação de pessoas-engrenagens (que só deveriam produzir e serem responsivas às demandas da produção) surge a pandemia do Covid 19, que contribuiu para aumentar a desigualdade e reforçar os números de pessoas que trabalham desprovidas de direitos e na informalidade.

A falência do Estado torna-se visível diante do COVID -19, eis que deixa de ter o papel formulador de políticas e projetos, e fica alinhado com os interesses de poucos. Existe uma plataforma de que as instituições públicas não são eficientes, e ainda a corrupção é difundida como algo normal, nos órgãos públicos. Todavia, o fenômeno da “uberização” foi instituído através, inicialmente, de plataformas que prometiam valores, mesmo quando o “uberizado”, estivesse sem prestar o serviço, ou seja, à disposição da plataforma” (Rodrigues et. al., 2022, p.17)

A *uberização* - que é uma das modalidades da precarização do trabalho que se intensificou muito com a pandemia - traz duas vertentes marcantes da racionalização do trabalho: o sujeito *empresa de si* e o que sucumbe às regras da superprodução. O termo é uma personificação da empresa de si quando coloca o trabalhador como “dono do seu próprio meio de produção e do tempo que dedica

ao trabalho, podendo administrar seu labor por conta própria, sem precisar dar satisfação ao patrão” - pelo menos, esse é um dos apelos feitos aos sujeitos para aderirem como motoristas do aplicativo. Em se tratando do sujeito que sucumbe a produção é uma referência ao motorista que, se recusar uma corrida, sofre represália da empresa e tem sua “nota” no aplicativo afetada - tal qual uma avaliação de desempenho das organizações físicas tradicionais.

A desregulamentação do trabalho, com o trabalho intermitente, tem terreno fértil na área de serviços, e o fenômeno da uberização ganha força atualmente, pois os serviços são intermediados por meio de Plataformas Digitais, as quais não suportam os riscos das atividades. E, como já afirmado, o contrato uberizado não pode ser recusado, significando que, a estes trabalhadores, o “direito à desconexão não é dado”. (Rodrigues et. al., 2022, p.4)

O sujeito passa a ser regulado por um aplicativo, uma plataforma eletrônica não tendo nem contato humano com um “patrão”, apenas com *chatbots* que respondem mensagens gravadas. Não há a quem reclamar, a quem reivindicar os direitos - resta ao *empreendedor de si* apenas atender aos chamados das corridas, tendo seu salário estipulado pelo aplicativo, sua jornada moldada pelas demandas de chamados de carros e sua saúde sucateada pela força imperiosa do formato neoliberal que formatou essa nova forma de emprego. “O que se vê hoje como resultado da precarização no mundo do trabalho é um dismantelamento dos direitos trabalhistas, uma desregulamentação das relações trabalhistas” (Rodrigues et. al., 2022, p.18).

Essa nova forma de trabalho afeta diretamente a relação saúde-trabalhador, onde a exploração da mão de obra é intensificada, tornando assim mais precárias as condições de trabalho - movimento que vem transformando o labor em símbolo cada vez de sofrimento e distanciando-o do prazer e do sentido de trabalho vivo. Nessa nova fase, o foco da análise do estudo a respeito da saúde do trabalho transmuta-se do ambiente físico e rígido das organizações para o ambiente incontrolável e instável das ruas, por onde o trabalhador deverá passar para realizar sua entrega, dificultando assim a análise sobre os efeitos que o trabalho causa na saúde e prazer do sujeito, sem citar que praticamente inviabiliza uma mobilização subjetiva, visto que cada um pratica seu labor de forma individualizada, transportando pessoas e coisas com seus próprios meios de produção individualizados e com suas próprias responsabilidades, de forma bastante *accountable*.

É preciso identificar e compreender como essa modalidade de trabalho uberizada impacta na relação da saúde e trabalho, buscando formas de transformar viabilizar a cooperação e a mobilização entre os profissionais dessa área, com o objetivo de criar, nem que seja virtualmente, uma rede de ajuda e mútua compreensão entre seus cooperados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa de dissertação de mestrado foi mostrar como o neoliberalismo conforma uma subjetividade, uma racionalidade, definida pelo *empreendedor de si*; ao mesmo tempo em que produz, nessa subjetividade, uma gama de sintomas de sofrimento – sendo a depressão o sintoma mais hegemônico. Assim, a presente pesquisa pretendeu mostrar como a subjetividade neoliberal e os sintomas são duas categorias conceituais que ressaltam a extensão do neoliberalismo, de sistema econômico e ideologia, para uma racionalidade e uma patologia que se localiza no tecido social, sustentando também a possibilidade delinear um modelo prático de entendimento da relação entre sujeito e trabalho no quadro do neoliberalismo. A pesquisa gerou dois produtos técnicos: o artigo *Foucault com Dardot e Laval: o neoliberalismo como racionalidade* - enviado para ser publicado na Coletânea Profiap/UFF - Estudos e Pesquisas em Administração Pública e um protótipo de brief policy intitulado *Recomendações para Saúde Mental nas Relações de Trabalho* (anexo D). Numa análise inicial, buscou-se delinear a subjetividade oriunda do neoliberalismo e a racionalidade imposta pelo modelo, que torna o sujeito um produto de seus desmandos, levando-o à submissão de seu funcionamento. Os verbetes “saúde” e “trabalho” foram as bases para a pesquisa de aprofundamento no tema racionalidade e *neossujeito*, buscando analisar o estado da arte dos temas para entender o que já tinha sido observado anteriormente, traçando um paralelo entre o pesquisado nas bibliografias encontradas e as experiências vividas no ambiente de superprodução.

Através das referências encontradas a respeito do sujeito neoliberal, foi possível observar suas características de ser *autoprovedor* e *responsável por si e por seus atos* diante dos demais, tão amplamente difundido pela racionalidade. Características essas que estão intimamente ligadas aos sintomas e as doenças desenvolvidas nos ambientes de trabalho, conforme Safatle (2019) denomina de *patologia social*, que nesta pesquisa será denominada de *sintomas da subjetividade neoliberal*.

A partir do exposto acima, buscou-se definir, num primeiro momento, o campo de investigação do neoliberalismo a partir da categoria de racionalidade neoliberal, utilizando como base para tal objetivo, o curso *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979/2009) de Michel Foucault, que foi uma inovação na literatura do Neoliberalismo. Na obra, o autor traça o caminho percorrido pela racionalidade neoliberal desde o chamado *homo oeconomicus* até o momento da apresentação do curso ministrado no Collège de France entre 1978 e 1979.

A obra de Foucault serviu de embasamento para construir o segundo capítulo da pesquisa e foi desenvolvido a partir do livro *A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*

(2016), onde os autores também utilizaram a obra de Foucault para desenvolverem seu estudo sobre o neoliberalismo e a modalidade de intervenção política que ele impõe, que transforma o indivíduo em um produto dessa racionalidade, levando-o a assentir em absorver a ideia do *empresário de si* e o quanto isso afeta as relações sociais do *neossujeito*.

Seguindo no desenvolvimento do tema saúde do trabalhador, buscou-se delinear o lugar que o *neossujeito* se encontra agora, buscando as referências iniciais a respeito dos estudos realizados sobre saúde e trabalho. Foi possível observar o hiato entre o surgimento do estudo sobre o tema no mundo e das primeiras publicações sobre o tema no Brasil, assinalando assim o atraso do país no estudo do aprofundamento sobre a saúde e o trabalho. Observou-se também a lacuna entre o trabalho real e o trabalho prescritivo, as suas consequências para a saúde do trabalhador e a dinâmica de interação entre essas variáveis com o ambiente de trabalho. Essa interação é a base de estudo da Psicodinâmica do trabalho, termo cunhado pelo psiquiatra francês Christophe Dejours, que estuda a influência que o ambiente de trabalho tem nas condições de saúde e no impacto que este tem no desenvolvimento das doenças ocupacionais. A partir da análise da obra de Dejours, foi possível entender mais a respeito das variáveis que influenciam o clima no ambiente de trabalho e as consequências que estas têm sobre o sujeito que trabalha: as doenças ocupacionais surgem nesse contexto de superprodução, levando o sujeito ao lugar de sofrimento. Os sintomas vão de autonomia contrariada até a total dessimbolização, numa crescente de consequências que direcionam o sujeito para patologias diversas. Buscando manter-se no ambiente de trabalho sem utilizar do afastamento, o sujeito utiliza de formas para lidar com as questões que surgem no desenvolver do seu labor - as chamadas estratégias de defesa, que são formas do sujeito se conviverem com o sofrimento utilizando da negação a existência do problema, no sentido de não ser afetado por ele. Como o ambiente neoliberal de trabalho coloca o sujeito no lugar de subalternidade e cobra cada vez mais dele, chega um ponto em que o trabalhador não consegue mais “*negar o inegável*” e sucumbe aos sintomas, absorvendo e desenvolvendo uma patologia laboral.

A partir dessa observação, buscou-se aprimorar a análise a respeito da saúde do trabalhador através de pesquisas que foram realizadas (por outros pesquisadores) *in loco* que mapearam o caminho desenvolvido desde o surgimento das patologias até o seu ápice, no surgimento dos sintomas percebidos e sentidos nos corpos, com o estudo dos recursos mais atuais sobre a saúde do trabalhador e as causas e consequências mais recentes quando se fala em sofrimento e resignificação do *eu*.

Segundo Dejours, o saudável é uma consequência entre um compromisso harmonioso entre o sofrimento e as estratégias de defesa, indo em direção ao sentimento de prazer no labor, utilizando a mobilização subjetiva e a ressignificação do trabalho. Buscando visualizar essa ferramenta na prática, analisou-se, nesta dissertação, uma pesquisa realizada entre professoras readaptadas, acometidas por doenças ocupacionais, que passaram por um tratamento de clínica no trabalho, onde buscou-se entender como que elas estavam convivendo com a nova condição de labor após a readaptação.

Conforme havia declarado na introdução da presente pesquisa, sou parte integrante do contingente aqui estudado e havia decidido eticamente não conduzir estudo de caso sobre meu contexto de trabalho. O que foi aceito pela orientação da pesquisa. O resultado desta pesquisa poderá fomentar a melhoria da forma de gestão e a orientação do trabalho no ambiente de cobranças vivido atualmente.

Um segundo ponto, ligado a importância do resultado, foi de que a pesquisa possa contribuir para a reflexão a respeito das cobranças e exigências que o ambiente de trabalho neoliberal, do qual fazemos parte, abrindo espaço para compreender quem somos - pessoas ou máquinas - e o que podemos fazer para tornar o ambiente mais leve e sustentável, no sentido de conseguirmos desenvolver nossas atividades sem se afastar do trabalho por desenvolver doenças ocupacionais por excesso de tarefas.

Ao longo da pesquisa, foi observada a dimensão multidisciplinar do tema, que permeia desde a sua formulação e consequências, até a observação dos ambientes neoliberais de labor ao qual o neossujeito está inserido, impactando na própria organização de materiais bibliográficos que tivessem a mesma orientação e que fornecessem o norte necessário e buscado por esta pesquisa. Outro ponto importante de ser salientado neste momento é que o tema, além de complexo, é inesgotável e se modifica ao longo dos anos, moldando-se às transformações da sociedade, lugar onde este sujeito (*neossujeito*) está inserido.

A pesquisa proporcionou entender a respeito das formas como as pessoas procuram, de fato, se readaptar à nova condição imposta e como conseguem (ou não) ressignificar o sentido do trabalho, dando a ele uma nova cor e um novo sabor, tendo como sentido assim a busca pelo prazer de desenvolver a atividade laboral, interrompida anteriormente pelo acometimento da patologia.

A despeito da decisão de não realizar um estudo de caso em meu próprio contexto de trabalho, apesar disso, o método permitiu identificar ferramentas e modo de utilizar essas ferramentas no sentido de buscar um modelo de harmonia entre saúde e trabalho, onde o trabalhador possa desenvolver seu trabalho de forma prazerosa e com isso obter uma produtividade satisfatória para

a organização e que lhe recompense com o sentido do trabalho vivo e realizado de uma forma digna e completa para ambos os lados.

Visto a delimitação temporal verificada ao longo da pesquisa, seria válido realizar uma pesquisa com pessoas que relatam problemas de saúde no trabalho, de forma a aprofundar o estudo no tema e para investigar a utilização dos recursos disponíveis para a ressignificação do trabalho e para se obter meios para desenvolver o trabalho vivo.

Uma outra sugestão de desenvolvimento de pesquisa futura seria a verificação do número de afastamentos do trabalho relacionados com as doenças psicossociais, visto que a condição de trabalho precarizado foi acirrada nos últimos anos devido à pandemia - um exemplo bastante atual é a uberização - tema abordado de forma sucinta nesta dissertação.

Em suma, espera-se que esta pesquisa incentive gestores e os setores responsáveis pelo desenvolvimento estratégico de gestão de pessoas nas organizações a investir em qualidade de vida no trabalho, dando o foco e a devida importância ao estudo da saúde e do trabalho, não apenas no sentido de direcionar o *neossujeito* a produzir e cumprir as metas estabelecidas pela alta administração, mas de incentivá-los a trabalhar com prazer e com sentido, contribuindo para formar uma rede de apoio entre os pares nas organizações e cultivando a ressignificação do labor para que os mesmos tenham a dimensão da importância que possuem para o meio em que vivem e para a sociedade que os rodeiam.

Referências.

- AMARAL, Grazielle Alves, MENDES, Ana Magnólia, FACAS, Emílio Peres (2019). **(Im)possibilidade de mobilização subjetiva na clínica das patologias do trabalho: o caso das professoras readaptadas.** Revista Subjetividades, 19(2), e8987. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v19i2.e8987>
- BARROS, Igor Corrêa de. **Racionalidade neoliberal e empresariamento da vida em Michel Foucault.** Revista Eros , v. 2, p. 85-105, 2021.
- BATISTA, Bruno Nunes. (2019). **Foucault e a genealogia do neoliberalismo.** Movimento-Revista de educação, (11), 137-159. <https://doi.org/10.22409/mov.v0i11.32893>
- BROWN, Wendy. **Revisando Foucault: homo politicus e homo economicus /** Terceiro Capítulo De Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution (Nova Iorque: Zone Books / MIT Press, 2015). DoisPontos 14.1 (2017): DoisPontos, 2017-11-26, Vol.14 (1)
- CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves. **Análise fatorial do Maslach Burnout Inventory (mbi) em uma amostra de professores de instituições particulares.** Psicologia Em Estudo 9.3 (2004): Psicologia Em Estudo, 2004-12, Vol.9 (3).
- _____; PALAZZO, Lílian dos Santos. **Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(5):1017-1026, mai, 2006
- CASTIEL, Luis David; FERREIRA, Marcos Santos; MORAES, Danielle Ribeiro de. **Os riscos e a promoção do autocontrole na saúde alimentar: moralismo, biopolítica e crítica parresiasista.** Ciência & Saude Coletiva 19.5 (2014): 1523-532.
- COLE, Sydney. (1921). **The movement for a mental hygiene of industry.** (Mental Hygiene, January, 1920.) Southard, E. E. Journal of Mental Science, 67(276), 91-91. doi:10.1192/bjp.67.276.91
- CORRÊA, Laura Henrique. **A violência sistêmica e autoexplorativa do empresário de si: o paradoxo da liberdade no ethos neoliberal e o conseqüente adoecimento psíquico na sociedade do cansaço.** Revista Espaço Acadêmico 19.216 (2019): 63-74. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/scjplr.v5i1>. Acesso em 08 de fevereiro de 2022.
- COSTA, Crístopher Batista da; LIMBERGER, Jéssica; FRANTZ, Mariana Flores; DONELLI, Tagma Marina Schneider; MOSMANN, Clarisse Pereira; ANDRETTA, Ilana; CASTRO, Elisa Kern de. **Processos de saúde-doença: diálogos entre as teorias psicanalítica, cognitivo-comportamental e sistêmica.** Revista Da SPAGESP 21.2 (2020): Revista Da SPAGESP, 2020-07-01, Vol.21 (2)
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral dos sistemas.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016

DE ALMEIDA, André Pereira. **Liberalismo, Governamentalidade e Seguridade**. Revista Ítaca, n. 32, p. 23-36. ISSN 1679-6799

DEJOURS, Christophe. (1987) **A loucura do trabalho**, São Paulo : Oboré

_____. (2004). **Subjetividade, trabalho e ação**. Revista Produção, v. 14, n. 3, pp. 27- 34.

_____. (2007) **A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade**. In A. M. Mendes, S. C. Cruz Lima & E. Facas (Orgs.), *Diálogos em psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo15.

_____. (2012). **Trabalho vivo** (Tomos I, II). Brasília, DF: Paralelo 15.

FAIMAN, Carla Júlia Segre. (2012). **Saúde do Trabalhador**. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo.

FERREIRA, João Batista. (2013). **Sujeito, processo de subjetivação e experiência do real**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325788343_Sujeito_processo_de_subjetivacao_e_experiencia_do_real_-_Sujet_processus_de_subjectivation_experience_du_reel. Acesso em 05 de março de 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979)

_____. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Magali Costa. **Controle no trabalho: uma reflexão sobre antigas e novas formas de controle e suas consequências sobre os trabalhadores**. Control of Work: Old and New Approaches and Effects on Workers. Revista De Gestão 13.1 (2006): 1-10. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rege/article/download/36546/39267/43083>. Acesso em 08 de fevereiro de 2022.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015

HELOANI, Roberto; LANCMAN, Selma. **Psicodinâmica Do Trabalho: O Método Clínico De Intervenção E Investigação**. Produção: Uma Publicação Da Associação Brasileira De Engenharia De Produção 14.3 (2004): 77-86.

HENSCHER DE LIMA, Cláudia. **A constituição da Racionalidade Neoliberal**. Material de Ensino produzido para a disciplina Tópicos Especiais em Gestão Pública. PROFIAP/UFF, Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356544814_DOS_FUNDAMENTOS_DO_NEOLIBERALISMO_A_RECAIONALIDADE_NEOLIBERAL

_____. ; ALVES JUNIOR, Antonio José. Nas Ruínas do Brasil. In: Pereira Fernandes, Alves Junior, Freitas e Weigner (Orgs.). **A Doença do Neoliberalismo. O falso dilema entre saúde e economia na pandemia.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2021, p.78-103.

KOTLER, Philip, 1931 - **Marketing 5.0** [recurso eletrônico]: tecnologia para a humanidade / Philip Kotler, Hermawan Kartajaya, Iwan Setiawan; [tradução de André Fontenelle]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. (2007). **O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde.** *Cad. Saúde Pública*, 23(4), 757-766.

LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal. (organizadores). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Brasília: Paralelo 15, 2004.346 pp.

LE GUILLANT, Luis. 1984. **A neurose das telefonistas.** *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* 47(12)7-11. Tradução de La névrose des téléphonistes, *La Presse médicale*, 1956.

MENDES, Ana Magnólia. (2007). **Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho.** In Ana Magnólia Mendes (Org.), *Psicodinâmica do trabalho: Teoria, método e pesquisas* (pp. 29-48). São Paulo: Casa do Psicólogo.

_____. (2007). **Novas formas de organização do trabalho, ação dos trabalhadores e patologias sociais.** In Ana Magnólia Mendes (Org.), *Psicodinâmica do trabalho: Teoria, método e pesquisas* (pp.49-62). São Paulo: Casa do Psicólogo

_____. (2009). **Prazer, reconhecimento e transformação do sofrimento no trabalho.** In Ana Magnólia Mendes (Org.), *Trabalho e Saúde - O Sujeito entre emancipação e servidão* (pp.13-25). Curitiba,PR: Editora Juruá

_____. (2020) **Discurso capitalista colonial e a patologia da melancolização.** In: SOUSA-DUARTE, Fernanda; MENDES, Ana Magnólia; FACAS, Emílio Peres (Orgs.). *Psicopolítica e psicopatologia do trabalho* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, p.76-88

MENDES, Ana Magnólia; FACAS, Emílio Peres (2018). **Clínica do Trabalho.** In Mendes, René. (Org.). *Dicionário de Saúde e Segurança do Trabalhador: Conceitos – Definições – História – Cultura.* (1ª ed.). Novo Hamburgo - RS: Proteção Publicações, p. 01-1280.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; MENDES, Ana Magnólia. (2009). **Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação.** *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 141-156.

MOURA, Juliana Da Silva; RIBEIRO, Júlia Cecília de Oliveira Alves; CASTRO NETA, Abília Ana de; NUNES, Claudio Pinto. **A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto Neoliberal.** *Revista Profissão Docente* 19.40 (2019): 1-17. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31496/rpd.v19i40.1242>. Acesso em 08 de fevereiro de 2022.

OLIVEIRA, Luana Paula de; SILVA, Flavia Helen Moreira da; STICCA, Marina Greggi. (2018). **Revisão sistemática da produção acadêmica em Psicologia do Trabalho no Brasil.** *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 18(2), 354-363.

RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores.** 4ª ed. São Paulo: Fundacentro; 2016.

RELATÓRIO TRANSPARENTE PRISMA de REVISÕES SISTEMÁTICAS e META-ANÁLISES. **Prisma Statement**, 2020. Disponível em: <<http://www.prisma-statement.org/>>. Acesso em: 08, fevereiro de 2022.

RODRIGUES, Sheila Rosane Vieira; WOLKMER, Maria de Fatima Schumacher; MENEZES, Manuela de Sá. **Uberização, Lutas Sociais e Pandemia.** *Revista Estudos Institucionais*, v. 8, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2022

ROHM, Ricardo Henry Dias; LOPES, Natália Fonseca. **O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica.** *Cadernos EBAPE.BR* 13.2 (2015): 332-45. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395117179>. Acesso em 08 de fevereiro de 2022.

SAFATLE, Vladimir. **Psicologias do fascismo.** Curso Completo. Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia, 2019.

_____. Introdução. **Em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social.** In Safatle, Vladimir.; Silva Junior, N. & Dunker, C. (Orgs.). *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico.* São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

SIVADON, Paul. (1952). **Psychopathologie du travail.** *L'évolution psychiatrique*, 3, 441-474.

SOUSA, Cleide Maria de; MENDES, Ana Magnólia (2008). **Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal - estudo exploratório.** *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 6(2), 13-42.

SOUSA-DUARTE, Fernanda. (2020) **Por uma Psicopatologia Crítica do Trabalho.** In: SOUSA-DUARTE, Fernanda; MENDES, Ana Magnólia; FACAS, Emílio Peres (Orgs.). *Psicopolítica e psicopatologia do trabalho [recurso eletrônico].* Porto Alegre, RS: Editora Fi, p.35-62.

SOUZA, Marina Batista; HELAL, Diogo Henrique; PAIVA, Kely César Martins de. **Burnout e jovens trabalhadores.** *Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional* 25.4 (2017): 751-63

SPINK, Mary Jane Paris. (2009). **Psicologia Social e Saúde: Práticas, saberes e sentidos.** Rio de Janeiro: Vozes

UCHÔA-DE-OLIVEIRA, Flávia Manuella. **Saúde do trabalhador e o aprofundamento da**

uberização do trabalho em tempos de pandemia. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 2020.ISSN: 2317-6369

WOHLIN, Claes. 2014. **Guidelines for snowballing in systematic literature studies and a replication in software engineering.** In Proceedings of the 18th International Conference on Evaluation and Assessment in Software Engineering (EASE '14). Association for Computing Machinery, New York, NY, USA, Article 38, 1–10.
DOI:<https://doi.org/10.1145/2601248.2601268>

Anexo I

Policy brief

Recomendações para Saúde Mental nas Relações de Trabalho

Autora: Brunna Dias Mathias (PROFIAP/UFF)

Coautora: Doutora Cláudia Henschel de Lima (PROFIAP/UFF)

1. Introdução.

É hora de se concentrar no efeito prejudicial que o trabalho pode ter em nossa saúde mental (...). O bem-estar do indivíduo é motivo suficiente para agir, mas a má saúde mental também pode ter um impacto debilitante no desempenho e na produtividade de uma pessoa. Essas novas diretrizes podem ajudar a evitar situações e culturas de trabalho negativas e oferecer proteção e apoio à saúde mental muito necessários aos trabalhadores. (Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-geral da OMS)

A avaliação do Diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, é extremamente relevante para os resultados delineados a partir da pesquisa de mestrado *Da Conformação da Racionalidade Neoliberal, e das formas de sofrimento que lhe são subjacentes, à possibilidade de seu ultrapassamento* (Dias Mathias, 2023), conduzida junto ao PROFIAP. Na base dos problemas de saúde mental que afetam o ser humano em suas relações de trabalho, a pesquisa localizou a internalização da lógica da empresa à nível subjetivo, formando uma subjetividade autocoercitiva que se reflete nas relações de trabalho a partir dos princípios de concorrência, unidade individual, produtividade e desempenho.

O ambiente de trabalho neoliberal, marcado por esses princípios, têm impactos severos sobre a saúde do trabalhador, desde os sintomas de estresse e assédio no ambiente de trabalho (autonomia contrariada), sentimento de instabilidade e vulnerabilidade do eu (corrosão da personalidade), desmoralização e depressão, até a subalternidade, caracterizada como uma posição em que o trabalhador realiza sua função de forma automática, sem sentido social e sem sentimentos a partir da disseminação da ideia de que essa é a forma mais eficaz e correta de realizar o labor.

O conjunto desses sintomas, identificados por Dardot e Laval (2016) e Mendes (2020) corrobora os dados do Relatório Mundial de Saúde Mental da Organização Mundial da Saúde (OMS), publicado em junho de 2022, que mostrou que de um bilhão de pessoas que viviam com algum transtorno mental em 2019, 15 % dos adultos em idade ativa sofreram um transtorno mental. Estima-se que 12 bilhões de dias de trabalho são perdidos anualmente, em função da depressão e da ansiedade custando, à economia global, em torno

de um trilhão de dólares. Esses dados mostram a importância de se considerar a saúde mental na gestão e formulação de políticas de saúde do trabalhador no interior de organizações privadas e públicas. Posto isto, verifica-se a necessidade de desenhar e implantar formas e ferramentas que permitem ao sujeito alcançar novas formas de enxergar seu labor, no sentido de criar meios de ele mesmo encontrar o trabalho vivo e o significado que o trabalho tem para ele: a ressignificação do trabalho é um caminho possível para as organizações que implica em fornecer meios para que os trabalhadores consigam alcançar a satisfação em desenvolver suas atividades.

Neste contexto, a psicodinâmica do trabalho, atualizada a partir da investigação mais recente em torno da conformação da subjetividade a partir da generalização da concorrência como norma de conduta e da mesma lógica que sustenta o funcionamento da empresa – denominada por autores como Dardot e Laval (2016) como subjetividade neoliberal – contribui para tanto para a gestão como para a formulação de políticas de saúde do trabalhador no interior de organizações privadas e públicas, no sentido de planejar, gerenciar e preservar as relações de trabalho e a saúde mental no interior dessas relações. A psicodinâmica do trabalho opera em dois eixos de investigação e intervenção:

1. A dinâmica entre as interações do trabalho (e tudo que se insere nesse contexto como as pessoas, o ambiente e o próprio labor em si).
2. As consequências que este provoca no sujeito e na sua saúde mental e suas reações no interior dessa dinâmica.

O presente brief policy decorre da pesquisa *Da Conformação da Racionalidade Neoliberal, e das formas de sofrimento que lhe são subjacentes, à possibilidade de seu ultrapassamento* (Dias Mathias, 2023) e apresenta recomendações para enfrentamento dos riscos para a saúde mental, decorrentes de situações de trabalho de extrema competitividade, estímulo ao produtivismo e desempenho.

2. Relações de Trabalho e Saúde Mental.

A dinâmica entre as interações do trabalho e a saúde mental estão intimamente relacionadas. Os quadros 1 e 2 apresentam um panorama importante na consideração de políticas de enfrentamento das condições de saúde mental no contexto das relações de trabalho. O quadro 1 apresenta as quatro categorias de psicopatologias do trabalho, formuladas por Dejours (2007).

Quadro 1. Categorias de psicopatologias do trabalho.

Categoria	Descrição
Primeira categoria: Patologias de sobrecarga	Se dão em consequência da sobrecarga de trabalho, contrariando a previsão de que o progresso técnico, a automação e, sobretudo, a robotização, produziram uma diminuição considerável da carga de trabalho.
Segunda categoria: Patologias pós-traumáticas	Composta pelas patologias pós-traumáticas cujo aumento é considerável. Elas se dão em consequência das agressões de que os portadores são vítimas no exercício de sua atividade profissional – <i>as agressões aos corpos</i> .
Terceira categoria: Patologias do assédio	São as patologias do assédio, também em aumento. O assédio no trabalho nada tem de novo. É antigo como o trabalho. O que é novo são as patologias, que ocorrem hoje com muita frequência; antigamente, havia muito menos assédio. Entre o assédio, de um lado, e as patologias, de outro, é necessário reconhecer uma fragilização das pessoas no que se refere às manobras de assédio. Essa fragilização pode ser analisada. Ela está relacionada à desestruturação do que se denominam os mecanismos de defesa, em especial as defesas coletivas e a solidariedade. É esse o fator determinante do aumento das patologias. Em outros termos: as patologias do assédio são, antes de tudo, patologias da solidão.
Quarta categoria: Depressões, tentativas de suicídio e suicídio	Refere-se às depressões, às tentativas de suicídio e aos suicídios.

Fonte: Adaptado de Dejours, 2007, p. 15

O quadro 2 segue a formulação de Dejours (2007) e amplia a nosologia dos sintomas de saúde mental nas interações de trabalho.

Quadro 2. Sintomas de saúde mental e interações de trabalho.

Sintomas	Características
Autonomia contrariada	Essa forma de sintoma inclui os casos de estresse e assédio no ambiente de trabalho. É interessante notar como a vinculação do eu ao sucesso de si mesmo conjugado ao da empresa, ao contrário de verificar a maior consistência do funcionamento da personalidade, produz vulnerabilidade. Essa vulnerabilidade, por sua vez, é reforçada como positiva pelos manuais de gestão – exatamente por considerarem que a vulnerabilidade incentiva a competição entre <i>empresas de si</i> no ambiente de trabalho.
Corrosão da personalidade	Muito comumente representada por meio de termos como <i>liquidez</i> , <i>fluides</i> . E está diretamente articulada ao sentimento de instabilidade e vulnerabilidade do eu, que se estende: 1. de seu ambiente de trabalho para todo o laço social, da instabilidade da carreira; 2. de sua redução ao estatuto de <i>projetos</i> à toda a gama de relações sociais que se convertem em <i>capital humano</i> .
Desmoralização	É o sentimento que atravessa o sujeito empresarial que, por sua condição de empresa, deixa de se reportar à políticas de bem-estar social e é altamente responsabilizado pelo destino de sua vida. É o indivíduo que consome <i>auto-ajuda</i> , para aprimorar sua auto-estima, para superar seus limites, para reforçar sua identidade como empresário de si. Também é o sujeito que nutre desconfiança pela

Sintomas	Características
	pobreza, pela miséria, pelo imigrante. O efeito colateral advém na forma do sintoma de medo desmoralizador de, um dia, se tornarem inúteis.
Depressão generalizada	Conforme já aparece na desmoralização, o discurso da realização de si mesmo, do mérito, do sucesso da empresa de si, produz a segregação dos <i>fracassados, dos perdidos, dos imigrantes</i> , ou seja, de todos os que não se conformam à norma social da empresa de si. A insuficiência e o universo da disfunção retornam sobre o eu segundo a fórmula freudiana de que a sombra do objeto recai sobre o eu. Aqui o objeto se revela: a empresa.
Dessimbolização	Com o declínio do laço social, com a dissolução dos ideais que sustentam a formação do eu e seus vínculos sociais, resta ao eu se vincular à fantasia narcísica de onipotência do eu. Dessa forma, na base desta fantasia, jaz a patologia do declínio do laço social, da dessimbolização.

Fonte: Adaptado de Dardot e Laval (2016).

Os dados produzidos por autores como Dejour (2007) e Dardot e Laval (2016) evidenciam a importância de se contemplar duas variáveis na formulação de políticas para a garantia da saúde mental:

1. A dinâmica entre as interações do trabalho (pessoas, contexto e o próprio trabalho desempenhado): sobrecarga de trabalho, contexto de assédio moral e sexual, incentivo à concorrência e ao produtivismo como medidas de desempenho.

2. As consequências desta dinâmica nas condições de saúde mental: uma gradação que vai das patologias da sobrecarga de trabalho com *burnout*, estresse pós-traumático, desestruturação dos mecanismos psíquicos de defesa, depressão até a ideação suicida/suicídio.

É importante ressaltar que as condições de saúde mental são experienciadas de forma diferente, com distintos graus de ansiedade, dificuldade e impactos nas relações sociais. No caso específico das relações de trabalho, estas podem amplificar tais condições. Dessa forma, um contexto de relações de trabalho que estimula a concorrência, o produtivismo e o desempenho excessivo pode afetar a capacidade do sujeito para o trabalho, sua autoestima, autoconfiança, sua presença e aderência às tarefas e a própria capacidade de progredir na carreira.

Por outro lado, medidas neoliberais de modificação das relações de trabalho por meio de reformas estruturais no Estado brasileiro (reforma trabalhista) – com a produção de ambientes de trabalho muito precários e ruins - bem como crises econômicas profundas que produzem desemprego, empregos provisórios e remunerações salariais baixas,

discriminações de gênero, religião, idade e etnia e mudanças estruturais nas relações de trabalho devido a condições de emergências sanitárias (por exemplo, a recente pandemia de COVID-19 com a políticas de *lockdown* e isolamento social para a contenção da infecção viral) podem ser fontes de estresse e ansiedade, representando risco para a saúde mental tanto para condições pré-existentes como para seu desencadeamento. Em termos precisos, desemprego, precariedade no emprego, insegurança financeira, desigualdade de salário, são riscos conhecidos para a saúde mental e podem se converter em fatores para seu agravamento mais severo até a tentativa de suicídio. São fatores que atingem o direito ao trabalho e pessoas com condições de saúde mental pré-existentes são ainda mais vulneráveis. É neste sentido que eles são considerados como *fatores de risco psicossocial* (OMS, 2022). O quadro 3 elenca de forma sintética, os fatores de risco psicossocial, aqui abordados.

Quadro 3. Fatores de risco psicossocial.

Crises Econômicas, com aprofundamento do desemprego, insegurança financeira, desigualdade salarial, economia informal.
Reformas políticas profundas no Estado, com retirada de direitos sociais assegurados.
Discriminações de gênero, religião, idade e etnia, com violações de direitos humanos e aprofundamento da desigualdade.
Emergências Sanitárias que impõem <i>lockdown</i> e isolamento social.

Os riscos psicossociais não afetam somente a saúde mental; eles também podem produzir ou amplificar problemas de saúde física. O relatório da OMS *Mental Health at Work* (2022) reporta que, em 2016, 745.000 pessoas no mundo morreram de acidente vascular cerebral e isquêmico e doença cardíaca, decorrente de uma carga horária semanal de trabalho de 55 horas ou mais. O relatório adverte que, embora os fatores de risco psicossociais possam ser encontrados em todos os setores de trabalho, situações de trabalho comuns a algumas ocupações tendem a aumentar o risco de exposição e uma maior probabilidade de condições de saúde mental é observada. É o caso de situações de trabalho com carga emocional elevada ou exposição a eventos potencialmente traumáticos é mais provável. No pico da COVID-19, no Brasil e no mundo, vários estudos identificaram os prejuízos para a saúde mental em trabalhadores que lidaram na linha de frente da pandemia.

3. Condições de saúde mental estabilizadas – benefícios para empresas e trabalhadores.

Os dados apresentados ao longo deste *brief policy*, evidenciam como a estabilização das condições de saúde mental, para indivíduos e famílias pode impactar positivamente no sentido de reduzir a exclusão, melhorar o bem-estar e o sentimento de inclusão – principalmente o sentimento de coletivismo. Analisando os benefícios da estabilização das condições de saúde mental, para governos, podemos ressaltar a economia em cuidados de saúde, despesas e assistência social. No que se refere às empresas privadas e/ou públicas, podemos identificar benefícios importantes em termos de uma troca mais justa e saudável para ambos, conforme exemplifica o quadro 4.

Quadro 4. Benefícios mútuos decorrentes da estabilização das condições de saúde mental.

Benefícios para a empresa	Benefícios para o trabalhador
Ganho em produtividade	Trabalho vivo, com sentido de prazer
Diminuição de afastamento do trabalho	Ganhos substantivos na saúde mental e física.
Fortalecimento de cultura organizacional e ajuda mútua para solucionar problemas - diminuição de erros/perdas de produtividade	Criação e desenvolvimento de rede de apoio mútua com base no coletivismo.
Fortalecimento e desenvolvimento de trocas de conhecimento	Geração de laços de confiança e socialização do conhecimento tácito.
	Criação de espaços para discussão e debate entre os trabalhadores - espaços acolhedores/ espaços de decompressão / ambientes destinados para conversas informais ou descontraídas

Conforme foi apresentado pela pesquisa *Da Conformação da Racionalidade Neoliberal, e das formas de sofrimento que lhe são subjacentes, à possibilidade de seu ultrapassamento* (Dias Mathias, 2023), os ganhos de produtividade e de saúde no trabalho podem ser alcançados por meio da *mobilização subjetiva*, que pavimenta o caminho para que se alcance os benefícios apresentados no quadro 4. Esses benefícios utilizam do próprio ambiente de trabalho para serem alcançados - através da sua cultura e da comunicação informal que surge quando a mobilização subjetiva é estimulada pela própria organização e assentida pelos trabalhadores.

4.Recomendações: agir para mudar.

A pesquisa apresentou a *mobilização subjetiva, coletivismo no ambiente de trabalho e ferramentas utilizadas para ressignificar o trabalho* – formulados por Mendes (2007) e Amaral (2019) - como estratégias de ultrapassamento das condições de saúde mental típicas de relações de trabalho em que os sujeitos concebem a si próprios como uma empresa concorrencial. Convertemos essas estratégias de ultrapassamento em recomendações em

nível individual, gerencial, organizacional para gestores e formuladores de políticas para a saúde mental no contexto de trabalho.

4.1 Agir para mudar I: a mobilização subjetiva.

A mobilização subjetiva designa o engajamento visando a transformação das situações que colocam o sujeito em sofrimento, mobilizando o sujeito no mundo e no trabalho em busca das condições de saúde. Neste sentido, a mobilização subjetiva não implica em negar ou minimizar o sofrimento, mas em transformar o sofrimento como uma saída para a saúde. Intervir na organização viabilizaria os sujeitos a subverterem seus sofrimentos, transformando-os em sentido e reapropriando a experiência vivida no contexto mais tóxico de trabalho. Nessa perspectiva da mobilização subjetiva, o sofrimento mobiliza o sujeito para agir não no sentido de considerá-lo um negativo do *empreendedor de si*, mas no sentido de mobilizar a inteligência prática à nível do coletivo de trabalho para transformar as situações causadoras de sofrimento.

A mobilização subjetiva é, então, composta por quatro dimensões intimamente articuladas, conforme o quadro 5.

Quadro 5. Dimensões da Mobilização Subjetiva.

Dimensões da Mobilização Subjetiva			
Inteligência Prática	Espaço compartilhado de discussão coletivo	Sentido de cooperação	Reconhecimento
É a permissão que o sujeito tem para utilizar de sua criatividade para realizar suas tarefas	Espaço onde há as trocas e onde se firma o sentido de coletivo - que é a base para a mobilização subjetiva	No sentido contrário da individualização imposta pela racionalidade do empreendedor de si	Ver-se no companheiro de trabalho e ter empatia pelo outro. Reconhecer seus próprios dilemas para enfrentá-los e ressignificá-los

Adaptado de Mendes (2007)

A mobilização vai no sentido contrário da introjeção subjetiva da lógica empresarial. Ela visa resgatar a dimensão coletiva do trabalho, que é construído em conjunto pelos próprios trabalhadores.

O sentimento de pertencimento precisa ser incorporado pela cultura criada nesse microambiente de troca formado pelos trabalhadores da organização, permitindo assim que a ressignificação se sustente, dando assim o real sentido do trabalho vivo e prazeroso.

4.2. Agir para mudar II: coletivismo no ambiente de trabalho.

O quadro abaixo exemplifica ações que incentivam e contribuem para o desenvolvimento do coletivismo e do fortalecimento do engajamento coletivo no ambiente de trabalho que contribuem para a estabilização da saúde mental dos trabalhadores:

Quadro 6. Indicações de melhorias no ambiente de trabalho.

Indicações de melhorias das empresas privadas/públicas no ambiente de trabalho com impacto na estabilização da saúde mental		
Espaços para discussão e debate entre os trabalhadores	Espaços de decompressão	Organização de eventos para debate
Locais onde os trabalhadores se sintam à vontade para compartilhar ideias, longe das pressões das atividades diárias	Espaço que propicia a abertura do caminho para a criação de um círculo de confiança e uma rede de troca e apoio	Momento de troca entre os trabalhadores, onde será incentivado que os mesmos tragam contribuições para o ambiente de trabalho

4.3. Agir para mudar III: ressignificação do trabalho.

Conforme exposto nos itens 3 e 4 deste documento, existe uma forma equilibrada de estimular um ambiente de trabalho mais saudável e de se obter benefícios importantes para as empresas - coadunando com o título do capítulo 4 da pesquisa *Da Conformação da Racionalidade Neoliberal, e das formas de sofrimento que lhe são subjacentes, à possibilidade de seu ultrapassamento* (Dias Mathias, 2023), intitulado *Os caminhos percorridos pelo neossujeito para alcançar saúde no trabalho: será que isso é possível?*

Os argumentos aqui colocados permitem identificar a força e a importância do ambiente coletivo de troca para a ressignificação do trabalho, para a construção de um coletivo que se identifica e reconhece nas falas dos companheiros de trabalho, contribuindo assim para que os mesmos se vejam nos sofrimentos e nos dilemas dos demais, permitindo assim enxergar a tanto a subalternidade quanto a urgência em agir, buscando formas de ressignificar o trabalho. A troca é positiva e também para criar laços de empatia entre os trabalhadores, proporcionando assim meios para que alcancem a ressignificação do trabalho.

Referências.

AMARAL, Grazielle Alves, MENDES, Ana Magnólia, FACAS, Emílio Peres (2019). **(Im)possibilidade de mobilização subjetiva na clínica das patologias do trabalho: o caso das professoras readaptadas.** Revista Subjetividades, 19(2), e8987. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v19i2.e8987>

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016

DEJOURS, Christophe. (2007) **A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade**. In A. M. Mendes, S. C. Cruz Lima & E. Facas (Orgs.), *Diálogos em psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo15.

DIAS MATHIAS, Brunna (2023). **Da Conformação da Racionalidade Neoliberal, e das formas de sofrimento que lhe são subjacentes, à possibilidade de seu ultrapassamento**. Dissertação em processo de defesa. Volta Redonda,RJ

MENDES, Ana Magnólia. (2020) **Discurso capitalista colonial e a patologia da melancolização**. In: SOUSA-DUARTE, Fernanda; MENDES, Ana Magnólia; FACAS, Emílio Peres (Orgs.). *Psicopolítica e psicopatologia do trabalho* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, p.76-88

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO. WHO guidelines on mental health at work. Geneva: World Health Organization; 2022 (in press).